

guia digital

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

1^a EDIÇÃO JUNHO 2012



GUIA

«Instrumento de descrição arquivística elaborado para efeitos de comunicação que abrange, numa perspectiva exaustiva ou seletiva, um ou mais acervos documentais. Poderá incluir informação de carácter geral, normalmente sumária, sobre a(s) entidade(s) de custódia e menção de outras fontes de informação sobre os conjuntos documentais a que se refere. Nos guias exaustivos a descrição situa-se, por via de regra, ao nível dos conjuntos documentais mais vastos: arquivos ou coleções factícias»

NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Lisboa : IPQ.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

Complexo Multisserviços da Câmara Municipal de Cascais
Estrada de Manique, n.º 247, Alcoitão
2645-131 Alcabideche

E-MAIL

arquivo.historico@cm-cascais.pt

TELEFONES

21 481 57 59 | 21 481 57 39

FAX

21 482 50 79

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

2.ª – 6.ª feira | 09h00 – 17h00

INTERNET

<http://www.cm-cascais.pt/sub-area/arquivo-historico-municipal>

PESQUISA – ARQUIVO HISTÓRICO DIGITAL

<http://www.cm-cascais.pt/arquivohistoricodigital>

ÍNDICE

005 APRESENTAÇÃO

007 QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

008 ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

010 ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DESCONCENTRADA

- 011 Administração do Concelho de Cascais
- 014 Estação de Saúde do Porto de Cascais
- 016 Junta de Turismo da Costa do Estoril
- 018 Regedoria da Freguesia de Cascais

020 ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- 021 Câmara Municipal de Cascais
- 032 Junta de Freguesia de Alcabideche
- 036 Junta de Freguesia de Carcavelos
- 040 Junta de Freguesia de Cascais

044 ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

- 045 Associação Escola 31 de Janeiro
- 047 Associação Naval de Lisboa
- 050 Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche
- 052 Club da Praia
- 054 Clube Naval de Lisboa
- 057 Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais
- 059 Federação Portuguesa de Remo
- 061 Sporting Club de Cascais
- 063 Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

065 ARQUIVOS ECLESIÁSTICOS

- 066 Arciprestado de Cascais
- 067 Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche
- 069 Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel
- 071 Confraria de Nossa Senhora da Assunção
- 072 Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo
- 074 Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche
- 076 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
- 077 Ordem Terceira de Cascais

079 ARQUIVOS EMPRESARIAIS

- 080 Colégio da Bafureira
- 082 Grande Hotel Estrade
- 084 Hotel Palácio
- 086 Sociedade de Moagem Carcavelos

088 ARQUIVOS ESPECIAIS

- 089 Coleção Almarjão
- 091 Coleção António Capucho
- 094 Coleção Cartográfica do Município
- 095 Coleção José de Matos-Cruz
- 097 Coleção José Santos Fernandes
- 099 Coleção Maria Albertina Madruga
- 100 Coleção Municipal de Bilhetes-postais Ilustrados
- 101 Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva
- 103 Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

106 ARQUIVOS FAMILIARES

- 107 Faros da Casa do Vimieiro
- 108 José Jorge Ribeiro
- 109 Luís Marques e Susan Lowndes
- 113 Marquês de Cascais

116 ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

- 117 Coleção Antiga do Município
- 118 Coleção António Passaporte
- 120 Coleção César Guilherme Cardoso
- 123 Coleção Família Castelo Branco
- 124 Coleção Sérgio Álvares da Guerra

126 ARQUIVOS JUDICIAIS

- 127 Juízos de Paz de Cascais e Rana

129 ARQUIVOS PESSOAIS

- 130 António Branquinho da Fonseca
- 132 Ana Maria Ferreira
- 134 Arquiteto Silva Júnior
- 136 Embaixador Armando Martins Janeira
- 140 Escritora Cacilda Celso
- 142 General Jacinto Parreira
- 146 João Cordeiro Pereira
- 148 Pintor Eduardo Leite
- 149 Pedro de Melo e Alvim

151 SIGLAS E ABREVIATURAS

152 GLOSSÁRIO

160 REGULAMENTO

APRESENTAÇÃO

Fundado a 25 de agosto de 1987, o Arquivo Histórico Municipal de Cascais tem por missão a recolha, organização, preservação e difusão da documentação de conservação permanente à sua guarda, fundamental para a reconstituição do passado do município. Neste sentido, para além da gestão de documentos produzidos e recebidos pela Câmara Municipal no exercício da sua atividade, cumpre-lhe, ainda, o tratamento de toda a documentação considerada de interesse para o efeito, recebida por compra, depósito ou doação, bem como a promoção de edições, exposições e conferências relacionadas com o acervo ou a história local.

Em 2008, tendo por base o X-Arq, software que obedece à ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – e ISAAR (CPF) – Norma Internacional Arquivística para as Entradas de Autoridade de Entidades, Pessoas e Famílias – o Arquivo Histórico Municipal iniciou um projeto de informatização que conduziria à criação do Arquivo Histórico Digital de Cascais, ao qual se associaram outros importantes núcleos arquivísticos municipais, como a Casa Reynaldo dos Santos | Irene Quilhó dos Santos e o Museu da Música Portuguesa – Casa Verdades de Faria. Por intermédio desta nova funcionalidade, em constante atualização, ficaram, assim, acessíveis à distância de um clique descrições e digitalizações de milhares de documentos, que poderão ser gradualmente pesquisados, a diferentes níveis.

No âmbito da informatização, o Arquivo Histórico Municipal de Cascais procedeu, também desde 2008, à georreferenciação de documentação no Sistema de Informação Geográfica Municipal, cuja utilidade esteve na base da implementação de um inovador interface SIG/X-Arq, que permitirá, em breve, a associação de novas tipologias documentais, facultando modalidades de pesquisa remota que respondem a necessidades identificadas junto dos utilizadores



e contribuem para a desburocratização e simplificação da consulta do acervo, nomeadamente no que concerne aos processos de obras e às coleções fotográficas e de bilhetes-postais ilustrados.

Por intermédio do PRADIM – Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal – o Arquivo Histórico Municipal tem, desde 2006, recolhido, por depósito ou doação, documentação relevante para a manutenção da memória coletiva, casos dos arquivos do Arquiteto Silva Júnior (Casa do Alentejo), Associação Escola 31 de Janeiro, Associação Naval de Lisboa, Clube Naval de Lisboa, Colégio da Bafureira, Embaixador Armando Martins Janeira, Escritora Cacilda Celso, Federação Portuguesa de Remo, General Jacinto Parreira, Hotel Palácio, Junta de Freguesia de Cascais, Junta de Turismo da Costa do Estoril, Luís Marques e Susan Lowndes, Pintor Eduardo Leite e Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, assim como parte das coleções António Capucho, José Santos Fernandes, Maria Albertina Madruga e Manuel Eugénio Fernandes da Silva, que foram ou estão a ser alvo de tratamento, com vista à sua disponibilização a todos os interessados.

Os trabalhos em curso, de classificação, descrição, indexação, digitalização e acessibilização, presencial ou remota, alicerçarão o projeto de transformação do Arquivo Histórico Municipal num ativo Centro de História Local, que muito beneficiará da reinstalação na Casa Henrique Sommer, em Cascais. Facultar-se-á, assim, a consulta da documentação a todos os interessados, num espaço especificamente concebido para o efeito, libertando-se parte substancial do depósito onde se encontra instalado, desde 2003, no Complexo Multisserviços da Adroana, que poderá, então, ser ainda mais utilizado pelo Arquivo Intermédio Municipal. Para o efeito, a Câmara Municipal de Cascais assinou, em 2005, o auto de posse administrativa do edifício, peça ímpar da arquitetura de veraneio do final do século XIX, já classificada como imóvel de interesse municipal, que recebeu a designação de Casa Henrique Sommer, em homenagem ao seu primeiro proprietário.

O plano de obras incidirá na reabilitação, conservação e restauro dos espaços interiores e exteriores, dotando-os de condições de funcionalidade, conforto e segurança, com respeito pela traça original do edifício e sistemas construtivos existentes. O futuro Centro de História Local | Arquivo Histórico Municipal organizar-se-á em três áreas distintas de funcionamento: uma área pública e de administração, que funcionará na Casa Sommer, constituída por três pisos e cave; uma área reservada ao trabalho técnico, instalada no edifício das antigas cocheiras; e uma área destinada ao depósito, a construir subterraneamente entre estes edifícios. A sua adaptação proporcionará condições privilegiadas para a preservação, tratamento e difusão da valiosa documentação conservada, numa relação de proximidade com outros equipamentos de interesse cultural, turístico e de lazer, como a Cidadela de Cascais, o Museu do Mar – Rei D. Carlos I, o Centro Cultural de Cascais, o Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, a Casa de Santa Maria, o Farol-Museu de Santa Marta e a Casa das Histórias Paula Rego.



**Casa Henrique Sommer,
Cascais**

O Arquivo Histórico Municipal de Cascais assegura a preservação dos mais relevantes documentos para a reconstituição do passado de Cascais, de 1387 a 2011, datas extremas das fontes que disponibiliza, a diferentes níveis, para consulta presencial e on-line, atualmente organizadas em 57 Fundos e Coleções, reunidos em 10 Grupos de Arquivos, que em seguida se apresentam.

QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DOCUMENTAL

«Esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/ou instalação». NP 4041. 2005, Informação e Documentação – Terminologia arquivística : conceitos básicos. Lisboa : IPQ.

AACD ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DESCONCENTRADA

ACC Administração do Concelho de Cascais
ESPC Estação de Saúde do Porto de Cascais
JTCE Junta de Turismo da Costa do Estoril
RFCS Regedoria da Freguesia de Cascais

AADL ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CMC Câmara Municipal de Cascais
JFAL Junta de Freguesia de Alcabideche
JFCR Junta de Freguesia de Carcavelos
JFCS Junta de Freguesia de Cascais

AASS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

AEJ Associação Escola 31 de Janeiro
ANL Associação Naval de Lisboa
ASMA Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche
CPR Club da Praia
CNL Clube Naval de Lisboa
CCUN Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais
FPR Federação Portuguesa de Remo
SCC Sporting Club de Cascais
SESJ Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

AECL ARQUIVOS ECLESIASTICOS

ARC Arciprestado de Cascais
CFSA Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche
CFSC Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel
CNSA Confraria de Nossa Senhora da Assunção
CSPG Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo
CSVA Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche
INSR Irmandade de Nossa Senhora do Rosário
OTC Ordem Terceira de Cascais

AEMP ARQUIVOS EMPRESARIAIS

CBAF Colégio da Bafureira
GHE Grande Hotel Estrade
HPL Hotel Palácio
SMC Sociedade de Moagem Carcavelos

AESP ARQUIVOS ESPECIAIS

CALM Coleção Almarjão
CAC Coleção António Capucho
CCM Coleção Cartográfica do Município
CJMC Coleção José de Matos-Cruz
CJSF Coleção José Santos Fernandes
CMAM Coleção Maria Albertina Madruga
CMBP Coleção Municipal de Bilhetes-postais Ilustrados
CMEF Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva
CMES Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

AFML ARQUIVOS FAMILIARES

FCV Faros da Casa do Vimieiro
JJR José Jorge Ribeiro
LMSL Luís Marques e Susan Lowndes
MCS Marqueses de Cascais

AFTG ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

CAM Coleção Antiga do Município
CAP Coleção António Passaporte
CCGC Coleção César Guilherme Cardoso
CFCB Coleção Família Castelo Branco
CSAG Coleção Sérgio Álvares da Guerra

AJDC ARQUIVOS JUDICIAIS

JPCR Juízos de Paz de Cascais e Rana

APSS ARQUIVOS PESSOAIS

ABF António Branquinho da Fonseca
AMF Ana Maria Ferreira
ASJ Arquiteto Silva Júnior
EAMB Embaixador Armando Martins Janeira
ECC Escritora Cacilda Celso
GJP General Jacinto Parreira
JCP João Cordeiro Pereira
PEL Pintor Eduardo Leite
PMA Pedro de Melo e Alvim

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASCAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC

TÍTULO: Arquivo Histórico Municipal de Cascais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Subentidade Detentora

ENDEREÇO: Complexo Multisserviços
da Câmara Municipal de Cascais,
Estrada de Manique, n.º 247, Alcoitão

CÓDIGO POSTAL: 2645-131 Alcabideche

TELEFONE: 21 481 57 59 | 21 481 57 39

FAX: 21 482 50 79

E-MAIL: arquivo.historico@cm-cascais.pt

INTERNET: <http://www.cm-cascais.pt/sub-area/arquivo-historico-municipal>.

Arquivo Histórico Digital disponível para consulta em
<http://www.cm-cascais.pt/arquivohistoricodigital>

SERVIÇOS:

Pesquisa documental presencial e on-line; Aconselhamento e orientação na investigação; Reprodução de documentos; Edição de instrumentos de descrição documental; Edição de fontes documentais e estudos de história local; Produção de exposições documentais e temáticas; Comemoração de efemérides; Serviço à comunidade educativa e Orientação de estágios

HORÁRIO: 2.ª – 6.ª feira [9h00 – 17h00]

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA:

O Arquivo Histórico Municipal de Cascais, arquivo público, administrativamente subordinado à Câmara Municipal de Cascais, foi criado por deliberação camarária de 1987-08-25, de forma a preservar e acessibilizar a documentação municipal de conservação permanente, parte integrante do património histórico e cultural do concelho. Em 1990-11-06, a Câmara Municipal aprovou o seu regulamento, que seria ratificado pela Assembleia Municipal, em 1990-12-10, assumindo-se, então, enquanto «instituição que tem como atribuições reunir, conservar, dar tratamento arquivístico e difundir a documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse para o concelho». O novo Regulamento de Serviços de Arquivo, aprovado pela Câmara Municipal, em 2007-12-03, e pela Assembleia Municipal, em 2007-12-17, confirmou as suas competências, enquadrando-o num programa de gestão integrada de arquivos. Ao Arquivo Histórico Municipal cumpre, assim, relativamente à documentação municipal, a gestão de todos os materiais correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura, já não consultados pelos serviços e selecionados em função do seu valor arquivístico. Para além de preservar, tratar arquivisticamente e acessibilizar todos os documentos à sua guarda, tem, ainda, a responsabilidade de promover a recolha de documentação considerada de interesse para a história municipal, nacional ou internacional, por compra, depósito ou doação; propor a divulgação e publicação de documentos inéditos ou de trabalhos de investigação, designadamente acerca da história do município ou de figuras e temáticas que se relacionem com a documentação conservada; e fomentar a realização de atividades culturais, como exposições e conferências, tendo por mote o seu acervo ou a história local. Funcionou, desde a sua criação, no Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, sendo transferido, em 1997, para a Escola Monumento de D. Luís I e, em 2003, para as instalações do Arquivo Intermédio, que administra provisoriamente desde 2004, no Complexo Multisserviços Municipal da Adroana. Prepara-se, todavia, a sua reinstalação na Casa Henrique Sommer, em Cascais, onde também se assumirá enquanto Centro de História Local

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Guia do Arquivo Histórico Municipal de Cascais. Cascais : Câmara Municipal, 1993. 95 p. ISBN 972-637-026-4.

Nova Peregrinação : Armando Martins Janeira. Investig. e conceção Clara Pavão Pereira, Ingrid Bloser Martins. Cascais : Câmara Municipal, 1998. 39 p. ISBN 972-637-058-2.

António José Branquinho da Fonseca : uma vida (1905-1974). Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian ; Cascais : Câmara Municipal, 2001. 47, [1] p. ISBN 972-637-090-6.

S. João do Estoril e os banhos da Poça : a localidade e as termas : 1838-1923. Cascais : Câmara Municipal; Santa Casa da Misericórdia, D. L. 2003. 90, [2] p. ISBN 972-637-104-X.

Cascais : aqui nasceu o futebol em Portugal : 1888-1928. Lisboa : Quimera ; Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2004. 159 p. ISBN 972-637-124-4.

Cascais : aqui nasceu o futebol em Portugal : 1888-1928 : exposição. Cascais : Câmara Municipal, [2004]. [33] p.

Carcavelos, a vinha e o vinho : coleção Almarjão : exposição. Cascais : Câmara Municipal, 2005. 21, [2] p.

Cascais em 1755 : do terramoto à reconstrução. Coord. António Carvalho ; investig. e texto João Miguel Henriques. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2005. 263 p. ISBN 972-637-154-6.

Cascais em 1755 : do terramoto à reconstrução. Org. Câmara Municipal de Cascais; textos de João Miguel Henriques. Cascais: Câmara Municipal, [2005]. [5] p. Folheto da exposição realizada no Centro Cultural de Cascais de 20 a 30 de outubro de 2005.

António José Branquinho da Fonseca (1905-1974) : exposição comemorativa do seu nascimento. Coord. António Carvalho ; textos e seleção de peças João Miguel Henriques, Rui Trindade. Cascais : Câmara Municipal, 2006. 16 p.

Cascais : a história da vela. Coord. António Carvalho; investig., textos e seleção de imagens João Miguel Henriques, Olga Bettencourt. Cascais : Câmara Municipal, 2007. 55, [1] p.

HENRIQUES, João Miguel ; BETTENCOURT, Olga ; RAMIREZ, Teresa - **História da vela em Cascais : da primeira regata à internacionalização.** Cascais : Câmara Municipal ; Lisboa : Inapa, 2007. 191 p. ISBN 978-972-797-152-7.

D. Carlos de Bragança : 1863-1908 : instantes da vida de um rei em Cascais. Coord. António Carvalho, Maria da Conceição Cordeiro ; textos e selecção de imagens João Miguel Henriques. Cascais : Câmara Municipal, 2008. 24 p. ISBN 978-972-637-177-9.

CASCAIS. Câmara Municipal - **O passado nunca passa : catálogo da coleção José Santos Fernandes.** Cascais: Câmara Municipal, 2010. ISBN: 978-972-637-219-6.

BETTENCOURT, Olga ; HENRIQUES, João Miguel - **Cem anos a ensinar : Colégio da Bafureira 1910-2010.** Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. ISBN: 978-972-637-238-7.

1910-1926 : a República em Cascais. Coord. António Carvalho ; investig. e textos de João Miguel Henriques. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. 21, [1] p. ISBN 978-972-637-237-0.

O Estoril e as origens do turismo em Portugal : 1911-1931. Coord. António Carvalho; João Miguel Henriques. Cascais : Câmara Municipal, 2011. 112 p. ISBN 978-972-637-242-4.

HENRIQUES, João Miguel, PACHECO, Cristina - **Branquinho da Fonseca: um escritor na biblioteca.** Cascais: Câmara Municipal, 2012. 111 p. ISBN 978972-637-247-9

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DESCONCENTRADA

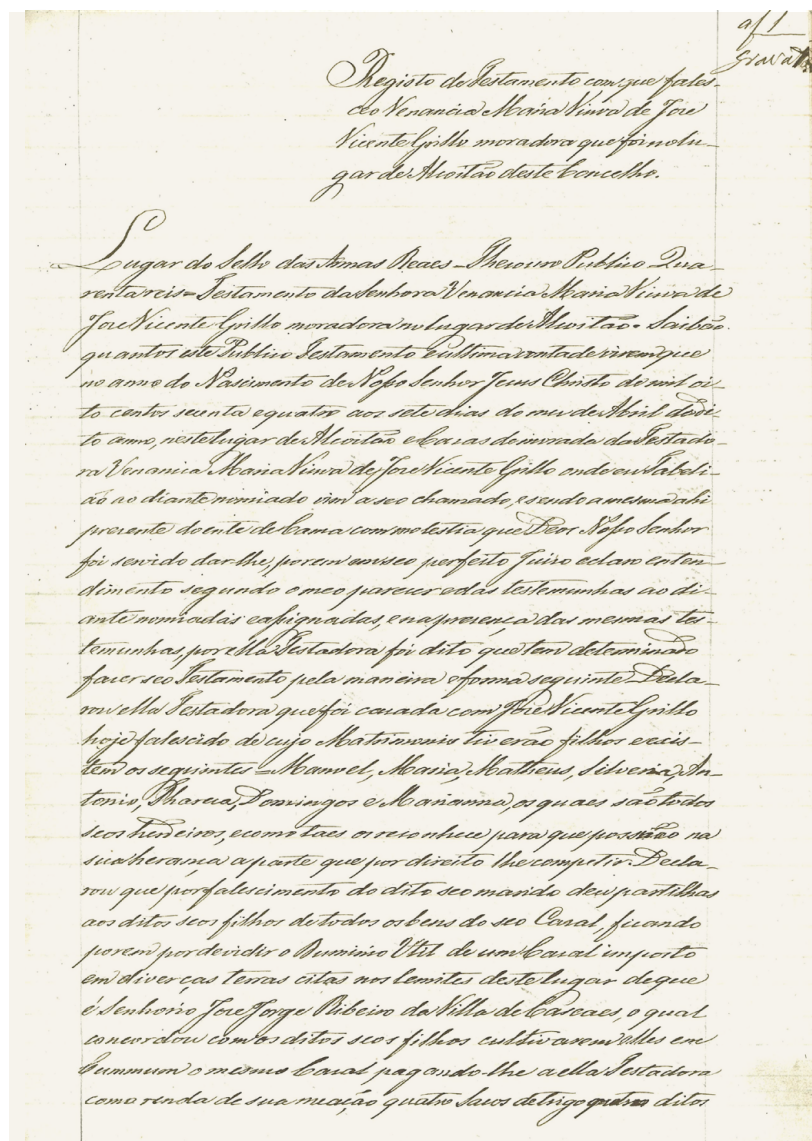
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMC-AHMC/AACD

TÍTULO:
Arquivos da Administração Central Desconcentrada

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Arquivos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 4 fundos:
Administração do Concelho de Cascais,
Estação de Saúde do Porto de Cascais,
Junta de Turismo da Costa do Estoril e
Regedoria da Freguesia de Cascais

ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE CASCAIS



REGISTO DE TESTAMENTOS, 1864-04-07
[PT/CMC-AHMC/AACD/ACC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AACD/ACC

TÍTULO: Administração do Concelho de Cascais

DATAS: 1836 | 1975-02-19

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 16,44 m. l. – 207 lv., 56 ds. e 58 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Administração do Concelho de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: As Administrações do Concelho foram criadas por decreto de 1835-07-18, que dividiu o país em Distritos Administrativos, compostos por Concelhos que, por sua vez, se subdividiam em Freguesias. O Administrador do Concelho, nomeado pelo Governo por um período de dois anos, tinha por objetivo a «execução das ordens, instruções e regulamentos que lhe forem transmitidos pelo Governador Civil». Cumpria-lhe «a direção imediata dos trabalhos públicos, que se efetuarem nos limites do concelho, e que não forem pagos pela municipalidade, ou incumbidos pelo Governo a uma inspeção particular»; «prover [...] ao fornecimento de bestas, carros e outros meios de condução para as tropas em marcha e ao aquartelamento e fornecimento delas e das que estacionarem em terras do seu Concelho»; «a superintendência e vigilância diária de tudo quanto respeita à polícia preventiva»; «a inspeção das escolas públicas, que não pertençam a estabelecimentos que têm um superior especial»; «a fiscalização sobre os lançamentos e cobranças das contribuições diretas»; «a proteção geral da indústria e das artes, e de tudo quanto possa concorrer para a utilidade

e comodidade dos vizinhos»; «o recrutamento do Exército e alistamento da Guarda Nacional, em conformidade das leis»; «fazer o recenseamento e mapa da população»; «dar e visar os passaportes e passar os bilhetes de residência, dando de tudo relação ao Governador Civil»; «inspecionar as prisões, casas de detenção, correção e as casas públicas»; «entender na polícia, e manter a boa ordem no exercício dos cultos, nas festas e regozijos públicos e nos espetáculos»; «inspecionar pesos e medidas, e tudo quanto possa interessar à segurança e fidelidade do comércio»; «executar as leis e regulamentos gerais de polícia sobre licenças para uso de armas»; «reprimir os atos contra os bons costumes e moral pública»; e fazer «cumprir as leis e regulamentos de polícia relativos aos mendigos, vadios e vagabundos». Note-se que, «como protetor dos moradores do concelho», lhe competia, igualmente, «proteger a liberdade individual, opondo-se a toda a prisão que for feita tumultuariamente, ou por pessoa que não tenha autoridades para a fazer». Refira-se, ainda, que, ao nível da execução das medidas de Polícia Municipal, tinha, também, por missão «prevenir, e reprimir quaisquer atos contrários à manutenção da tranquilidade pública» e assegurar «a conservação da boa ordem nos lugares em que se fazem grandes reuniões», assim como «as precauções necessárias para fazer cessar por meio da distribuição dos socorros convenientes às calamidades públicas», «as medidas sanitárias, tanto de prevenção, como de remédio» e «as providências adequadas para obviar ou remediar os acontecimentos desastrosos que possam ser causados por incêndios, inundações, por loucos que se deixem em liberdade e pela divagação de animais malfazejos». Não obstante as funções das Administrações dos Concelhos serem sucessivamente aperfeiçoadas, o decreto n.º 14812, de 1927-12-31, extingui-las-ia, passando a ser «desempenhadas nas secretarias das câmaras municipais, sob a direção dos respetivos

chefes, as atribuições que [...] competiam às administrações dos concelhos», razão pela qual «os arquivos das administrações dos concelhos serão instalados junto dos arquivos das câmaras, continuando porém os atos e expediente da competência do administrador do concelho a ter livros e registos próprios». Neste sentido, «enquanto os municípios estiverem sendo geridos por Comissões Administrativas de nomeação do Governo e da confiança do Governador Civil, o Presidente dessa Comissão será ao mesmo tempo Administrador do Concelho», prática que se manteria até que o Código Administrativo de 1936 eliminasse definitivamente esta autoridade

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. decreto-lei 16/93 de 23 de janeiro, art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da república*, I série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 149 cx. e 2 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Na sequência da extinção da Administração do Concelho, o seu arquivo foi integrado no arquivo da Câmara Municipal de Cascais, sendo algumas das suas funções prosseguidas pela Secção Administrativa da Câmara Municipal de Cascais, como o denotam as datas de produção final de determinadas séries e, consequentemente, do fundo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: A transferência deve ter sido efetuada na sequência da extinção das Administrações do Concelho, em 1927-12-31

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Administração do Concelho no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Serviços Administrativos; Segurança Pública e Testamentos; e por 70 séries: Registo de correspondência recebida (1926-1930); Registo de correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa (1919-1939); Correspondência recebida (1925-1939); Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa (1919-1954); Correspondência recebida da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1940-1944); Copiadores e índices de correspondência expedida (1924-39); Copiador de correspondência confidencial expedida para o Governador Civil de Lisboa (1936-1939); Copiador de correspondência expedida para o Governador Civil de Lisboa (1922-1938); Copiador de telegramas expedidos (1916-1926); Correspondência recebida e expedida relativa a expropriações (1932-1943); Editais (1930-1954); Registo de requerimentos (1926-1934); Registo de licenças diversas (1934); Processos de licenças diversas (1928); Registo de licenças de porta aberta (1934-1937); Processos de licenças de porta aberta (1934-1936); Registo de alvarás (1919-1924); Registo de alvarás de sociedades recreativas e desportivas (1927); Registo de alvarás de licença para exercício de indústrias insalubres, incómodas e perigosas (1924-1929); Termos de declaração e justificação de nomes (1911-1961); Termos de responsabilidade e abonação (1925-1970); Termos de fiança (1908-1919); Registo de orçamentos de irmandades, confrarias e outras instituições de caridade e beneficência (1934-1936); Autos de vistoria (1924-1925); Autos de posse (1913-1975); Autos de posse e juramentos de empregados do caminho-de-ferro (1911-1952); Registo de autos administrativos (1911-1915); Registo de receita

e despesa (1918-1938); Registo auxiliar de receita e despesa (1924); Registo mensal e divisão de emolumentos (1931-1932); Registo de preços de géneros de primeira necessidade (1932-1936); Registo de média de salários (1927-1935); Recibos (1928-1937); Registo de atestados de higiene e sanidade para venda de leite (1934); Registo de termos de abonação para licença de porte de arma (1927-1928); Termos de abonação para licença de porte de arma (1911-1924); Registo de processos de licença de porte de arma (1927-1928); Processos de licença de porte de arma (1926-1936); Registo de licenças para uso e porte de arma de defesa (1927-1936); Registo de licenças para uso e porte de arma de caça e defesa pessoal (1927-1930); Registo de processos de licença para uso e porte de arma de caça (1927-1930); Declarações de posse de arma (1927-1943); Cadastro de identificação de titulares de licença de porte de arma (1923-1927); Processos de pedido de autorização para uso de explosivos (1930-1952); Requisições de explosivos (1940-1951); Autos de posse de guardas-noturnos (1918-1937); Registo de cabos chefe e cabos de polícia (1916-1958); Registo de participações de empregados (1928-1941); Registo de participações (1918-1941); Participações (1928-1937); Autos de transgressão (1928-1929); Registo de queixas (1920-1941); Processos de queixas (1928-1939); Processos-crime (1912-1945); Registo de sentenças de processos administrativos (1916); Registo de mandados para intimação ou captura (1931-1941); Registo de presos (1921-1941); Registo de bilhetes de identidade (1918-1942); Registo de bilhetes de residência de estrangeiros (1916-1938); Registo de passaportes e títulos de residência de estrangeiros (1921-1927); Cadastro de identificação de titulares de bilhetes de residência (1926); Certidões de óbito (1896-1945); Registo de livros de registo de testamentos (1910-1935); Registo de testamentos (1836-1936); Registo de cópias de testamentos (1900-1901); Autos de apresentação de testamentos abertos (1931-1934); Registo de testamentos cerrados (1868-1879); Autos de apresentação e abertura de testamentos cerrados (1879-1935); Testamentos cerrados (1931-1935) e Autos de cumprimento de legados pios (1874-1895)

ESTAÇÃO DE SAÚDE DO PORTO DE CASCAIS

*Livro de Registo das Embarcações Nacionais, e Estrangeiras
Terra buscar refrasco, bem como das embarcações que vem directamente a este*

Anno, e Mes.	Qualidade da Embarcação.	Nação.	Nome da Embar- cação.	Nome do Capitão.
1848				
Março. 5.	Roasca.	Portuguesa.	Conceição Maria	José da Costa Freire.
" 8.	D. ^o	"	Albina.	Manuel Ferreira Patacas.
" 16.	Escuna.	Ingleza.	Viglene.	Richard Altrige.
" 28.	Cahique.	Portuguez.	Andorinha.	José Alves.
Abril. 2.	Miate.	"	D. Pedro L.	Francisco Lopes Baptista.
" 2.	Goleta.	Espanhola.	Nuevo S. Pablo.	D. Pedro Rey.
" 6.	D. ^o	"	Carmen.	D. Juan Antonio Perez.
" 7.	Roasca.	Portuguesa.	Conceição.	Estanisláo Franco.
" 7.	Cahique.	Portuguez.	Destemido.	José Coelho da Silva.
" 8.	D. ^o	"	Conceição de Maria	José da Trindade

Registo de embarcações, d. 1848-03-05
[PT/CMC-AHMC/AACD/ESPC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AACD/ESPC

TÍTULO: Estação de Saúde do Porto de Cascais

DATAS: 1848-11-05 | 1890-12-27

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,22 m. l. – 4 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Estação de Saúde do Porto de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Estação de Saúde do Porto de Cascais foi criada por decreto de 1844-09-18. O então porto de 4.^a ordem dispunha «de um simples Fiscal subordinado ao Guarda-Mor mais próximo», a quem cumpria assegurar a «regularidade do serviço e execução dos regulamentos» sanitários, mais concretamente, «fazer a visita de todos os navios que entrarem no porto, admiti-los à livre prática, impor-lhe, segundo os regulamentos, quarentenas de observação ou de rigor e prescrever as precauções a que são obrigados, expedir e assinar as cartas de saúde, arrecadar os respetivos emolumentos e pagar as despesas da Estação». Ao Fiscal de Saúde cumpria, ainda, «informar o Guarda-Mor da Estação mais próxima de todas as irregularidades, ocorrências extraordinárias e infrações dos regulamentos», e «tomar em caso extraordinário e urgente as precauções convenientes para assegurar a saúde pública». O decreto de 1845-11-26 passou a exigir que nos portos de 4.^a ordem existisse «um simples fiscal, que será facultativo, havendo-o e subordinado ao Guarda-Mor mais próximo». O Dr. José dos Passos Vela, médico do partido municipal desde 1866-08-02 e Subdelegado de Saúde desde 1869-02-04, seria nomeado Guarda-mor da Estação de Saúde do Porto de Cascais, por decreto de 1880-11-23. A Estação foi elevada à categoria de segunda classe, em 1889-11-14; suprimida, em 1895-01; restabelecida, em 1902-12-04; e reduzida à condição de 3.^a classe, em 1910-11-01, data em que se suprimiu o lugar de Guarda-Mor, cujas funções passaram a ser exercidas pelo Subdelegado de Saúde

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Estação de Saúde do Porto de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 séries: Registo de correspondência expedida (1848-1890), Registo de embarcações (1848-1890) e Registo de barcos de pesca (1848-1880)

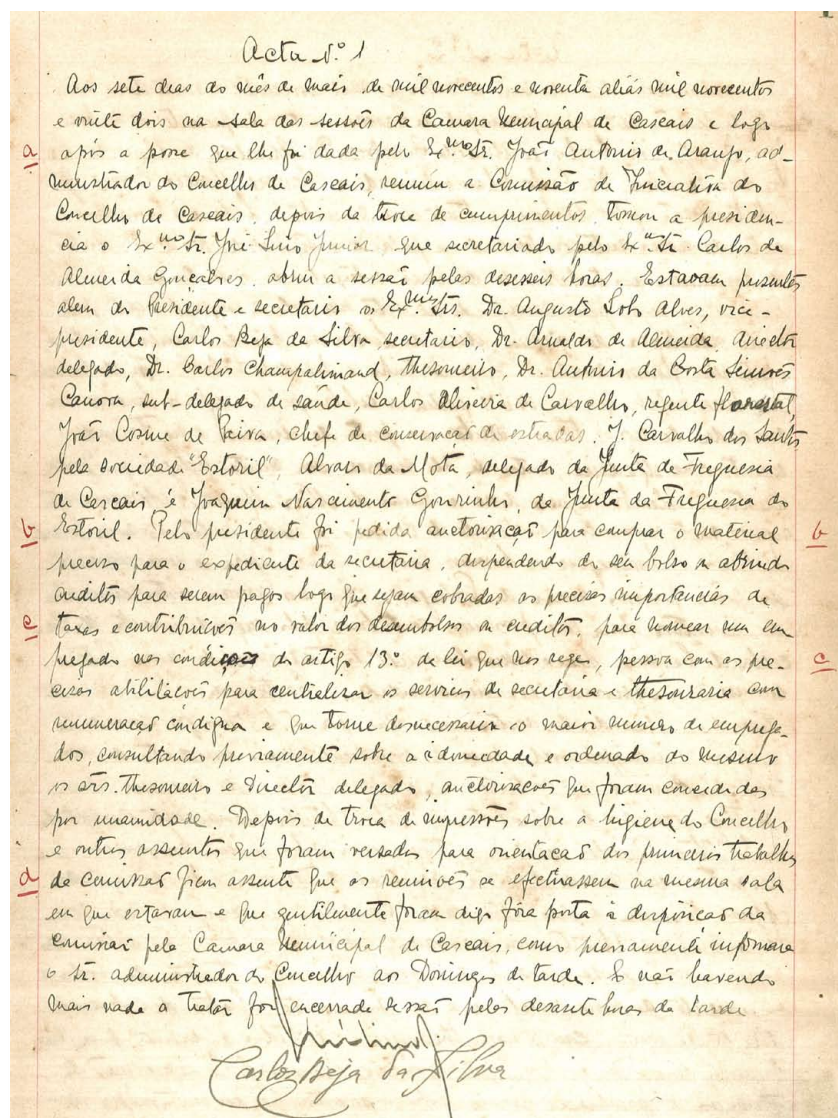
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 2 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL



Ata de sessão da Comissão de Iniciativa do Concelho de Cascais,
antecessora da Junta de Turismo, 1922-05-07
[PT/CMC-AHMC/AACD/JTCE]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AACD/JTCE

TÍTULO: Junta de Turismo da Costa do Estoril

DATAS: [1922 | 2007]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [7 m. l. – 2 cx., 63 lv., 37 ds. e 31 pt.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Turismo da Costa do Estoril

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Lei n.º 1152, de 1921-04-23, criou «em todas as estâncias hidrológicas e outras – praias, estâncias climatéricas, de altitude e de repouso, de recreio e turismo – comissões de iniciativas com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus fregueses um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo». Cumpriam, assim, «executar obras e realizar quaisquer melhoramentos em locais dependentes da ação do Governo ou das corporações administrativas, quando os respetivos projetos forem aprovados por aquelas entidades, não ficando, porém [...] sujeitos ao pagamento de qualquer taxa ou licença». Por portaria de 1921-08-10 estabeleceram-se duas estâncias hidrológicas no concelho de Cascais: a do Estoril e a dos Banhos da Poça, definindo-se, ainda, «a área em que superintendem as comissões de iniciativa», que se estendia pelo Monte Estoril, Estoril, Alto do Estoril e S. João do Estoril. Em 1922-02-24, um novo decreto regulamentaria a atividade destas comissões, às quais cabia, entre outras funções, cobrar a taxa de turismo e aplicar o seu produto, remetendo ao Conselho de Estradas e Turismo e ao Instituto de Hidrologia as percentagens devidas; propor planos de melhoramentos; organizar inventários de património que se revestisse de interesse turístico; e fiscalizar hotéis, restaurantes, pensões e hospedarias. Todavia, ainda que os Administradores do Concelho dispusessem de vinte dias para instalar as Comissões de Iniciativa, seria por intermédio do Delegado da Sociedade Propaganda de Portugal em Cascais que, em 1922-05-07, se empossaria, na sala de sessões

da Câmara Municipal, a Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais. Face à multiplicidade da oferta turística do concelho, por decreto de 1922-06-05 estabelecer-se-ia que «a área das estâncias hidrológicas de praias, climatérica, de repouso, de recreio e de turismo seja uma única, abrangendo todo o concelho de Cascais, sob a superintendência de uma só comissão de iniciativa», decisão reconfirmada por decreto de 1924-09-05. Mercê do plano delineado por Fausto Cardoso de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, em 1914, para a fundação de uma «Estação Climatérica, Termal e Sportiva» no Estoril, o litoral do concelho – que desde 1870 se transformara para receber os lisboetas durante o período do ano consagrado aos banhos de mar – foi dotado de um conjunto significativo de infraestruturas de apoio à atividade turística, que conduziu ao nascimento da «Costa do Sol», designação que, englobando a orla marítima de Carcavelos a Cascais, seria oficializada pela lei n.º 1909, de 1935-05-22. À Comissão de Iniciativa sucedeu, por decreto de 1937-05-18, a Junta de Turismo de Cascais. Já por decreto de 1957-07-26 se estabeleceu que a zona de turismo passasse a coincidir com a do concelho e que o órgão responsável pela sua administração se designasse Junta de Turismo da Costa do Sol, denominação que veio a desaparecer em 1979-05-31, para dar lugar à de Junta de Turismo da Costa do Estoril, extinta em 2008, «para efeitos de organização do planeamento turístico».

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo, que integrava o arquivo da Junta de Turismo da Costa do Estoril, foi doado pela Entidade Regional de Turismo de Lisboa e Vale do Tejo à Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Iniciativa para Fomento da Indústria de Turismo de Cascais, depois apelidada de Comissão de Iniciativa e Turismo do Concelho de Cascais, Junta de Turismo de Cascais, Junta de Turismo da Costa do Sol e, por fim, Junta de Turismo da Costa do Estoril, no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos da Junta; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e Património; e por 24 séries: Atas de sessões (1922-2007); Termos de posse (1929-1974); Relatórios e contas de gerência (1922-1926); Planos de atividade (1953-1978); Planos de atividades turísticas (1970-1975); Registo de correspondência (1973-1994); Correspondência recebida e expedida (1975-1976); Processos de gestão de equipamentos (1978-2007); Processos de gestão de eventos (1977-1993); Catálogos e prospetos de eventos (1962-1984); Inventário artístico de património do Patriarcado de Lisboa no concelho de Cascais (1970); Catálogo da biblioteca da Junta de Turismo (d. 1950); Informações à imprensa (1978); Recortes de imprensa (1978-1995); Planos de desenvolvimento do turismo (1979-1993); Divulgação turística (1970); Registo diário de receita e despesa (1993-1999); Registo mensal de receita (1982-1997); Registo mensal de despesa (1998-1999); Receitas de imposto turístico (1969-1973); Orçamentos suplementares do Plano de Atividade Turística (1962-1976); Processos de obras (1970) e Certidões de Juízo das Execuções Fiscais-administrativas do Concelho de Cascais (1936)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 2 cx., 63 lv., 37 ds. e 31 pt.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

REGEDORIA DA FREGUESIA DE CASCAIS

Registo de

Numero de Ordem	Data dia Mes Ano	Entidade remetente	Numero do oficio
1	19 Janeiro 1939	Secretario da Comissao Recenseamento Electoral Cascais	21 28/1/39
2	24 " "	Presidente da Camara Municipal Cascais	33/1/39
3	10 Março "	Presidente da Camara Municipal de Cascais	367 7/3/39
4	8 " "	Chefe da 5ª Divisao Servicos Policiais	518 7-3-39
5	13 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Servicos Policiais	554 14-3-39
6	13 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Servicos Policiais	562-A 11-3-39
7	24 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Servicos Policiais	673 22-3-39
8	13 Abril "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos Servicos Policiais	848 11/4/39
9	26 " "	Chefe da 5ª Divisao de Servicos	984 25/4/39
10	23 Junho "	Delegado do Governo de Cascais	3221 23/6/39
11	26 " "	Chefe da Secretaria da Camara de Cascais	15 26/6/40

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AACD/RFCs

TÍTULO: Regedoria da Freguesia de Cascais

DATAS: 1939-01-19 | 1943-03-31

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Regedoria da Freguesia de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Regedor de Paróquia, magistrado administrativo instituído pelo Código Administrativo de 1836, aprovado por decreto de 1836-12-01, encontrava-se subordinado ao Administrador do Concelho, até à extinção do cargo, por decreto de 1927-12-31. Desde então, passou a depender do Presidente da Câmara Municipal, pelo que, de acordo com o Código Administrativo de 1936, aprovado por decreto-lei de 1936-12-31, lhe cumpria «executar e fazer executar todas as ordens e deliberações municipais que lhe forem comunicadas pelo Presidente da Câmara». As suas competências exerciam-se, sobretudo, ao nível da segurança pública e sanitária, pelo que era também responsável por «velar pela observância das posturas municipais e paroquiais e regulamentos de polícia, levantando autos de transgressão que remeterá à Junta de Freguesia ou à Secretaria da Câmara»; «dar parte às autoridades policiais do concelho dos crimes que tiver notícias e das provas que obtiver para a descoberta de criminosos»; «coadjuvar as autoridades judiciais e policiais em todos os atos de investigação criminal para que o seu concurso seja requerido»; «tomar providências para assegurar a ordem, segurança e tranquilidade pública, segundo instruções recebidas das autoridades policiais do concelho, ou por sua iniciativa,

nos casos urgentes»; «participar imediatamente ao Delegado de Saúde e ao Presidente da Câmara os factos perturbadores da saúde pública de que tenha conhecimento, a aparição de moléstias epidémicas ou suspeitas e as transgressões das leis, regulamentos e posturas sanitárias»; «impedir que se enterrem cadáveres fora dos cemitérios públicos»; «impedir que se faça a inumação de cadáveres sem guia de enterramento passada pela competente conservatória ou posto de registo civil»; «atestar gratuitamente, na impossibilidade absoluta da comparência do facultativo para a verificação do óbito e, caso não haja suspeitas de crimes, que viu o cadáver e quais as informações dadas por pessoas idóneas sobre as causas possíveis da morte» e «convocar os vizinhos para a extinção de incêndios e dirigir os respetivos serviços, quando não estiver presente algum técnico», podendo, nesse sentido, ser coadjuvado por cabos de polícia

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo, que integrava o arquivo da Junta de Freguesia de Cascais, foi depositado pela Junta de Freguesia de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-09-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Regedoria da Freguesia no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de correspondência recebida (1939-1943)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGAARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMC-AHMC/AADL

TÍTULO:
Arquivos da Administração Local

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 4 fundos: Câmara Municipal de Cascais,
Junta de Freguesia de Alcabideche, Junta de Freguesia de
Carcavelos e Junta de Freguesia de Cascais

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS



Foral de Cascais, 1514-11-15 [PT/CMC-AHMC/AADL/CMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AADL/CMC

TÍTULO: Câmara Municipal de Cascais

DATAS: [1514 | 2011]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [839,67 m. l. – 6465 cx., 779 lv., 1180 ds.]

SUPORTE: Papel e pergaminho

NOME DO PRODUTOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A autonomia de Cascais parece dever-se à privilegiada situação da sua baía, que cedo a transformou num porto concorrido. Por carta régia de 1364-06-07, seria, então, separada do concelho de Sintra e elevada a vila, com jurisdição cível e crime, em troca de um imposto adicional de 200 libras por ano, para além dos direitos já devidos ao monarca. Este documento não definiu, porém, o território que constituiria o seu termo, pelo que, aparentemente, apenas o povoado passou a ser considerado autónomo. A carta régia de 1370-04-08 colmatou esta lacuna, delimitando uma área de quase 100 km², muito semelhante à do atual concelho, aquando da entrega de Cascais, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, poderoso valido do rei. Não obstante, esta carta de criação de senhorio nada prescrevia acerca da organização do concelho – comunidade vicinal constituída em território de extensão muito variável, cujos moradores (os vizinhos) eram dotados de maior ou menor autonomia administrativa – desconhecendo-se, assim, a data em que se terão realizado as primeiras eleições. Em 1377 já existia, pelo menos, um alvazil para os pleitos cíveis, assim como um juiz, porventura correspondente ao segundo alvazil: o dos feitos crimes. Em 1383 a organização estava completa, compondo-se de dois alvazis, dois vereadores, um procurador, um porteiro e um pregoeiro, sendo as reuniões promovidas num pequeno largo

à porta do castelo, até que, no início do século XV, se encontrem referências a um «Paço do Concelho», cuja localização e características são, por ora, desconhecidas. Apesar da conquista e saque do castelo pelos castelhanos em 1373 e do bloqueio do porto em 1382 e 1384, assistir-se-ia, entretanto, ao crescimento da vila no exterior das muralhas e à criação, ainda no final do século XIV, das paróquias de Santa Maria de Cascais, de S. Vicente de Alcabideche e de S. Domingos de Rana. Mercê do aumento do movimento do seu porto, em 1488, D. João II ordenaria a edificação de uma nova torre defensiva na vila, que, em 1514-11-15, receberia o seu primeiro foral, uma vez que continuava a utilizar o de Sintra. O concelho, tal como fora primitivamente constituído, englobava, ainda, pelo facto de avançar até à «Ribeira de Oeiras», uma pequena parte do reguengo com este nome, que terminava na foz do Tejo e acabaria por adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável ao dos verdadeiros municípios. Por alvará de 1759-08-11, o «reguengo a par de Oeiras», que veio, depois, a ser também conhecido por vila de Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais para a formação da vila de Carcavelos, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, assim, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que perdeu, com as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo. O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então Conde de Oeiras e grande proprietário na vila de Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à cobrança dos tributos, tanto mais que havia alcançado, por carta régia de 1759-07-13, a elevação de Oeiras à categoria de vila. Na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, em 1762-09-07, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 1764-04-09, a de Carcavelos e anexar o seu território ao de Oeiras, tanto mais que, poucos dias antes, em

1764-04-05, se assistira à independência jurídica do concelho de Cascais, com a nomeação do primeiro juiz de fora. Anos depois, em 1840-05-17 ocorreria a anexação da paróquia da Ressurreição de Cristo, cuja igreja fora destruída aquando do terramoto de 1755, à de Nossa Senhora da Assunção, surgindo, então, a paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, em Cascais. Desta forma, por ocasião do censo populacional de 1864, o concelho compunha-se de três freguesias: Nossa Senhora da Assunção e Ressurreição de Cristo (Cascais), S. Vicente de Alcabideche e S. Domingos de Rana. Por decreto de 1895-09-26, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, em 1898-01-13, por ocasião da restauração do concelho de Oeiras, a freguesia de Carcavelos manter-se-ia agregada a Cascais. Pela lei n.º 447, de 1915-09-18 fundou-se, ainda, a freguesia do Estoril, que, com sede em S. João do Estoril, Cai-Água [atual S. Pedro do Estoril], Livramento, Alapraia e Galiza, do concelho de Cascais, que, para tal efeito, são desanexadas das paróquias de Cascais, Alcabideche e S. Domingos de Rana». Finalmente, pelo decreto-lei n.º 39.208, de 1953-05-14, fundou-se a freguesia da Parede, com territórios até então pertencentes à freguesia de S. Domingos de Rana. O poder administrativo detido pelos municípios constitui uma emanção do poder do Estado. Inicialmente eram os próprios interessados que proviam às necessidades da vida coletiva, buscando, em comum, as soluções e designando os magistrados que as poriam em prática. A constituição dos concelhos e a obtenção de forais confirmariam o seu regime próprio, determinando, ainda, as prestações devidas à Coroa ou ao senhor da terra. A administração municipal foi, depois, uniformizada, pelas ordenações afonsinas, de meados do século XV; pelas ordenações manuelinas, promulgadas em 1521; e pela reforma dos forais, entre 1497 e 1520. O Liberalismo conduziria a importantes alterações neste domínio, muitas vezes antagónicas, promovendo-se, então, políticas de ingerência ou de concessão

de autonomia aos municípios. Desta forma, ainda que o Código Administrativo de 1832 pretendesse converter as Câmaras Municipais em simples órgãos consultivos dos Provedores, antecessores dos Administradores dos Concelhos, o de 1836 ampliaria a competência deliberativa das mesmas. Em 1842 subordinar-se-iam as deliberações camarárias à fiscalização do Administrador do Concelho, que detinha voto consultivo nas sessões, reforçando-se, ainda, a tutela do governo através das Juntas Gerais do Distrito e criando-se um Conselho Municipal, cujo voto favorável era, por exemplo, necessário para o lançamento de impostos. O Código Administrativo de 1878 suprimiria o Conselho Municipal, restringindo a tutela do Governo e alargando as faculdades tributárias dos municípios. Em 1886 estabelecer-se-ia, mesmo, a representação das minorias nas vereações. Todavia, o Código Administrativo de 1896 encarregar-se-ia de restabelecer a apertada tutela de 1842 e o poder dos magistrados administrativos, suprimindo os concelhos de 3.ª ordem. Proclamada a República, a lei n.º 88, de 1913-08-07, estabeleceria uma Câmara Municipal desdobrada em Senado e Comissão Executiva, organização que se manteria, em Cascais, pelo menos até 1926-09-06, sujeitando determinadas deliberações ao referendo da Junta de Freguesia. Por sua vez, o Código Administrativo de 1940 dividiria os concelhos em urbanos e rurais, sendo, então, Cascais definido como concelho de 1.ª ordem. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos

órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Na sequência da criação do AHMC, em 1987, a documentação produzida e recebida pela Câmara Municipal de Cascais no exercício das suas funções, então considerada de conservação permanente, foi transferida para este serviço, a fim de ser tratada arquivisticamente, com vista à sua preservação e acessibilização. O fundo tem vindo a ser enriquecido com novas transferências

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987-08-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Câmara Municipal de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 18 secções: Constituição e Regulamentação do Município; Órgãos do Município (Câmara Municipal, Comissão Executiva, Conselho Municipal, Assembleia Municipal, Serviços Municipalizados de Águas e Celeiro Municipal); Serviços Administrativos (Expediente, Taxas e Licenças, Pessoal, Arquivo, Notariado Privativo e Consultadoria, Assessoria Técnica e Contencioso); Património; Serviços

Financeiros (Contabilidade, Tesouraria e Aquisições e Aprovisionamento); Impostos, Eleições; Funções Militares; Segurança Pública; Justiça; Controlo das Atividades Económicas; Urbanismo (Planos Municipais de Ordenamento do Território, Estudos e Projetos, Loteamentos, Toponímia e Numeração Policial e Obras Particulares); Obras (Edificações Municipais ou de Interesse Municipal, Rede Viária, Águas e Saneamento, Iluminação Pública, Eletricidade e Telecomunicações e Oficinas, Parques de Máquinas e Viaturas); Serviços Urbanos (Mercados, Feiras e Jardins, Matadouro, Higiene, Limpeza e Veterinário Municipal, Águas e Saneamento, Cemitérios e Eletricidade, Iluminação Pública e Telecomunicações); Habitação; Saúde e Assistência; Educação; e Cultura e Desporto (Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães e Associativismo); e por 517 séries: Registo de leis (1692-1892); Registo das coleções de jesuítas (1760-1802); Foral (1514); Atas de sessões da Câmara Municipal (1630-2005); Propostas de deliberação da Câmara Municipal (1940-1977); Registo de deliberações da Câmara Municipal (1899-1924); Minutas de atas de sessões da Câmara Municipal (1866-1921); Posturas (1587-1942); Editais, avisos e regulamentos (1892-1986); Registo e alteração de posturas (1891-1939); Registo de editais (1915-1941); Planos de atividade da Câmara Municipal (1947-1992); Relatórios de atividade da Câmara Municipal (1951-1999); Distribuição de pelouros (1932-1974); Autos de posse de membros de órgãos consultivos da administração municipal e serviços municipalizados (1955-1977); Atas para a verificação de poderes e autos de posse de vereadores (1941-1956); Álbuns fotográficos (1930-2011); Atas de sessões da Comissão Executiva (1914-1926); Registo de deliberações da Comissão Executiva (1914-1925); Atas de sessões do Conselho Municipal (1937-1974); Atas de verificação de poderes de vogais do Conselho Municipal (1941-1954); Registo de correspondência recebida pelo Conselho Municipal (1978-1982); Correspondência recebida pelo Conselho Municipal (1945-1980); Atas de eleição de representações das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal (1941-1953); Termos de

posse do Conselho Municipal (1937); Correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal (1977-1986); Correspondência recebida pela Assembleia Municipal (1985); Copiador de correspondência expedida pela Assembleia Municipal (1978-1986); Editais (1978-1985); Projeto de regimento da Assembleia Municipal (1977); Registo de mandatos e de assiduidade da Assembleia Municipal (1980-1985); Registo de correspondência recebida pela Assembleia Municipal (1977-1985); Atas de sessões do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Águas (1955-2000); Minutas de atas de sessões dos Serviços Municipalizados de Águas (1964-1969); Planos e relatórios de atividade dos Serviços Municipalizados de Águas (1972-1983); Registo diário da escrituração do Celeiro Municipal (1918-1919); Livro razão do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de contas auxiliares do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de devedores e credores do Celeiro Municipal (1918-1919); Registo de correspondência recebida (1850-1982); Correspondência recebida (1833-1954); Registo de correspondência recebida de proveniência diversa (1914-1954); Registo de correspondência recebida confidencial (1932-1939); Registo de correspondência recebida pelo chefe de secretaria (1929-1941); Registo de correspondência recebida, requerimentos, propostas e deliberações de Câmara (1882-1886); Registo de correspondência expedida (1937-1974); Copiadores de correspondência expedida (1837-1998); Registo de correspondência expedida pela secretaria (1937-1977); Copiadores de correspondência expedida pela secretaria (1928-1939); Copiadores de correspondência recebida para pedidos de informações (1977-1979); Registo de correspondência recebida de teor administrativo (1978-1982); Registo de circulação de documentos e correspondência recebida (1929-1946); Copiador de telegramas (1933-1941); Registo de processos (1913-1971); Registo de requerimentos (1882-1991); Copiadores de ordens de serviço (1928-1973); Ordens e notas de serviço (1915-1987); Registo de requerimentos de certidão (1939-1993); Copiadores de certidões (1929-1940); Processos de atestados e certidões

(1890-1994); Registo de avisos para intimação (1945-1954); Registo de autos e termos (1907-1923); Registo de termos de justificação administrativa (1944-1976); Registo de tramitação de requerimentos (1914-1920); Requerimentos (1836-1979); Registo de requerimentos e ofícios precatórios recebidos pelo Juízo das Execuções Fiscais Administrativas (1935-1955); Registo de ofícios precatórios recebidos nos Tribunais do Trabalho (1958-1977); Registo geral de licenças e matrículas (1920-1939); Registo de licenças (1765-1933); Registo de documentos diversos (1895-1914); Registo de pedidos de licença para exercício de comércio e indústria (1939); Registo de matrículas de veículos (1865-1928); Registo de matrículas de trens (1892-1934); Registo de matrículas de carroças e carros de bois (1914-1970); Registo de veículos isentos de taxas (1936-1944); Registo de licenças de veículos de outros concelhos (1894-1896); Declarações de veículos (1924-1933); Baixas, averbamentos e pedidos de segundas vias de livretes de circulação de veículos de tração animal (1945-1970); Registo de licenças de condução de veículos de tração animal (1941-1955); Registo de matrículas de cocheiros (1916-1948); Registo de matrículas de carroceiros (1915-1954); Processos de matrícula de cocheiros (1916-1952); Processos de matrícula de carroceiros (1918-1955); Registo de matrículas de carroceiros e cocheiros de outros concelhos (1930-1934); Registo de matrículas de ciclistas (1913-1942); Registo de licenças de condução de velocípedes (1959-1963); Declarações de ciclistas (1925-1939); Processos de licença de condução de velocípedes (1941-1969); Registo de chapas de veículos não automóveis e bicicletas (1935-1944); Registo de veículos automóveis (1929-1946); Registo de matrículas de cães (1896-1969); Registo de matrículas de cães vulgares (1919-1922); Registo de matrículas de cães de luxo (1919-1922); Declarações de canídeos (1931-1939); Registo de cadernetas de folhas de fiscalização, chapas de veículos, bicicletas e cães (1938); Registo de requerimentos para carta de caçador (1968-1986); Registo de licenças de caça (1913-1970); Declarações de licença de caça (1916-1923); Registo de licenças de uso e posse de furão (1924-1967); Registo de

licenças para criação de furão (1943-1967); Registo de licenças de gado (1937-1947); Registo de requerimentos para licença de porta aberta (1937-1941); Registo de requerimentos para vistoria de estabelecimentos insalubres (1939); Registo de licenças de estabelecimentos (1937); Termos de idoneidade e abonação para venda de valores selados (1971-1977); Registo de alvarás (1942-1977); Registo de alvarás para transmissão de bens imobiliários (1960-1962); Registo de alvarás de concessão de terrenos (1946-1955); Registo de alvarás de remissão obrigatória de foros (1946-1977); Registo de alvarás relativos ao quadro de pessoal (1955-1980); Registo de alvarás de estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos e tóxicos (1915-1945); Autos de concessão de alvarás (1911-1934); Registo de avenças (1914-1926); Registo de baldios (1746-1757); Processos de ocupação de via pública (1960-1964); Processos de registo de velocípedes (1958-1994); Registo de correspondência e informações recebidas (1954-1978); Registo de funcionários (1909-1938); Cadastro geral (1929); Registo de cartões de identidade (1947-1979); Atas de concursos (1941-1955); Contratos de prestação de serviço (1943-1965); Registo de diplomas de funções públicas (1891-1969); Autos de compromisso de honra (1933-1935); Autos de posse (1963-1969); Autos de ajuramentação do pessoal dos caminhos-de-ferro (1952-1981); Registo de assiduidade (1920-1957); Registo de louvores, castigos, suspensões e demissões de funcionários (1929-1937); Registo de vencimentos, salários e subsídios mensais (1930); Extratos de folhas de vencimentos (1941-1985); Registo de requerimentos de diuturnidades (1976-1982); Atas da Direção da Caixa de Aposentações (1939-1945); Conta corrente da Caixa de Aposentações (1914-1945); Registo de títulos da dívida pública e outros pertencentes à Caixa de Aposentações à guarda do tesoureiro (1939-1943); Registo de descontos para a Caixa de Aposentações (1929-1934); Registo de descontos dos vencimentos e salários por motivo de sentença e outros (1963-1978); Registo de requerimentos para abono de família e prestações complementares (1975-1985); Índices de documentos de arquivo (1720-1929); Regulamento de

documentos considerados importantes (1930); Registo de correspondência recebida pelo Notariado Privativo (1955-1970); Registo de custas (1928-1974); Registo de emolumentos (1930-1981); Registo diário de emolumentos do Notariado Privativo (1938); Registo mensal e divisão de emolumentos (1930-1936); Consultadoria jurídica do Dr. F. da Silva Fernandes (1907-1986); Registo de termos e autos (1876-1899); Autos de arrematação de rendas e bens (1740-1953); Registo de rendas fixas e outros rendimentos de bens próprios (1938-1980); Registo de baldios (1938-1960); Registo de foros e foreiros (1767-1946); Registo de foros e foreiros das extintas irmandades (1749-1920); Processos de aforamento, aquisição e venda de terrenos (1700-1974); Registo de bens imóveis (1951-1954); Registo de bens móveis (1933-1975); Registo de receita (1842-1933); Conta corrente mensal de receita por alíneas (1933-1986); Conta corrente de rendimentos virtuais e eventuais (1920-1924); Responsabilidade do tesoureiro em conta de rendimentos virtuais (1933-1985); Relações de documentos de cobrança (1850-1913); Conta corrente com cobradores de rendimentos arrecadados por senhas (1969-1983); Conta corrente de cadernetas com cobradores de impostos (1933-1968); Contas correntes com o armazém pelo fornecimento de cadernetas de cobrança de impostos em feiras, mercados, praças e sentinas (1947-1983); Contas correntes com agentes de fiscalização (1947-1952); Registo de tomada de contas de tesoureiro de multas em proveito de Juízo (1848); Registo de verbas recebidas da Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (1898-1899); Registo de compensações (1934-1970); Registo de importâncias de emolumentos, expediente e registo cobradas pela Secção Administrativa (1932-1936); Registo de guias de relaxe (1964-1985); Registo de processos executivos (1935-1969); Registo de custas de processos de execução fiscal (1936-1951); Apontamentos sobre execuções fiscais e administrativas (1936-1939); Verbetes de devedores em processo de execução (1929-1953); Conta corrente com despesas orçamentais (1891-1986); Registo diário de mandados e ordens de pagamento (1850-1985); Registo de guias de pagamento a diversas entidades por consignação de receitas (1934-1946); Registo de

pagamento de vencimentos (1824-1843); Registo de despesa referente a obras e estradas (1890-1979); Registo de despesas de expediente da secretaria efetuadas por conta do fundo permanente (1933-1973); Registo de débitos comunicados pela Repartição de Engenharia (1930-1978); Registo de receita e despesa do almoxarifado da dízima nova do pescado da vila de Cascais (1823-1833); Conta corrente de empréstimos e auxílios pecuniários (1859-1867); Registo de receita e despesa das calçadas e bens do concelho (1774-1838); Registo de receita e despesa de viagem municipal (1885-1886); Registo de receita e despesa referente ao extinto concelho de Oeiras (1895); Registo de movimento de fundos de viagem na Caixa Geral de Depósitos (1905-1910); Conta corrente com a utilização de receitas pela alienação de bens próprios e mobiliários (1945-1976); Responsabilidade do tesoureiro em dinheiro, documentos de cobrança, receita eventual e documentos de despesa (1915-1985); Conta corrente com instituições de crédito (1905-1917); Conta corrente com o arquiteto Filipe Nobre de Figueiredo (1951-1973); Registo de guias de depósitos de garantia (1933-1965); Conta corrente de selos de vistorias (1951-1954); Conta corrente com mais-valias (1951-1967); Conta corrente com entidades (1911-1938); Registo anual de dívidas ativas e passivas (1848-1902); Contas de gerência (1836-1991); Acórdãos do Tribunal Administrativo sobre apreciação de contas (1836-1882); Registo de orçamentos (1914-1945); Conta corrente com hospitais (1954-1973); Registo de contribuintes que compareceram em Juízo para liquidação de dívidas (1946-1951); Registo de guias de depósito para construção de arruamentos (1942-1943); Registo de correspondência recebida pela contabilidade (1978-1981); Conta especial com a Sociedade Estoril-Plage (1944-1953); Correspondência recebida pela Contabilidade (1942); Informações e correspondência expedidas pela Contabilidade (1957-1963); Guias de entrega ao Estado e entidades por consignação de receitas (1942-1955); Contas correntes de todos os rendimentos virtuais liquidados, cobrados e anulados (1933-1964); Conta corrente de rendimentos públicos liquidados,

cobrados e anulados (1970); Registo diário de documentos de despesa liquidados (1896-1964); Registo de receita e despesa (1755-1966); Registo de receita eventual (1914-1933); Balancetes (1914); Termos de balanço (1935-1950); Registo de sessões da Comissão de Compras (1945-1979); Registo de encargos por compras (1950); Registo de requisições de clorato (1943-1953); Processos de aquisição (1928-1978); Registo de impressos, livros e artigos de expediente pelo armazém enviados à secretaria (1935); Registo de entrada de sisas (1789-1825); Registo do lançamento de sisas (1647-1835); Registo de verbas de bens de raiz (1753-1803); Registo de verbas de sisas de bens de raiz (1737-1840); Autos cíveis do Juízo das Sisas (1801-1808); Registo de guias de vinhos e aguardentes (1799-1934); Registo de rendimentos de real de água (1675-1911); Registo de entradas de vinhos e carnes sujeitos ao pagamento de real de água (1720-1834); Registo de arrobação de carnes de talhos (1778-1841); Arrecadação do real de água pelo arrobamento dos açougues (1778-1837); Contas do tesoureiro relativas à aplicação do real de água na reparação da canalização de águas (1781-1828); Manifestos do real de água e avenças (1828-1829); Registo mensal de avenças sujeitas ao real de água (1896-1918); Registo trimestral de avenças sujeitas a contribuições municipais indiretas (1898-1918); Registo de documentos de cobrança de impostos municipais indiretos (1896-1908); Registo de termos de manifesto das contribuições municipais (1856-1881); Registo de subsídio literário (1786-1826); Registo de provisões de arrematação e condições que ligam os rendeiros do subsídio literário (1804-1827); Registo de receita da décima para o real de água (1812-1825); Autos cíveis de denúncia ao juízo da décima (1825-1826); Registo da décima (1834-1836); Registo de receita de imposto dos novos selos (1812-1834); Registo de receita do novo imposto da contribuição extraordinária (1812-1818); Registo de receita dos novos impostos pertencentes à junta dos juro (1812-1834); Registo de receita do Usual (1675-1697); Registo de receita do imposto indireto, real de água e matadouro (1913-1926); Registo de receita de impostos da venda de carnes verdes no matadouro (1914-

1915); Registo da receita proveniente dos impostos diretos e indiretos da Câmara (1905-1908); Registo de coletados com a contribuição municipal direta (1914-1923); Registo de coletados com a contribuição municipal direta, sobre juro de capitais (1916-1920); Registo de coletados com impostos diretos municipais sobre a taxa complementar (1922-1924); Registo de correspondência recebida pelo juiz do contencioso dos impostos e outros rendimentos municipais (1956-1978); Registo de propostas de avenças de impostos indiretos (1947-1962); Registo de avenças do imposto sobre águas de mesa (1940-1941); Processos relativos a impostos indiretos (1940-1964); Propostas de avenças de impostos indiretos (1946-1964); Baixas de avenças (1912-1964); Processos de avença sobre peixe (1954-1963); Baixas de avenças sobre peixe (1958-1964); Controlo de impostos indiretos de peixe vendido para consumo em mercados (1946-1947); Registo de impostos indiretos sobre peixe trazido de fora do concelho cobrado por avença (1954-1964); Controlo de pagamento de impostos indiretos por avençado (1947-1964); Registo de impostos diretos (1930-1932); Processos de anulação de contribuição (1932-1933); Registo da taxa anual fixa de turismo (1934-1971); Registo de taxas fixas de turismo (1954-1959); Registo de percentagens e descontos dos adicionais às contribuições do Estado (1935-1984); Registo de percentagens de imposto de turismo cobradas em hotéis, pensões, restaurantes, estalagens e casas de hóspedes (1938-1979); Registo de receita da taxa de turismo da Junta de Turismo, cobrada diretamente pela Câmara Municipal (1941-1977); Registo de cadernetas de turismo (1948-1963); Registo de importâncias sujeitas a imposto de turismo por estabelecimento (1952-1979); Processos de transgressão fiscal da taxa e percentagem de turismo (1935-1957); Registo de declaração de rendas de casas alugadas (1938-1977); Fichas de registo do imposto de turismo sobre casas arrendadas (1946-1966); Registo de pagamento de imposto de turismo sobre casas arrendadas (1953); Processos de rendas de casa sujeitas a imposto de turismo (1936-1945); Relações de declaração de rendas de casa (1955-1957); Registo de pagamento de contribuintes

sujeitos a imposto de comércio e indústria – Grupo B (1973-1980); Registo de pagamentos retirados de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria (1950-1976); Registo de pagamentos pendentes de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria (1973-1978); Registo de pagamento de contribuintes sujeitos a imposto de comércio e indústria – Grupos A e C (1953-1980); Registo de pagamento de contribuintes com sede no concelho sujeitos a imposto de comércio e indústria (1973-1980); Registo de pagamento de contribuintes com sede no concelho e estabelecimentos noutros concelhos sujeitos a imposto de comércio e indústria (1971-1978); Registo de pagamento de contribuintes com sede noutros concelhos e estabelecimentos em Cascais sujeitos a imposto de comércio e indústria (1970-1978); Registo de pagamentos retirados de contribuintes com sede no concelho sujeitos a imposto de comércio e indústria (1965-1977); Processos de criação, votação e cobrança de imposto de comércio e indústria (1972-1979); Róis da contribuição municipal direta (1859-1928); Róis de lançamento da contribuição de prestação de trabalho para a viação municipal (1866-1896); Relações de cobrança de impostos indiretos (1920-1921); Relações para descarga de cobrança de impostos (1859-1952); Processos de certidão de contribuição industrial (1931-1932); Registo de lançamento de impostos diretos de 10% (1890-1899); Recenseamento eleitoral (1842-1934); Atas de sorteio de jurados para recenseamento eleitoral (1856-1867); Relações de jurados para recenseamento eleitoral (1856-1867); Atas da comissão do recenseamento eleitoral (1881-1899); Registo de correspondência recebida referente a recenseamento eleitoral (1931-1941); Registo de correspondência expedida pela comissão de recenseamento eleitoral (1885-1968); Registo de requerimentos relativos a recenseamento eleitoral (1931); Atas de eleições de juiz substituto do juiz de fora, vereadores e provedor da câmara (1822-1837); Processos de eleições e referendos (1835-1959); Recenseamento militar dos mancebos aos 20 anos (1856-1980); Recenseamento militar dos mancebos aos 17

anos (1912-1937); Recenseamento militar extraordinário (1916-1918); Atas da comissão de recrutamento militar (1887-1937); Registo de correspondência recebida sobre recenseamento militar (1928-1941); Copiadores de correspondência expedida sobre recenseamento militar (1888-1939); Registo de petições relativas a recenseamento militar (1892-1910); Livro auxiliar de recenseamento militar (1883-1980); Registo de fogos e moradores do distrito da 4.ª companhia de capitania-mor das ordenanças de Oeiras e Cascais (1796-1829); Processos de recenseamento militar (1840-1996); Cadernetas militares (1915-1949); Registo de vistos em documentos de estrangeiros (1911-1953); Registo de autorizações de residência (1938-1946); Fichas de registo, vistos e autorização de residência de estrangeiros (1928-1953); Registo de cartas de naturalização (1929-1939); Registo de autos de opção de naturalidade (1936-1948); Registo de termos e autos de declaração de nacionalidade (1931-1940); Relações de legalização de residência de estrangeiros (1936-1949); Registo de hotéis e hospedarias (1944-1954); Registo de hóspedes (1933-1954); Processos de emigração (1948-1978); Registo de cabos-chefes e cabos de polícia da freguesia de Alcabideche (1938-1965); Autos de posse de guardas-noturnos (1938-1954); Processos individuais de guardas-noturnos (1951-1954); Guias de condução de presos (1949-1951); Registo de autos de transgressão (1914-1985); Processos de autos de transgressão (1876-1939); Processos de participações (1938-1941); Registo de porte de arma (1933-1950); Registo de alvarás para venda de armas de fogo e cartuchos (1949-1967); Relações de licenças para uso, porte e venda de armas (1949-1954); Processos de venda e compra de armas (1930-1954); Registo de porte de arma de caça (1935-1944); Registo de processos de porte de armas de caça e recreio (1940); Processos de licença de uso e porte de arma de caça (1943-1976); Licenças para uso e porte de arma de caça (1946-1949); Registo de autorizações a particulares para uso de explosivos (1932-1941); Registo de compra e venda de pólvora bombardeira (1947); Registo de requisições

de dinamite (1923-1938); Registo de requerimentos de certificado de registo criminal (1929-1963); Processos de certificado de registo criminal (1953-1957); Guias de multas de estrangeiros (1935-1946); Processos de objetos achados (1948-1953); Atestados de residência (1953); Atestados de pobreza de estrangeiros para não pagamento de emolumentos de vistos (1942-1947); Registo de autos de transgressão por motivo de obras (1958-1960); Registo de correspondência recebida relativa a segurança pública (1941-1942); Registo e controlo de correspondência recebida de hospitais (1965-1966); Copiadores de correspondência expedida relativa a segurança pública (1938-1954); Correspondência recebida e expedida com a PIDE (1937-1947); Relações de envio de boletins, mapas e talões à PIDE (1940-1954); Correspondência recebida e expedida para instrução de processos de emigração (1947-1954); Registo de coimas ou achados do verde (1674-1823); Protocolos de audiências do juiz almotacé ou de fora (1779-1832); Registo de audiências do juiz almotacé (1805-1834); Registo de audiência de correição da Câmara Municipal (1781-1827); Registo de condenações da Câmara Municipal (1800-1836); Cartas precatórias (1744-1864); Registo de entradas de cereais (1779-1838); Entrada e saída de produtos (1842-1919); Registo de géneros manifestados para consumo (1933-1938); Registo de preços médios de géneros e artigos (1930-1980); Registo de colheita de amostras de leite (1932-1933); Registo de manifestos agrícolas (1929-1960); Estatísticas mensais de pecuária (1925-1930); Registo de termos de obrigações por empréstimos à Comissão dos Socorros aos Lavradores (1834-1835); Registo de minas (1906-1958); Registo de vendedores ambulantes (1974-1978); Processos de afixação de publicidade (1930-1973); Licenças de distribuição de programas (1970); Processos de licenciamento de atividade (1931-1939); Processos de renovação de licenças de vendedores de leite (1936-1938); Guias de venda de prego de arame (1943-1946); Controlo da distribuição de pregos (1943-1946); Estudos e planos de urbanização (1988); Anteprojetos de remodelação do centro

de Cascais (1958-1962); Projetos de urbanização (1938-1977); Estudos urbanísticos (1964-1974); Levantamentos topográficos (1929-1963); Processos de cópias de desenhos (1944-1959); Registo de loteamentos (1973-1976); Registo de nomenclatura de ruas (1930-1960); Registo de alterações de números de polícia de ruas (1930-1934); Processos de obras particulares (1837-1957); Processos de licença para pequenas obras, reparações e ocupação de via pública (1930-1968); Processos de licença para prorrogação de prazo de obras (1953-1961); Processos de obras particulares indeferidas (1938); Processos de obras sem licença (1928-1972); Registo de processos de obras particulares (1929-1978); Relações de proprietários intimados para reparações (1960-1964); Registo de vistorias a casas construídas e reconstruídas (1928-1986); Autos de vistoria para habitação (1929-1940); Registo de vistorias a habitações para efeito de beneficiações higiénicas (1954-1967); Processos de vistoria a casas de aluguer (1951-1957); Registo de termos e declarações de responsabilidade de técnicos de obras (1897-1977); Processos de inscrição de engenheiros, arquitetos e construtores civis (1930-1971); Processos de instalações elétricas (1955-1983); Processos de mais-valias e encargos (1958-1975); Processos de demolição (1939-1974); Registo de taxas (1962-1964); Anteprojetos (1944-1958); Registo de informações relativas a projetos de obras particulares (1958-1967); Registo de licenças de obras (1944-1947); Registo de informações de processos de obras (1960-1977); Registo de obras com projeto (1961-1975); Registo de obras sem projeto (1962-1965); Registo de obras por deliberações (1966-1977); Registo de obras participadas (1932-1979); Registo de obras não participadas (1977-1979); Registo de empreitadas (1957-1979); Registo de mandados de intimação, avisos, ordens e notas de serviço (1931-1941); Processos de inquérito (1954-1983); Correspondência recebida e informações relativas a obras (1960-1977); Correspondência recebida e expedida relativa a obras (1930-1977); Registo de projetos de casas económicas e para operários (1930-1973); Processos de

gestão de pessoal das Obras (1954-1963); Registo de despesa relativa a obras (1947); Processos de obra de edifícios municipais ou de interesse municipal (1890-1987); Processos de construção, reparação e conservação de arruamentos, túneis e pontes (1877-1984); Processos de construção de infraestruturas para abastecimento de água (1878-1966); Registo de correspondência recebida e informações relativas ao fornecimento de energia elétrica (1977); Registo de despesa de eletricidade consumida nas estações de tratamento e elevação de esgotos (1963-1966); Processos de aquisição de veículos e equipamentos (1931-1964); Registo de taxas de utilização de mercados e feiras (1949-1978); Registo de cadernetas do mercado municipal (1931-1934); Registo de entradas no mercado da fruta (1932-1936); Registo de entradas no mercado do peixe (1932-1941); Registo de cadernetas de jardins (1931-1934); Caderneta de vendas de flores (1916); Registo de receita dos mercados (1901-1924); Registo de movimento de gado (1914-1919); Registo de abates e vendas (1916-1919); Registo de guias de pagamento de fornecimento de carne (1916-1917); Relações de existências de gado e venda de carne, couros e peles (1894-1936); Propostas de arrematação relativas ao matadouro (1885-1919); Registos de autos de posse de membros da Comissão Municipal de Higiene (1950-1951); Registo de sessões da Junta de Higiene Municipal (1931-1949); Registo de declarações referentes à construção de plataformas anti-moscas (1939); Panfletos da campanha anti-moscas (1938); Propostas de arrematação relativas a higiene pública (1860-1964); Registo do valor da água consumida na estação de caminho-de-ferro de Cascais (1898-1914); Registo de receita e despesa da Empresa de Águas de Vale de Cavalos (1911-1913); Correspondência relativa à Empresa de Águas de Vale de Cavalos (1898-1920); Registo de ações das Empresas Reunidas das Águas de Vale de Cavalos e Parede (1916-1940); Registo de vales de correio e cheques para pagamento de água e limpeza de fossas (1951-1954); Registo de pagamento de ligação de esgotos e coletores municipais (1930-1965); Registo

de mais-valias a prestações (1953-1961); Processos relativos a ligações de esgotos e taxas de saneamento (1930-1983); Reclamações relativas a águas e saneamentos (1933-1946); Registo de processos de pagamentos de água em relaxe (1977-1978); Registo de enterramentos em lugares de maiores de idade no Cemitério de Alcabideche (1909-1929); Registo de enterramentos em lugares de menores de idade no Cemitério de Alcabideche (1909-1934); Registo de termos de concessão de terrenos para mausoléus de jazigos no Cemitério da Guia (1890-1893); Registo de aluguer de jazigos municipais nos cemitérios da Guia e Alcabideche (1915-1965); Registo de jazigos particulares (1900-1967); Registo de enterramentos (1880-1891); Certidões de óbitos e bilhetes de enterramento de maiores de idade no Cemitério da Guia (1893-1915); Certidões de óbitos e bilhetes de enterramento de menores de idade no Cemitério da Guia (1892-1906); Relações de enterramentos nos cemitérios de S. Domingos de Rana e Alcabideche (1893-1895); Propostas de arrematação relativas a eletricidade, iluminação pública e telecomunicações (1910-1953); Informações sobre energia elétrica (1976-1977); Atas da Comissão de Casas Económicas do Concelho de Cascais (1930-1933); Atas da Comissão Concelhia para os Desalojados (1976-1979); Processos para atribuição de casas para pobres (1960-1974); Processos referentes a arrendamento para habitação de edifícios municipais (1945-1955); Registo de expostos (1784-1888); Registo de despesas com expostos (1782-1809); Registo de termos de posse e atas de sessões do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo de requerimentos enviados ao Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo de correspondência recebida do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Copiador de correspondência expedida do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Registo dos protegidos do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Conta corrente do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923); Diário de despesa do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923);

Diário auxiliar do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Livro razão do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1922); Livro caixa do Instituto Municipal de Assistência e Trabalho (1921-1923); Registo de subsídios de lactação (1919-1920); Registo de guias de internamento (1937-1948); Processos de concessão de guias de internamento a doentes pobres (1906-1939); Fichas individuais de tratamento de doentes pobres (1943-1964); Faturas de internamento de doentes pobres (1966-1970); Contas de gerência da Casa de Trabalho da Nossa Senhora da Assunção (1959-1965); Contas de gerência da Casa de Trabalho de Santo António do Estoril (1967-1969); Contas de gerência do Centro de Abrigo dos Pequenos (1955-1962); Contas de gerência do Centro Paroquial de Assistência de Alcabideche (1967-1968); Registo de atas da Junta Escolar do Concelho de Cascais (1881-1890); Correspondência recebida pela Junta Escolar do Concelho de Cascais (1881-1923); Copiador de correspondência expedida da Junta Escolar do Concelho de Cascais (1884-1892); Correspondência recebida e expedida sobre Delegados Paroquiais (1871-1895); Registo de autos de posse e juramento de professores de instrução pública (1882-1883); Registo de assiduidade de professores de escolas oficiais (1914-1918); Registo de exames de alunos (1884-1894); Recenseamento de crianças em idade escolar (1876-1915); Registo de assiduidade de professores (1911-1918); Registo de assiduidade e aproveitamento de alunos (1870-1921); Processos de concurso de professores (1882-1918); Processos de exames (1664-1920); Documentos de despesa relativos a educação (1837-1926); Correspondência recebida pelo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1948); Copiador de correspondência expedida e informações produzidas pelo Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1985); Registo de receita e despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1950); Registo de despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1937-1950); Registo de ordens de pagamento do Museu-Biblioteca Condes de

Castro Guimarães (1937-1947); Documentos de despesa do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1929-1975); Contas e Orçamentos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1930-1950); Registo de descontos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães para Fundo de Desemprego (1937-1948); Processos de descontos do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães para Fundo de Desemprego (1938-1941); Registo de visitantes e vendas do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1936-1950); Inventário e aquisições de livros do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1920-1981); Registo de leitores do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1958-2001); Regulamento de concurso para conservador do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1943-1948); Avisos na imprensa para venda de propriedades do Conde de Castro Guimarães (1929-1932); Biblioteca Itinerante (1953-1999); Correspondência recebida e expedida com associações e coletividades (1933-1997)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

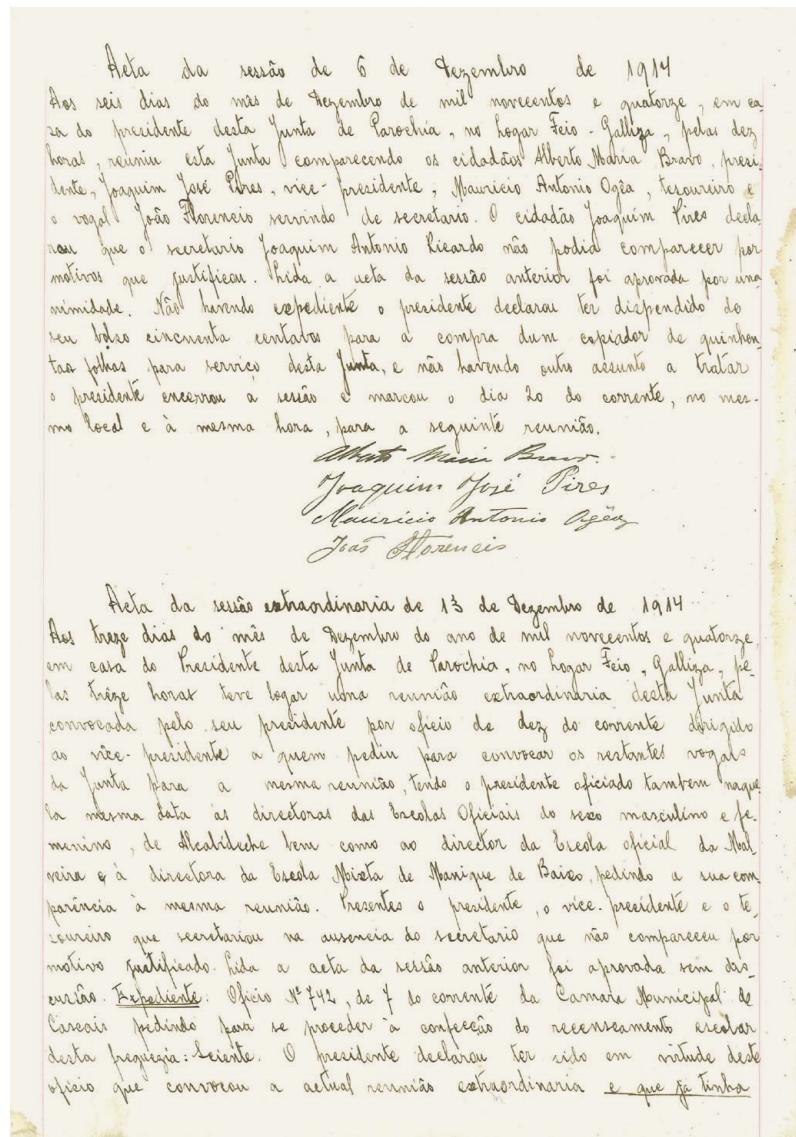
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Inventários e catálogos setoriais on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 6465 cx., 779 lv. e 1180 ds.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCABIDECHE



Ata de sessão da Junta de Freguesia de Alcabideche, 1914-12-06
[PT/CMC-AHMC/AADL/JFAL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AADL/JFAL

TÍTULO: Junta de Freguesia de Alcabideche

DATAS: 1910-12-05 | 1984-05-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 3,19 m. l. – 40 lv., 1 ds. e 26 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» – aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho – servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que estejam aplicadas

para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o

bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanho terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou

casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento

público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Ainda que a paróquia de S. Vicente de Alcabideche deva remontar ao século XIV, o mais antigo livro de atas da Junta de Paróquia de Alcabideche, conservado no cartório da igreja, remete a sua criação, nos novos moldes, para 1841-09-26

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia); Serviços Administrativos; Serviços Financeiros; Património e Eleições; e por 33 séries: Atas de sessões da Junta de Freguesia (1914-1970); Editais (1926-1970); Atas de sessões da Assembleia de Freguesia (1977-1982); Propostas de deliberação e minutas de atas de sessão da Assembleia de Freguesia (1977-1982); Projeto de regimento (1977); Regimento (1977); Comissão de Moradores do Zambujeiro (1975-1980); Atas de sessões da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975-1976); Ordens de trabalhos, listas de presenças e minutas de atas de sessões da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975); Eleições e nomeações de representantes da Comissão de Moradores de Alcabideche (1975); Correspondência recebida e expedida pela Comissão de Moradores de Alcabideche (1975-1976); Documentos para apreciação da Comissão de Moradores de Alcabideche (1976); Lista de voluntários para limpeza e arranjos das escolas promovidas pela Comissão de Moradores de Alcabideche (1974-1975); Talões de sorteio (1975); Registo de correspondência recebida (1934-1971); Correspondência recebida (1915-1977); Copiadores de correspondência expedida (1925-1977); Registo de requerimentos com emolumentos (1948-1984); Registo de requerimentos sem emolumentos (1961-1980); Requerimentos (1932-1954); Declarações de responsabilidade (1955); Registo de covais de menores do cemitério de Alcabideche (1929-1948); Registo de despesa (1935-1972); Registo de receita e despesa (1935-1975); Registo de orçamentos (1935-1954); Caderno de aperfeiçoamentos da matriz urbana (1941-1971); Relações de pobreza e subsídios (1926); Tabela de taxas de licença para estabelecimentos comerciais (1970); Centro Paroquial de Assistência de Alcabideche (1960-1963); Processo de construção de gares rodoviárias para camionagem de passageiros de serviços públicos (1967); Diplomas do prémio de distinção Cesaltina Mendes Bastos Fialho Gouveia (1970); Bens da Igreja de Alcabideche (1910-1926) e Recenseamento Eleitoral (1931-1950)

CONDIÇÕES DE ACESSO: RESTRIÇÕES: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

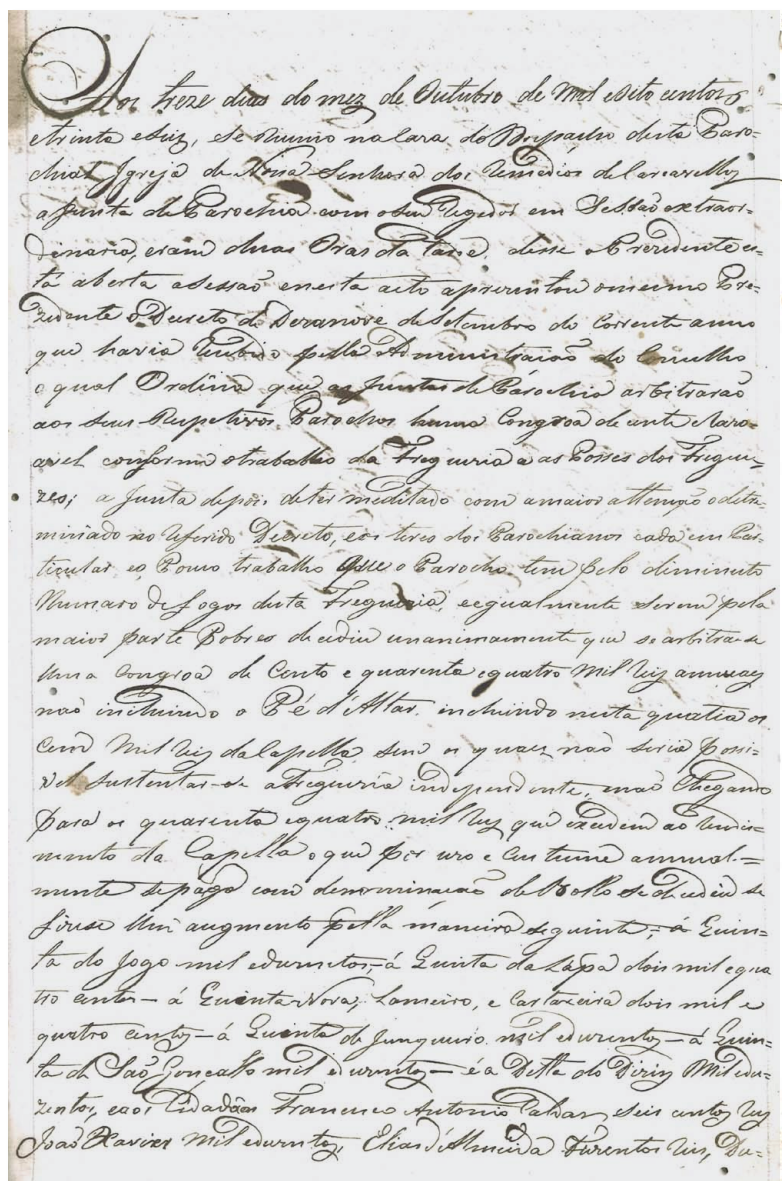
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 29 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JUNTA DE FREGUESIA DE CARCAVELOS



Ata de sessão da Junta de Freguesia de Carcavelos, 1836-01-13

[PT/CMC-AHMC/AADL/JFCR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AADL/JFCR

TÍTULO: Junta de Freguesia de Carcavelos

DATAS: 1836-01-03 | 1918-09-08

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 4 lv. e 2 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» – aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho – servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolas que estejam aplicadas para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber

quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaia e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes,

poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanho terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das mães» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...]

como o arrolamentos dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria, por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-

A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. O concelho de Cascais, cujos limites seriam definidos por carta régia de 1370-04-08, aquando da sua entrega, como feudo, a Gomes Lourenço do Avelar, englobava, ainda, pelo facto de avançar até à «Ribeira de Oeiras», uma pequena parte do reguengo com este nome, que terminava na foz do Tejo e acabaria por adquirir individualidade própria, transformando-se, mesmo, numa circunscrição de regime equiparável ao dos verdadeiros municípios. Por alvará de 1759-08-11, o «reguengo a par de Oeiras», que veio, depois, a ser também conhecido por vila de Bucicos, seria associado a outras áreas do território do concelho de Cascais, para a formação da vila de Carcavelos, não obstante se manter sob a alçada da donatária de Cascais. Recuaram, então, até à «Ribeira de Carcavelos» os confins da extremidade oriental do concelho, que assim perdeu, com as povoações do Arneiro, Carcavelos, Rebelva, S. Domingos de Rana e Sassoeiros, a Torre da Aguilha e restantes lugares entre a mesma ribeira e a foz do Tejo. O projeto foi decerto gizado por Sebastião José de Carvalho e Melo, já então Conde de Oeiras e grande proprietário na vila de Bucicos, a quem interessava libertar a região do jugo alheio, sobretudo no tocante à cobrança dos tributos, tanto mais que havia alcançado, por carta régia de 1759-07-13, a elevação de Oeiras à categoria de vila. Na sequência da morte da última donatária de Cascais e Carcavelos, D. Ana José Maria da Graça de Meneses e Castro, em 1762-09-07, a Coroa apoderar-se-ia das duas vilas, aproveitando a oportunidade para extinguir, por alvará de 1764-04-09, a de Carcavelos e anexar o seu território ao de Oeiras. Por decreto de 1895-09-26, aquando da extinção do concelho de Oeiras, Cascais passou, também, a agregar as freguesias de Carcavelos, Carnaxide, Oeiras e S. Julião da Barra. Todavia, em 1898-01-13, aquando da restauração do concelho de Oeiras, a freguesia de Carcavelos manter-se-ia agregada a Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Carcavelos, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito efetivado em 1992, na sequência de contrato estabelecido com a CMC, através do AHMC

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia de Carcavelos no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia) e Serviços Administrativos; e por 2 séries: Atas de sessões (1836-1911) e Correspondência recebida (1911-1914)

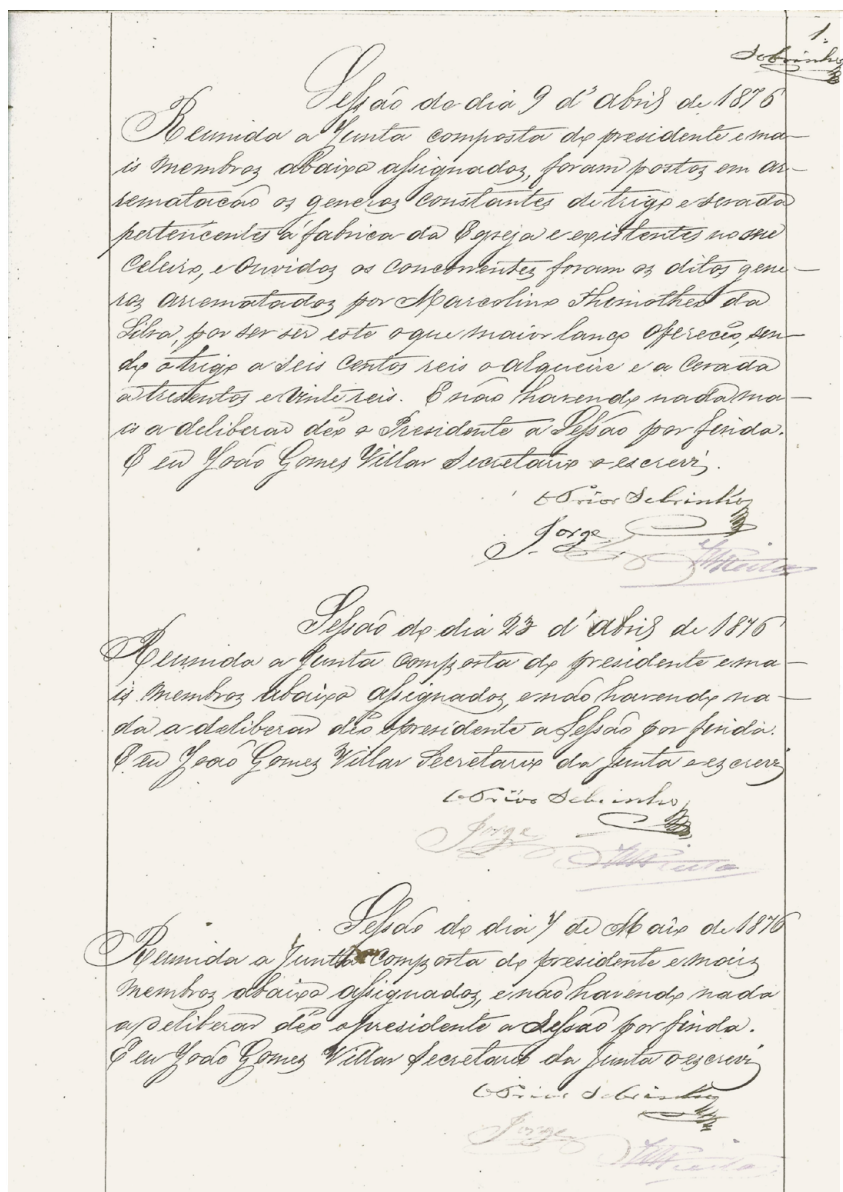
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JUNTA DE FREGUESIA DE CASCAIS



Ata de sessão da Junta de Freguesia de Cascais, 1876-04-09
[PT/CMC-AHMC/AADL/JFCS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AADL/JFCS

TÍTULO: Junta de Freguesia de Cascais

DATAS: 1782-02-04 | 2000-11-06

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 7,49 m. l. – 119 lv., 135 pt. e 30 env.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Junta de Freguesia de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: «Freguesia» e «Paróquia» foram sinónimos até ao Liberalismo. Por não existir uma estrutura civil apartada da eclesiástica, o termo «freguês» – aglutinação da expressão latina «fillius ecclesiae», filho da igreja, ou de «filius gregis», filho do rebanho – servia para designar os paroquianos, que eram, por assim dizer, «fregueses» do pároco. As Juntas de Paróquias foram instituídas em 1830-11-27, tendo por objetivo «administrar todos os negócios, que forem de interesse puramente local» e sendo, então, compostas por três, cinco ou sete membros, conforme o número de fogos que abrangessem, cuja eleição, para mandatos bienais, cumpria aos «chefes de família, ou cabeças de fogo, domiciliados no distrito da Paróquia». Por decreto de 1835-07-18, seriam instituídas enquanto «corpo administrativo» autónomo da organização eclesiástica, ainda que os limites territoriais dos territórios que geriam fossem geralmente coincidentes com os das antigas paróquias. De acordo com este diploma cumpria à Junta de Paróquia: «cuidar na conservação e reparo da igreja que está a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que estão obrigados»; «reger e prover na administração de quaisquer rendimentos ou esmolos que estejam aplicadas para a fábrica desta parte da igreja»; «nomear de entre os vizinhos da paróquia um morador dos mais abastados, que

sirva por espaço de um ano de tesoureiro, para receber quaisquer dinheiros pertencentes ao comum da paróquia»; «regular a administração de quaisquer bens, edifícios ou rendimentos que possa haver pertencentes à Paróquia»; «tomar contas ao Comissário de Paróquia das receitas e despesas dela, as quais este será obrigado a apresentar na primeira sessão do ano» e «requerer à Câmara Municipal o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos vizinhos da paróquia». Por decreto de 1836-12-31 estabelecer-se-ia que «as Juntas poderão celebrar as suas sessões na sacristia da Paróquia, em quaisquer casas de despacho, ou onde melhor convier; mas nunca no corpo da igreja», definindo-se detalhadamente as suas atribuições: «inventariar [...] todos os bens e rendimentos [...] pertencentes à Paróquia e à fábrica da igreja»; «inventariar separadamente [...] todos os paramentos, vasos sagrados, alfaias e quaisquer utensílios pertencentes à fábrica»; «cuidar na conservação e reparo da igreja que estiver a cargo dos paroquianos e nas despesas do culto divino a que eles são obrigados»; «examinar e discutir o orçamento e despesa que o regedor de paróquia lhes [...] apresentar»; «regular os meios de prover às despesas da paróquia por donativos ou subscrições voluntárias dos vizinhos»; «deliberar sobre a necessidade de contribuir para as despesas da Paróquia as irmandades e confrarias que nela se acharem eretas»; «designar quando há necessidade de lançar-se alguma finta ou derrama sobre os paroquianos»; «prover na administração de todos os bens, edifícios e rendimentos pertencentes à mesma paróquia [...] e bem assim na administração dos bens e rendimentos pertencentes a ermidas ou capelas dependentes das igrejas paroquiais» e «requerer à Câmara Municipal do concelho o estabelecimento das posturas que forem necessárias para o bom regulamento da Freguesia e sobre os objetos que possam interessar essencialmente aos moradores dela», em especial «para dessecamento de pântanos, águas estagnadas, remoção de tudo quanto possa inficionar [sic] o ar e as águas e melhoramento de tudo que possa interessar a saúde pública

da Paróquia»; «para conservação, limpeza e reparo das fontes, poços, canos e presas de água do uso comum da Paróquia, ou de parte considerável dela»; «para a conservação e plantação de quaisquer bosques e arvoredos, pertencentes ao comum da paróquia, assim dos que já existirem, como dos que de novo puderem ser semeados, ou plantados para formosura dos caminhos e lugares públicos e para abastecimento das lenhas e madeiras»; «para a boa guarda dos campos, searas, bosques, arvoredos, vinhas, pastos [...], pedindo para este fim à Câmara do Concelho, se a necessidade o exigir, a nomeação de um ou mais Guardas Rurais» e «para a conservação das terras cultivadas que pertençam ao comum da Paróquia». Também «havendo terrenos baldios em que os vizinhos da Paróquia pretendam semear ou plantar bosques, arrotear ou amanho terras ou fazer qualquer outra cultura com o fim de criarem um rendimento para ocorrer às suas despesas, a Junta os poderá pedir à Câmara». Tinha, igualmente, por missão «requerer à Câmara Municipal [...] a extinção das posturas que forem prejudiciais à Freguesia», cumprindo-lhe, ainda, «formar as listas dos cidadãos que podem votar e ser votados nas eleições de Paróquia, nas das Câmaras Municipais e na dos Eleitores de Distrito». Enquanto «comissões de beneficência pública» era também da sua atribuição «tomar [...] com o Regedor [...] o rol das pessoas que têm direito a ser sustentadas pela pública beneficência, a saber: pobres inválidos, tais como crianças, velhos e enfermos sem casa nem domicílio, impossibilitados de subsistir pelo seu trabalho e pobres que em seu domicílio sofrem graves necessidades por sua idade, moléstias e falta de trabalho»; «promover e solicitar para [estes] indivíduos [...] a entrada nos respetivos hospitais ou casas de asilo de mendicidade»; «promover as medidas legais de repressão de mendicidade, indicando aos magistrados aqueles indivíduos que, podendo trabalhar e não sendo por isso classificados no quadro da Paróquia na qualidade de mendigos, vivem como tais»; «velar pelos expostos, já mandando pôr na Roda os que aparecerem de novo, já fiscalizando o seu bom tratamento em casa das amas» e «enviar à Câmara Municipal e ao Administrador nas épocas

competentes, tanto a relação dos terrenos, baldios, etc. [...] como o arrolamento dos moradores da Paróquia com a indicação das propriedades que possuem, das suas profissões e rendimentos, etc.» Por lei de 1840-10-26, a presidência das Juntas de Paróquia passou a ser da responsabilidade dos párocos, até que o Código Administrativo de 1878 aprovasse a livre escolha do Presidente. Não obstante, a partir de 1895 o cargo voltaria a ser entregue aos párocos, que apenas seriam afastados destas funções após a implantação da República, que definiria por lei de 1913-08-07, a organização de paróquias civis, com limites territoriais idênticos aos eclesiásticos. Por lei de 1916-06-23, a Paróquia civil passou a designar-se por Freguesia, pelo que a antiga Junta de Paróquia deu lugar à Junta de Freguesia, fixando-se, definitivamente, a diferença entre as estruturas civil e eclesiástica, que os códigos administrativos de 1936 e de 1940 manteriam, com pequenas alterações. A Constituição de 1976 contribuiu para a afirmação da realidade e força do poder local, apostando nas autarquias locais – freguesias, municípios e regiões administrativas – para a descentralização administrativa. As autarquias locais, pessoas coletivas de população e território, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das respetivas populações, têm por objetivo a satisfação das necessidades das comunidades locais, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento socioeconómico, ordenamento do território, abastecimento público, saneamento básico, saúde, educação, cultura, ambiente e desporto. Dispondo de pessoal, património e finanças próprios, a sua administração compete aos respetivos órgãos, razão pela qual a tutela do Estado sobre a gestão patrimonial e financeira dos municípios e das freguesias é meramente inspetiva e só pode ser exercida segundo as formas e nos casos previstos na lei. Deste modo, encontra-se salvaguardada a democraticidade e a autonomia do poder local, cuja legitimidade das decisões decorre da eleição dos seus órgãos executivos – a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia – e deliberativos – a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia. A lei n.º 159, de 1999-09-14, e a lei

n.º 169, de 1999-09-18, alterada e republicada pela lei n.º 5-A, de 2002-11-01, estabelecem, respetivamente, o quadro de atribuições e competências para as autarquias locais e as competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias. Ainda que a vila de Cascais integrasse, inicialmente, a paróquia de S. Pedro de Penaferrim, ao crescer para fora da área do castelo durante o século XV, conquistaria, também, a sua autonomia eclesiástica, pelo menos desde meados do século XVI. À paróquia de Nossa Senhora da Assunção – a Matriz Velha – associar-se-ia, no início do século seguinte, a nova paróquia de Nossa Senhora da Ressurreição de Cristo, na margem esquerda da Ribeira das Vinhas, junto à ponte que ligava aos caminhos de Sintra e Lisboa. Por ordem régia de 1840-05-17, esta paróquia, cuja igreja fora destruída aquando do terramoto de 1755, seria anexada à de Nossa Senhora da Assunção, surgindo, então, a paróquia de Nossa Senhora da Assunção e da Ressurreição de Cristo, que estaria na base da constituição da Junta de Paróquia de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Cascais, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-09-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Junta de Freguesia de Cascais no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 8 secções: Órgãos da Freguesia (Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia); Serviços Administrativos; Serviços Financeiros; Património; Impostos e Contribuições; Eleições; Habitação e Educação; e por 44 séries: Atas de sessões da Junta de

Freguesia (1876-1993); Editais (1906-1923); Autos de posse (1975); Atas de sessões da Assembleia de Freguesia (1977-1994); Documentos para apreciação da Assembleia de Freguesia (1990-1992); Registo das comissões de moradores (1975); Atas de sessões da Comissão de Moradores do Bairro do Cobre (1975-1977); Documentos para apreciação da Comissão de Moradores do Bairro do Cobre (1975-1976); Registo de correspondência recebida (1942-1994); Registo de correspondência expedida (1974-2000); Copiadores de correspondência expedida (1881-1922); Correspondência recebida e expedida (1880-1990); Registo de requerimentos de atestados (1948-1977); Requerimentos e cópias de atestados (1937-1950); Registo de emolumentos de atestados (1942-1995); Autorizações de atestados de assistência judiciária e emancipação (1977-1980); Requerimentos e cópias de certidões (1940-1941); Certidões de legados pios (1894-1910); Registo de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa (1979-1997); Registo de cartões de identidade de funcionários (1994-1996); Concurso "Passa Poesia em Cascais" (1996); Registo de receita (1981-1985); Guias de receita eventual (1945-1950); Registo de despesa (1954-1985); Autorizações de pagamento (1883-1950); Registo de receita e despesa (1879-1990); Entrada e saída de fundos (1876-1888); Contas de gerência (1889-1950); Caderneta de depósito bancário (1920); Contas de gerência da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1912-1921); Processos de arrematação da obra da igreja matriz (1906-1912); Registo de foros e rendas (1858-1881); Escrituras de

aforamento (1782-1873); Cobrança de foros (1908-1918); Inventário de bens da Junta (1969-1977); Inventário de bens da Paróquia (1920); Registo da contribuição direta paroquial (1881-1908); Talões de contribuição voluntária para o Fundo de Assistência e Fins Sociais (1946-1950); Recenseamento eleitoral (1938-1948); Atos eleitorais (1913-1955); Registo de pedidos de habitação (1975-1978); Registo de habitações devolutas (1975); Mapas de assiduidade das alunas da Escola Feminina (1887-1889) e Inventário do património da Escola-Cantina 1.º de Maio de 1922 (1922-1923)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 68 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS ASSOCIATIVOS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AASS

TÍTULO:

Arquivos Associativos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 9 fundos:

Associação Escola 31 de Janeiro, Associação Naval de Lisboa,
Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche, Club da Praia,
Clube Naval de Lisboa, Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais,
Federação Portuguesa de Remo, Sporting Club de Cascais e
Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

ASSOCIAÇÃO ESCOLA 31 DE JANEIRO

Acta da sessão da assembleia geral extraordinaria de 31 de março de 1913.

Aos trinta e um dias do mez de março de mil novecentos e dezoze, pelas tres horas da tarde, achando-se reunidos em assembleia geral extraordinaria vinte e cinco socios da Escola Primaria Trinta e um de Janeiro de Parede, foi pelo Presidente da Commissão organisadora d'esta mesma escola proposto o cidadão José Joaquim Ribeiro Rosado a presidir a esta reunião e qual por sua vez convidou para secretarios os cidadãos José Maria d'Andrade e João Silveira da Silva Bastos. Pelo Presidente foram presentes as contas da receita e despesa do mez de Fevereiro do corrente anno que depois de lidas foram por unanimidade approvadas. Pediu a palavra o cidadão Abeillard Paul Augusto de Vasconcellos, que descreveu de uma maneira rapida a forma da fundação d'esta escola e agradeceu a boa vontade de todos os socios, auxiliando a Commissão organisadora de que faz parte, a levar a effeito a fundação d'esta escola. Pelo cidadão Samuel Alves d'Almeida foi proposto um acto de agradecimento pela boa vontade e actividade que a Commissão organisadora manifestou durante a sua fundação. A assembleia approvou por unanimidade. Pelo secretario José Maria d'Andrade foram lidos os estatutos os quaes foram immediatamente approvados na generalidade pela assembleia. Em seguida foram discutidos na especialidade e approvados por unanimidade, procedendo-se logo á eleição dos corpos gerentes, ficando assim constituidos: Assembleia Geral. Offeitos: Presidente José Joaquim Ribeiro Rosado, vice-Presidente Joaquim José Bastos; primeiro secretario Abelma e Silva, segundo secretario João Silveira

Ata de Assembleia Geral da Associação Escola 31 de Janeiro, 1912-03-31
[PT/CMC-AHMC/AASS/AEJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/AEJ

TÍTULO: Associação Escola 31 de Janeiro

DATAS: [1911 | 2005]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [13,64 m. l. – 124 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação Escola 31 de Janeiro

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Associação Escola 31 de Janeiro remonta a 1911-01-31, contando, entre os seus sócios fundadores, com influentes republicanos locais da Parede, como Abeillard de Vasconcelos, Joaquim José Ribeiro Rosado, António de Sousa Máximo, José Maria de Andrade, Josué Augusto de Melo e António Máximo Ribeiro. Face à insuficiência da oferta proporcionada pela rede de ensino público, esta associação sem fins lucrativos pugnou, desde então, pela criação de uma escola, cuja atividade se iniciaria em 1912-03-01, em instalações alugadas, no primeiro andar do chalet Periquito, sito no Largo 31 de Janeiro, na Parede. A opção pelo alargamento do ensino ao maior número de crianças, tão cara ao ideal republicano, em detrimento da obtenção de lucros, afetaria a capacidade de sustentabilidade da escola, que durante os primeiros anos dependeu do pagamento das quotas dos associados e da esporádica realização de atividades lúdicas e culturais. A sua missão estendeu-se, frequentemente, para além das obrigações educacionais, pelo que, a partir de 1927, passou, mesmo, a providenciar vacinação, consultas médicas, medicamentos e até vestuário aos alunos mais desfavorecidos. No período de 1939 a 1975 a

escola reestruturou-se internamente, assistindo-se à divisão em secções masculina e feminina e à construção de novas instalações na Rua José Elias Garcia. Não obstante durante o Estado Novo o ensino perder alguma da sua autonomia para se transformar num difusor da ideologia do regime, após a revolução de 1974-04-25, a Associação Escola 31 de Janeiro pôde retomar, de novo, a sua missão fundadora: «contribuir para o desenvolvimento da instrução na Parede», investindo no alargamento das instalações, por meio da construção de dois novos edifícios

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Associação Escola 31 de Janeiro, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-04-18

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Escola 31 de Janeiro no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 3 secções: Regulamentação e Órgãos da Associação; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira e de Património; e por 37 séries: Atas de Assembleias Gerais (1912-1973); Atas da Direção (1935-1990); Termos de posse de corpos gerentes (1937-1978); Registo de presença de sócios em Assembleias Gerais (1931-1984); Regulamentos (1947-1997); Relatórios de atividade e contas (1961-1999); Legislação de apoio (1948-1998); Correspondência expedida (1969-1995); Correspondência com outras entidades (1989-1997); Correspondência com a Câmara Municipal de Cascais, Junta de Freguesia de Parede e Comissão de Moradores

(1987-1995); Correspondência com a Direção-Geral do Ensino Particular e Cooperativo, Secretaria de Estado da Educação e Ministério da Educação (1985-1993); Correspondência com a Associação de Proprietários de Estabelecimentos Particulares (1991-1995); Correspondência com entidades bancárias (1984-2001); Processos de admissão de sócios (1981-1997); Processos de professores e educadores (1969-1997); Impostos, Caixa de Previdência, Sindicatos, ADSE e mapas de pessoal (1968-1995); Processos de inscrição de alunos (1966-2005); Registo de receita e despesa (1941-1943); Balancetes, diários centralizados, lançamentos diretos, folhas de caixa e mapas do meio (1973-1993); Controlo de pagamento de quotas (1986-1989); Documentos de caixa (1970-1999); Documentos bancários (1964-2000); Registo de compras (1977-1993); Aquisição de materiais e mobiliário escolares (1976-2001); Folhas de controlo de chamadas telefónicas (1979-1985); Registo de património móvel (1967-1970) e Processos de obras (1969-1999)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 156 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ASSOCIAÇÃO NAVAL DE LISBOA



Programa de regata promovida em Cascais pela Real Associação Naval,
1876-09-17
[PT/CMC-AHMC/AASS/ANL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/ANL

TÍTULO: Associação Naval de Lisboa

DATAS: 1853 | 2005

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 11,99 m. l. – 3 cx., 54 lv., 77 ds. e 45 pt. + 0,77 m. l. – 5 lv. e 7 pt.

SUPORTE: Papel, metal e chumbo

NOME DO(S) PRODUTOR(ES): Associação Naval de Lisboa e Clube Náutico de Portugal

HISTÓRIA(S) ADMINISTRATIVA(S):

ASSOCIAÇÃO NAVAL DE LISBOA

Em 1855, um grupo de entusiastas da vela, liderado pelo Conde das Alcáçovas, fundou a Comissão Promotora do Real Yacht Club, que se materializaria, em 1856-04-30, na Real Associação Naval, sob a proteção de D. Pedro V, no intuito de «animar a construção e navegação de *yachts* ou barcos de recreio e promover o divertimento das regatas». A baía de Cascais, que todos os anos recebia os monarcas no período consagrado aos banhos de mar, cedo se transformou num dos campos de regata favoritos para a prática desta modalidade, sobretudo a partir de 1873, data da primeira competição que a agremiação parece ter promovido na região, com partida na vila e balizas na praia da Água Doce (Parede) e a 1,5 milhas ao sul do ponto inicial. Desde então, a Associação Naval de Lisboa – o mais antigo clube náutico da Península Ibérica em atividade – manteve uma relação privilegiada com o concelho. Em 1893, face à expansão da atividade do remo na Associação, fundaria uma Secção de Remo, organizando, em 1900, os primeiros Cursos de Patrão Amador. Em 1911, na sequência

da implantação da República, perderia a designação de “Real”, mantendo, contudo, a sua missão, que reafirmou nos estatutos de 1926, uma vez que «a finalidade desta Associação é o de contribuir para o revigoração da Raça pelo desporto náutico em todas as suas manifestações». Sendo considerada «instituição de utilidade pública», desde 1936, foi, também, condecorada com a Comenda da Ordem Militar de Cristo, em 1927; com a Medalha de Mérito Desportivo, em 1956; com a Medalha de Honra da Cidade de Lisboa, em 1987; com o Colar de Honra de Mérito Desportivo, em 1998; e com a Medalha Naval Vasco da Gama, em 2001, ano em que a Confederação Portuguesa de Desportos a reconheceu como o clube mais antigo de Portugal. As equipas olímpicas portuguesas de vela contaram, desde 1928, com sócios da Associação Naval de Lisboa, entre os quais se destacaram Duarte Belo, medalha de prata em Swallow nos Jogos Olímpicos de 1948 (com Fernando Belo e Júlio Gourinho); Joaquim Fiúza, medalha de bronze em Stars nos Jogos Olímpicos de 1952 (com Francisco Rebelo de Andrade) e Mário Quina, medalha de prata em Stars nos Jogos Olímpicos de 1960 (com José Quina)

CLUBE NÁUTICO DE PORTUGAL

O Clube Náutico de Portugal foi fundado em 1924-11-15, por dissidência de sócios da Associação Naval de Lisboa, sob a designação inicial de Grupo Náutico Português, que já não utilizava aquando da aprovação dos estatutos de 1946, em que se apresenta como «associação desportiva e de instrução, que se propõe promover o desenvolvimento da arte de navegar à vela e a motor e desportos afins, de modo a estimular o interesse pelo Mar e pelo Turismo Náutico». Extinto em 1969, os seus corpos sociais, sócios e arquivo foram agregados à Associação Naval de Lisboa

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Quando o Clube Náutico de Portugal cessou funções, em 1969, o seu arquivo foi integrado no arquivo da Associação Naval de Lisboa. O fundo e subfundo foram depositados pela Associação Naval de Lisboa, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM).

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2008-06-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação Naval de Lisboa e do Clube Náutico de Portugal no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Constituição e Regulamentação da Associação; Órgãos da Associação (Assembleia Geral, Conselho Executivo, Secção de Vela e Motonáutica e Secção de Remo e Canoagem); Secretaria e Arquivo (Expediente, Gestão de sócios e embarcações, Património e Atividades desportivas); Gestão Financeira e Documentos Bibliográficos e Museológicos; e por 52 séries: Regulamentos e projetos de regulamentos (1854-1941); Estatutos e projetos de estatutos (1856-1977); Bandeira, galhardete e hino (1884-1912); Atas da Assembleia Geral (1856-1939); Registo de presenças na Assembleia Geral (1950-1969); Documentos para apreciação em reuniões da Assembleia Geral (1854-1948); Atas para aprovação de sócios (1926-1938); Atas do Conselho Executivo (1914-1984); Atas de termos de posse (1949-1963); Relatórios de gerência (1900-1993); Atas da Secção de Vela e Motonáutica (1959-

1987); Reclamações e outras ocorrências (1970-1980); Atas da Secção de Remo e Canoagem (1952-1984); Copiador geral de correspondência expedida (1886-1936); Copiador de correspondência expedida pela Secção de Remo (1853-1986); Correspondência recebida e expedida pela Secção de Vela (1856-1999); Correspondência recebida e expedida pela Secção de Remo (1944-1987); Circulares (1889-1981); Federação Portuguesa de Remo (1937-1963); Federação Portuguesa de Vela (1971-1975); Propostas de sócios da Secção de Remo (1968-1987); Listas de sócios (1975-1992); Pedidos de suspensão de quotas de sócios da Secção de Remo (1962-1969); Pedidos de desistência de consócios da Secção de Remo (1955); Cartões de identidade de sócios e embarcações (1937-1986); Registo de embarcações (1855-1978); Certificados de registo de embarcações (1929-1970); Registo diário de movimento de embarcações da Secção de Remo (1961-1976); Documentos técnicos e processos de construção de embarcações (1836-1966); Processos de acidente (1984-1993); Instalações em Giribita, Pedrouços e Trafaria (1939-1949); Remodelação dos postos de remo em Santo Amaro e Alcântara (1964-1965); Construção do canal Sado-Tejo (1960); Programas, anúncios, resultados e prémios de regatas (1878-2005); Recortes de imprensa (1905-1979); Álbuns fotográficos (1904-1999); Zincogravuras (1940-1970); Livros de caixa (1933-1982); Registo de receita e despesa (1975); Registo de pagamento de quotas de sócios efetivos e honorários (1921-1930); Registo de pagamento de quotas de sócios extraordinários e auxiliares (1921-1930); Borrão de caixa da Secção de Remo (1973-1974); Folhas de caixa da Secção de Remo (1962-1973); Registo de pagamentos de quotas de sócios da Secção de Remo (1936-1941); Relações de pagamento de quotas de sócios da Secção de Remo (1950-

1968); Tabelas de preços e serviços (1942-1946); Receita e despesa do estaleiro (1960-1969); Dívidas pendentes (1989); Faturas de fornecedores (1955-1962); Ocupação de tulhas e cabines (1979); Bibliografia (1888-1990) e Medalhas e Carimbos (1910-1988). O subfundo (Clube Náutico de Portugal) é constituído por 3 secções: Constituição e Regulamentação do Clube; Órgãos do Clube (Direção) e Secretaria e Arquivo (Expediente e Atividades desportivas); e por 10 séries: Estatutos (1946); Declaração de constituição (1928); Atas da Direção (1926-1969); Relatórios de gerência (1927-1930); Copiador de correspondência expedida (1925); Circulares (1969); Regulamentos de regatas (1930-1940); Programas de regatas (1951-1953); Álbum fotográfico (1928-1947) e Livro de honra (1925-1945)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se conservado em 109 cx. e o subfundo em 7 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DE ALCABIDECHE

Número de matrícula	Data de admissão			Nome do associado	Município
	Ano	Mês	Dia		
1	1890	Março	2	Manoel Henrique	Alcabideche
2	1890	Março	2	Francisco Guardo Aguiar	Alcabideche
10	1890	Março	2	Henrique Luiz Duarte	Alcabideche
11	1890	Março	2	João Baptista Duarte	Alcabideche
12	1890	Março	2	António António Maria	Alcabideche
13	1890	Março	2	Manoel Francisco Baptista	Alcabideche
14	1890	Março	2	João Carlos da Cruz	Estoril
15	1890	Março	2	António Henrique	Alcabideche
22	1890	Março	2	João Luiz Copinho	Alcabideche
23	1890	Março	2	Manoel Guardo Carvalhal	Estoril
24	1890	Março	2	Domingos Guardo Aguiar	Alcabideche
33	1890	Março	2	João Francisco Aguiar	Alcabideche
37	1890	Março	2	António António Maria	Alcabideche
38	1890	Março	2	Maria de Jesus Affonso	Alcabideche
40	1890	Março	2	Leonor da Conceição	Alcabideche
44	1890	Março	2	Maria da Conceição de Carvalho	Estoril
54	1890	Março	2	Batharina de Jesus	Alcabideche
55	1890	Março	2	Argemira de Jesus	Alcabideche
56	1890	Março	2	Manoel António Chibante	Alcabideche
60	1890	Março	2	Domingos Guardo Aguiar	Cascais

Registo de sócios da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche, d. 1890-03-02 [PT/CMC-AHMC/AASS/ASMA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/ASMA

TÍTULO: Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche

DATAS: 1890-01-02 | 1976-03-02

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 4,95 m. l. – 42 lv., 68 pt. e 2 d.s.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Ainda que funcionasse desde 1890-01-02, a inauguração oficial da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche parece remontar a 1892-03-02, tendo por objetivo «socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar e fazer o funeral aos que falecerem». De acordo com os primeiros estatutos, «só podem ser admitidos como sócios os indivíduos que estejam no gozo de perfeita saúde, verificado este facto por exame médico; que tenham boa reputação moral e civil e que não tenham menos de 16 nem mais de 50 anos de idade». Os estatutos de 1933 alargariam a admissão aos maiores de 15 anos, «que provem residir há mais de um ano na freguesia de Alcabideche, ou aos que residam também há mais de um ano em freguesias limítrofes, que não tenham associações congéneres»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Associação de Socorros Mútuos de Alcabideche, no domínio das funções definidas pelos seus estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções: Constituição e Regulamentação da Associação; Órgãos da Associação (Assembleia Geral e Direção); Serviços Administrativos e Financeiros e Gestão de Sócios e Património; e por 43 séries: Estatutos, regulamentos e alvará (1926-1960); Documentos de apoio à elaboração de estatutos (1932-1953); Listas dos corpos gerentes (1948-1969); Homenagem a sócios e colaboradores (1935); Convocatórias (1950-1975); Atas de sessões da Assembleia Geral (1894-1974); Registo de sócios inscritos em sessões da Assembleia Geral (1925-1975); Atas de sessões da Direção (1907-1969); Relatórios e contas da Direção e parecer do Conselho Fiscal (1927-1945); Envelopes timbrados (1950-1976); Correspondência recebida e expedida (1931-1976); Copiadores de correspondência expedida (1929-1943); Registo anual de receita e despesa (1899-1959); Registo trimestral de receita e despesa (1931); Registo mensal de receita e despesa (1890-1894); Registo diário de receita e despesa (1894-1967); Razão auxiliar (1952-1970); Balancetes do razão (1952-1963); Balancetes (1931-1952); Inventário e balanço (1952-1970); Registo de saldos (1932-1971); Guias de receita (1936-1975); Caderneta e boletins bancários (1908-1974); Título de dívida pública (1931); Relação de donativos e prémios (1939-1959); Ordens de pagamento (1918-1975); Guias de pagamento de impostos e taxas ao Estado (1935-1972); Registo diário de despesa (1966-1975); Registo

de faturas (1960-1963); Registo de pagamento de quotas (1891-1944); Talões de quotas (1937-1972); Registo de conta corrente do cobrador (1952-1971); Registo anual de despesa com subsídios, consultas e medicamentos (1890-1970); Registo individual de despesa com subsídios, consultas e medicamentos (1945-1968); Relações de entrega de papeletas (1957-1958); Papeletas com recibos (1923-1967); Recibos (1915-1975); Propostas de sócios (1927-1962); Registo de sócios (1890-1968); Fichas individuais de sócios (1900-1968); Documentos relativos a imóveis e obras na sede (1919-1946); Registo semanal de despesa com fornecimento de obras e serviços (1925-1956) e Seguro de incêndio (1940). Comporta, ainda, Faixa decorativa (1920) e Cartão de Condolências (1920)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

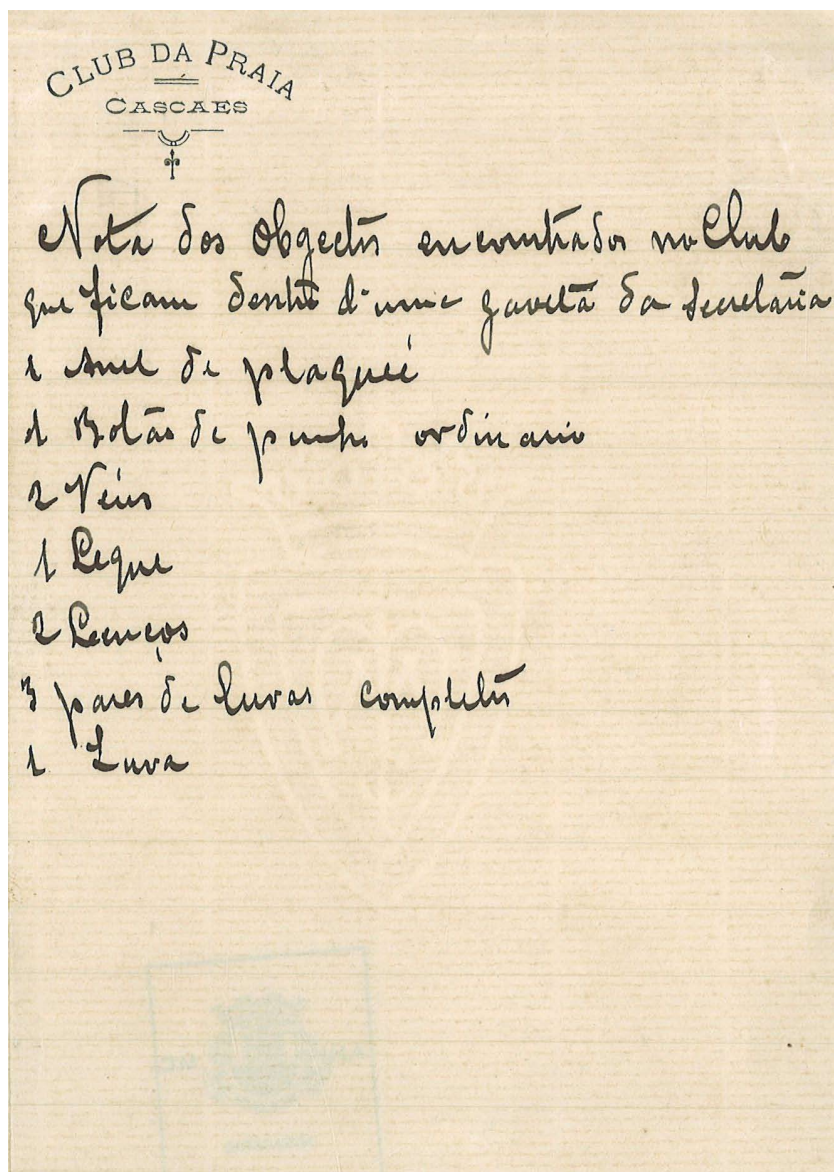
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 45 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

CLUB DA PRAIA



Lista de objetos encontrados no Club da Praia, 1905
[PT/CMC-AHMC/AASS/CPR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/CPR

TÍTULO: Club da Praia

DATAS: 1904-08-13 | 1905

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 4 lv. e 1 d.s.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Club da Praia

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Desconhecem-se as datas de inauguração e de encerramento do Club da Praia, cuja documentação se resume aos anos de 1904 e 1905. Frequentado pela elite local e pelos visitantes a banhos em Cascais, o número de sócios oscilou, neste período, entre 220 e 260, sendo as quotizações, o «jogo carteadado» e a venda de cartas e de entradas extraordinárias as suas principais fontes de rendimento. Mantém-se, todavia, a dúvida quanto à correta classificação desta entidade, pelas abundantes referências à sua atividade enquanto casino

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube da Praia no domínio das funções definidas por alvará, que desconhecemos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 séries: Registo de receita (1904), Registo de receita e despesa (1904) e Registo de sócios (1904-1905). Comporta, ainda, Lista de objetos encontrados no Clube (1905)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx. Cf. PT/CMC-AHMC/CMC/P/013, uma vez que um dos livros de receita do Clube foi utilizado pela Câmara Municipal de Cascais, para registo de subsídios de lactação

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS;
PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO;
GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

Nesse ano fundaria, ainda, as secções da Azambuja, da Trafaria e de Portimão, a que seguiriam as de Luanda e do Funchal, nos anos de 1902 e 1904, respetivamente, bem como o Posto Náutico de Pedrouços, em 1903. Para além de importantes regatas de vela e de remo, organizou, também, em 1906, a primeira regata de motonáutica em Portugal, apostando, ainda, na natação, como o denota o facto de, em 1907, João Barata, nadador do Clube, ter vencido a primeira travessia do Tejo a nado. Em 1928, Frederico Burnay, Carlos Bleck, António Herédia, Ernesto Mendonça e João Penha Lopes, sócios do Clube, representaram Portugal nos Jogos Olímpicos, na modalidade de vela. Em 1931, no mesmo ano em que se mandou construir a primeira piscina do Clube, o Presidente da República conceder-lhe-ia a Comenda da Ordem Militar de Cristo, classificando-o, no ano seguinte, como «instituição de utilidade pública». Em 1932, inaugurou-se, ainda, a Delegação de Portimão, a que se sucedeu, em 1940, a abertura da Secção de Lagos e, em 1943, da primeira Escola de Treinadores de Remo portuguesa. Em virtude das obras de construção da Estrada Marginal, o Clube seria forçado a abandonar o posto náutico que estabelecera em Cascais, em 1944, ano que parece encetar um período de crise, que se manteria, pelo menos, até 1965, data em que na sede do Clube se construiu um tanque de remo para oito desportistas. Já em 1980 se fundou a Secção de Levantamento de Pesos, dotada de ginásio apetrechado para o efeito. Em 1991 a Câmara Municipal de Lisboa cederia ao Clube um novo edifício para a armazenagem de embarcações

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Clube Naval de Lisboa, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2007-02-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Clube Naval de Lisboa no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 4 secções: Constituição e Regulamentação do Clube; Órgãos do Clube (Assembleia Geral, Direção, Conselho Técnico e de Regatas, Secção de Motor e Secção de Natação); Secretaria e Arquivo (Expediente, Gestão de sócios e embarcações e Atividades desportivas e sociais) e Gestão Financeira e de Recursos Humanos (Contabilidade e tesouraria e Recursos Humanos); e por 58 séries: Regulamentos e projetos de regulamentos (1921-1922); Estatutos e projetos de estatutos (1920-1929); Atas de sessões da Assembleia Geral (1910-1987); Registos de presenças da Mesa (1920-1962); Avisos, propostas e nomeações (1929-1975); Correspondência expedida e recebida (1929-1939); Processos de inquérito (1944-1956); Atas de sessões da Direção (1891-1980); Atas do júri de exames (1901-1956); Avisos, comunicados e ordens de serviço (1919-1941); Obtenção de cartas de navegador (1920-1938); Atas de sessões do Conselho Técnico e de Regatas (1893-1949); Borrão de regatas (1949-1955); Organização de regatas (1948-1992); Atas de sessões da Secção de Motor (1914-1915); Atas de sessões da Secção de Natação (1934-1936); Provas de natação (1953-1957); Protocolos de entrega de documentos (1928-1939); Copiador de correspondência expedida (1934-1984); Registo de correspondência recebida (1973-1982); Correspondência recebida (1922-1955); Correspondência expedida e recebida (1911-1994); Quadro de classificação de arquivo (1982); Registo de controlo da

fotocopiadora (1986-1988); Procedimentos de gestão interna (1931-1962); Registo de propostas de admissão de sócios (1951); Propostas de admissão de sócios (1902-1986); Fichas onomásticas de sócios (1940-1990); Fichas numéricas de sócios (1897-1983); Cartões de sócios (1973-1983); Registo de iates (1893-1939); Propostas para registo de iates (1931-1960); Atestados e declarações de aptidão física de alunos (1988-1994); Fichas de presença de alunos (1939-1997); Provas escritas da escola de vela (1989); Processos de construção do barco-escola de vela (1942-1945); Requisições de embarcações (1986-1988); Registo e controlo de alunos de natação (1953-1959); Manutenção da piscina (1972-1979); Manutenção do ginásio e provas de musculação (1992-1994); Campeonatos automóveis (1948); Relatórios de passeios e discursos (1932-1935); Contas de gerência (1978-1987); Balanços (1965-1979); Balancetes (1914-1990); Livros razão (1943-1984); Livros diários e diários auxiliares (1943-1984); Livros de caixa (1915-1985); Controlo de pagamento de quotas (1958); Cobrança de quotas, de armazenagens e de armários (1957-1988); Registos bancários (1982-1992); Documentos de receita e despesa (1916-2003); Talões de pagamento de sócios (1982-1993); Fichas de pagamento de quotas (1905-1996); Duplicados de recibos emitidos (1981-2001); Registo do pessoal do quadro permanente (1900-1932); Abonos, subsídios, quotizações de sindicatos e justificação de faltas (1972-1994) e Candidaturas a anúncios de emprego (1994)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 408 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COMISSÃO CONCELHIA DA UNIÃO NACIONAL EM CASCAIS

		= 1937 =	
C/c da União Nacional		no Concelho de Cascais	
= C/c de Janeiro		de 1937 =	
Saldo de Dezembro de 1936	48260	Saldo para Fevereiro	66955
Cobrança de Janeiro	37950	Compra de 2 livros de 50 fls (cartão amarelo com o Saldos de Janeiro) (2 unidades em cada livro)	2000
		uma argola para chaves	100
		folheto da população Cardine	2000
		Telegrama da Câmara a Bispo M. Antenor	790
		Despesa com a organização da lista dos cabos	1500
		uma borracha de lapis	70
		Porcentagem ao cobrador	2795
Total	76210	Total	76210
= C/c de Fevereiro		de 1937 =	
Saldo de Janeiro	66955	uma lampada de 35 w.	400
Cobrança de Fevereiro	9600	Diário de Notícias	2700
		Porcentagem ao cobrador	960
		Saldo para Março	72495
	76555		76555
= C/c de Março		de 1937 =	
Saldo de Fevereiro	72495	Porcentagem ao cobrador	1210
Cobrança de Março	4840	recibo do furo nº 2 a 7 da Câmara das Vozes Políticas	1500
		duas folhas de folhetos	10400
		uma " " prospectos	3600
		despesas diversas com a chegada do Ex. Rep.	3500
		conta de chamada de telefone (Pape J. Thomaz)	2000
		Saldo a transportar para Abril	55135
Soma	77335	Soma	77335

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMC-AHMC/AASS/CCUN

TÍTULO:
Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais

DATAS:
1930-06 | 1938-09

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Fundo

DIMENSÃO:
0,11 m. l. - 2 lv.

SUPORTE:
Papel

NOME DO PRODUTOR:
Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais

Conta-corrente da Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais, 1937
[PT/CMC-AHMC/AASS/CCUN]

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A União Nacional, organização política sem carácter ou espírito de partido, tinha por objetivo exprimir o apoio civil ao regime instituído na sequência da revolução de 1926-05-28. Constitui-se em 1930-07-30, depois do sucesso da política orçamental de Salazar, propondo-se congregar todos os elementos empenhados em construir um regime político que exprimisse o novo sistema do governo, bem diferente do que caracterizava a Constituição de 1911, no sentido do presidencialismo e na base do nacionalismo e da recusa da luta de classes. De acordo com os seus estatutos, aprovados pelo decreto n.º 21608, de 1932-08-20 e modificado pelo decreto n.º 21859, de 1932-11-12, tratava-se de «uma associação sem carácter de partido e independente do Estado, destinada a assegurar, na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa, a realização e a defesa dos princípios consignados nestes Estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes». Dirigida por uma Comissão Central, com sede em Lisboa, dispunha de comissões distritais, municipais e de freguesia, que elegiam, de quatro em quatro anos, os membros dos níveis hierárquicos superiores, sendo as comissões de freguesia eleitas pelos filiados que as integravam. De entre as ações desenvolvidas salientou-se, sobretudo, ao nível da «moralização da ação pública para atos cívicos», como as eleições para a Assembleia Nacional ou para a presidência da República. Por decreto de 1970-10-13, a União Nacional transformou-se em Ação Nacional Popular, vindo a ser extinta pelo decreto n.º 172, de 1974-04-25.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão Concelhia da União Nacional em Cascais no domínio das funções definidas por legislação e estatutos. A classificação foi atribuída pelo facto de a União Nacional não ser, então, considerada um partido político, mas uma associação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 documentos: Registo de sócios e Conta-corrente (1930-1938)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

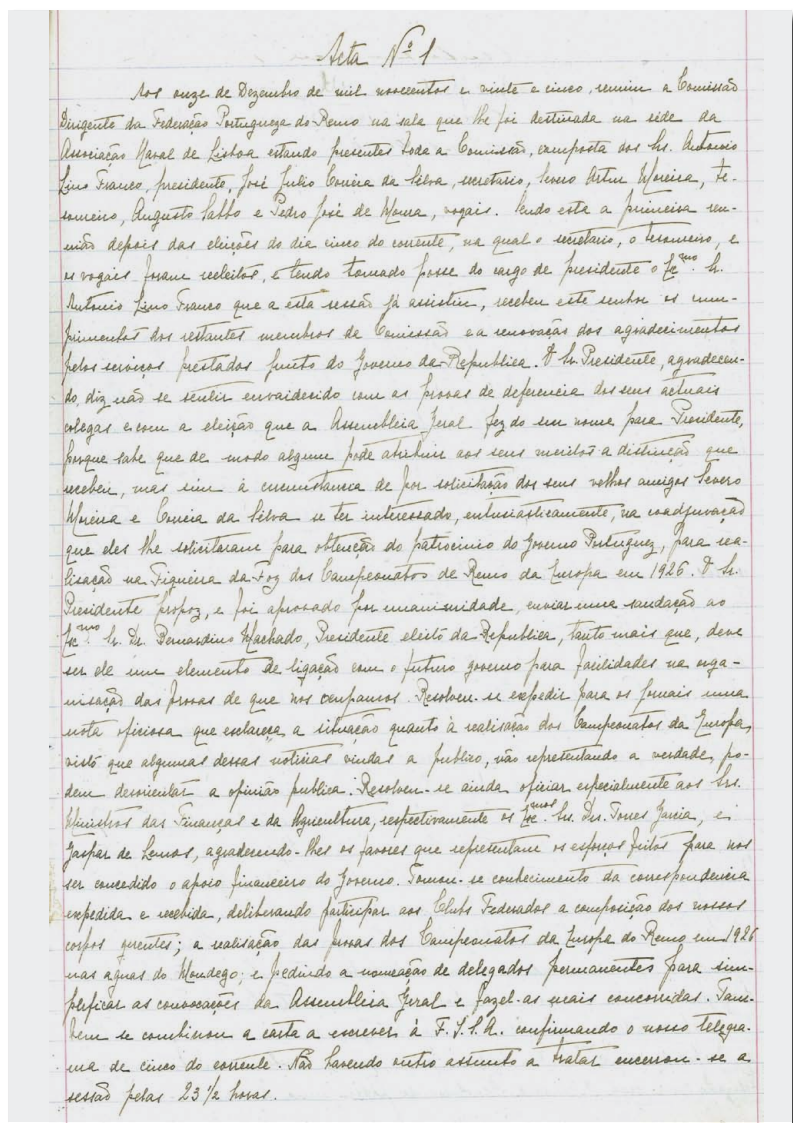
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO



Ata de reunião da direção da Federação Portuguesa de Remo, 1925-12-11
[PT/CMC-AHMC/AASS/FPR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/FPR

TÍTULO: Federação Portuguesa de Remo

DATAS: [1925 | 1999]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [10,8 m. l. – 73 cx., 1 lv., 24 ds. e 1 gv.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Federação Portuguesa de Remo

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Federação Portuguesa de Remo foi fundada em 1920-04, por ocasião do Congresso Náutico Nacional promovido na cidade do Porto, pela Associação Naval de Lisboa, Associação Naval 1.º de Maio, Clube Fluvial Portuense, Clube Naval de Lisboa, Ginásio Clube Figueirense, Sport Algés e Dafundo e Sport Clube do Porto. Encontra-se filiada desde 1922 na Fédération Internationale des Sociétés d'Aviron. De acordo com o decreto-lei n.º 248-B, de 2008-12-31, «as federações desportivas são pessoas coletivas constituídas sob a forma de associação sem fins lucrativos que, englobando clubes ou sociedades desportivas, associações de âmbito territorial, ligas profissionais, se as houver, praticantes, técnicos, juizes e árbitros, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da respetiva modalidade». Os seus estatutos, aprovados em 2009-07-27 e alterados em Assembleia Geral de 2011-11-12, atestam a sua missão: «representar, difundir, promover, controlar, dirigir e regulamentar a prática da modalidade do remo em Portugal, em todas as suas disciplinas, variantes e competições», razão pela qual lhe cumpre «estimular a criação de novos clubes e a extensão da prática da modalidade a outras entidades», «defender os interesses desportivos dos seus associados junto das entidades governamentais e demais entidades públicas e privadas» e «representar o remo nacional junto das suas federações congéneres estrangeiras e organismos internacionais».

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Federação Portuguesa de Remo, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Federação Portuguesa de Remo no domínio das funções definidas por legislação e estatutos, comportando atas da Direção, atas da Assembleia Geral, registo de correspondência recebida, registo de correspondência expedida, registo de treinadores, dossiês de imprensa de provas desportivas, relações de devedores e credores, documentos contabilísticos e processos de subsídio a atletas de alta competição

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

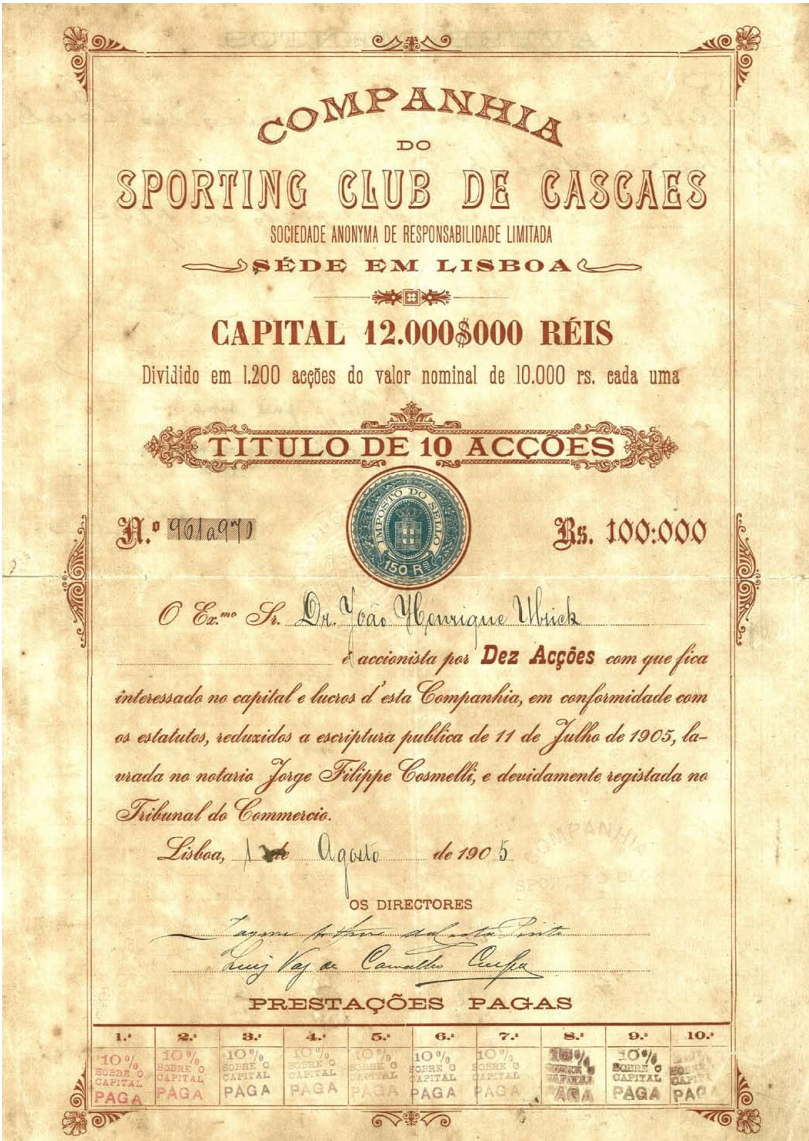
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 73 cx., 1 lv., 24 ds. e 1 gv. de arquivador

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

SPORTING CLUB DE CASCAIS



Título de ações da Companhia do Sporting Club de Cascais, 1905-08-01
[PT/CMC-AHMC/AASS/SCC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/SCC

TÍTULO: Sporting Club de Cascais

DATAS: 1892-08-31 | 1974-10-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,77 m. l. – 33 lv., 15 pt. e 2 d.s.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sporting Club de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Sporting Club de Cascais foi fundado em 1879-10-15, como sociedade desportiva e recreativa, com acesso por quotas pagas anualmente, dotada de alvará desde 1880-03-18. A instalação do Sporting Club de Cascais nos terrenos da antiga Parada da Cidadela determinou a designação porque passou a ser conhecido: a Parada. Nas palavras de Pedro Falcão, «A Parada, onde se juntava a nobreza, estava para Cascais como o anel de brasão está para quem o trás no dedo». Também Ramalho Ortigão, em 1888-10, anotaria a seu propósito que «o Sporting Club [...] deu ao lugar um arzinho de civilização, que não deixa de surpreender um pouco numa praia nacional. Vários jogos de jardim foram corretamente estabelecidos e são assiduamente frequentados», denunciando a relevância do clube para a história do desporto em Portugal, nomeadamente no que concerne à divulgação do ténis e do futebol. Em 1904-12-31, a Assembleia Geral do clube aprovou por unanimidade a sua conversão em Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, passando, em 1910-06, a designar-se por Real Sporting Club de Cascais, até que a República conduzisse à excisão da distinção conferida por D. Manuel II. Em 1935-06-14 a Sociedade foi dissolvida, regressando à designação de Sporting Club de Cascais, enquanto «sociedade desportiva de duração ilimitada [qu]e tem como fim principal promover toda

a qualidade de exercícios desportivos, especialmente o jogo de Law-Tennis [sic] e ainda facilitar diversões aos associados dentro ou fora da sede do Club». A sua atividade findaria após a revolução de 1974-04-25

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi recolhido pela Câmara Municipal de Cascais aquando do encerramento do clube, em cujas instalações funciona atualmente o Museu do Mar – Rei D. Carlos I, sendo, depois, transferido para o AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, em 1989.

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Sporting Club de Cascais no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Órgãos do Clube (Assembleia Geral e Direção); Expediente; Contabilidade e Gestão de Sócios e Atividades Desportivas; e por 24 Séries: Atas de sessões da Assembleia Geral (1904-1935); Atas de sessões da Direção (1905-1933); Registo de correspondência recebida (1953-1957); Correspondência recebida (1947-1967); Copiador de correspondência expedida (1948-1967); Copiador de correspondência recebida e expedida (1947-1973); Cartões-de-visita e convites (1948-1966); Impressos, regulamentos e programas (1949-1958); Borrão de receita e despesa (1904-1950); Registo de receita e

despesa (1948-1970); Registo diário de receita e despesa (1892-1970); Livro razão (1951-1954); Livro razão auxiliar (1951-1965); Balancete do razão (1953-1969); Registo de quotizações (1947-1951); Registo de ações (1907-1932); Listagem e certificados de ações (1931-1932); Títulos de ações (1905); Registo de sócios (1904-1924); Índice de sócios (1902-1918); Registo de convidados (1955-1971); Registo de jogadores de ténis (1971-1974; Registo de jogadores de minigolfe (1971-1972) e Recortes de imprensa (1950). Comporta, ainda, Carta relativa a transferência de bens do clube para particular (1973) e Cartão de sócio extraordinário (1900)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

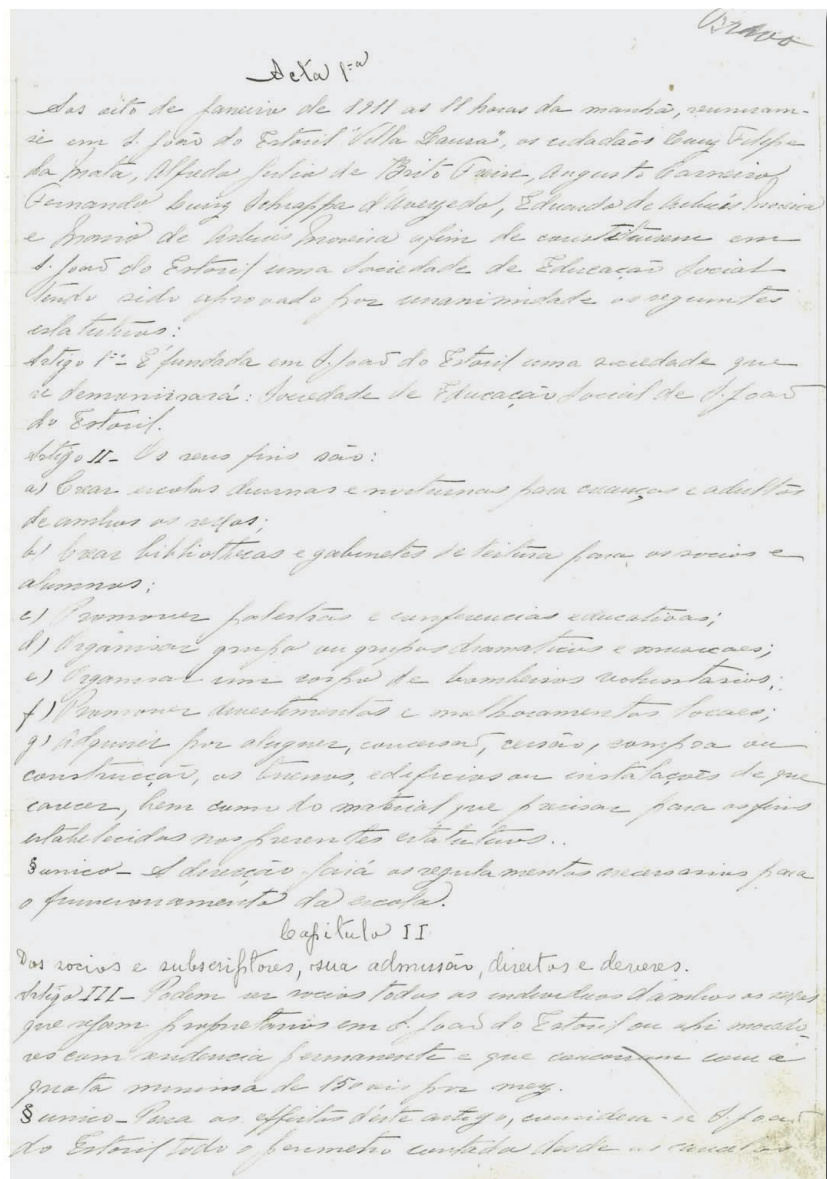
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 9 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO SOCIAL DE S. JOÃO DO ESTORIL



Ata de reunião da direção da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, 1911-11-08 [PT/CMC-AHMC/AASS/SESJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AASS/SESJ

TÍTULO: Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

DATAS: [1911 | 1991]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [1,54 m. l. – 14 cx. e 1 lv.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril foi fundada em 1911-01-08, poucos meses após a implantação da República, por destacados habitantes locais, como Luís Filipe da Mata, Alfredo Júlio de Brito Freire, Augusto Carneiro, Fernando Luís Schiappa de Azevedo, Eduardo de Arbués Moreira e Mário de Arbués Moreira, para «criar escolas diurnas e noturnas para crianças e adultos de ambos os sexos; criar bibliotecas e gabinetes de leitura para os sócios e alunos; promover palestras e conferências educativas; organizar grupo ou grupos dramáticos e musicais; organizar um corpo de Bombeiros Voluntários; promover divertimentos e melhoramentos locais; [e] adquirir por aluguer, concessão, cessão, compra ou construção os terrenos, edifícios ou instalações de que carecer, bem como o material que precisar para os fins estabelecidos». A sua escola seria inaugurada em 1911-03-12, num dos fortes junto à Praia da Poça, transitando, ainda em 1913, para o chalet Guiomar, nas imediações do Vale de Santa Rita. Não obstante, na sequência da doação de um terreno por Florinda Leal e da obtenção de valiosos donativos por parte de beneméritos locais, a Sociedade de Educação Social projetou a construção de um novo edifício, apenas inaugurado em 1954, junto à rua que veio a receber o nome da associação. Poucos anos depois, a escola foi rebatizada como Externato Florinda Leal, em homenagem à sua benfeitora.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-05-03

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade de Educação Social de S. João do Estoril no domínio das funções definidas por estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 4 secções: Regulamentação e Órgãos da Associação; Secretaria e Arquivo; Património e Gestão Financeira; e por 32 séries: Regulamentos e estatutos (1911-1983); Atas da Assembleia Geral (1913-1988); Atas da Direção (1911-1985); Atas do Conselho Administrativo (1984-1985); Atas do Conselho Escolar (1987-1989); Termos de posse da Assembleia Geral e da Direção (1913-1941); Convocatórias para a Assembleia Geral (1984-1991); Registo de presenças em Assembleias Gerais (1913-1956); Registo de sócios, subscritores e protetores (1911-1930); Registo de correspondência recebida (1973-1989); Correspondência recebida (1975-1982); Copiadores de correspondência expedida (1920-1989); Correspondência recebida e expedida (1955-1986); Instruções e comunicações internas (1956-1989); Registo de assiduidade do pessoal (1983-1988); Relatórios de professores (1987-1989); Registo de assiduidade

e aproveitamento de alunos (1915-1918); Relações de alunos (1977-1980); Inquéritos a encarregados de educação (1989); Registo de fotocópias e chamadas telefónicas (1987-1991); Assistência técnica a fotocopadora (1989-1990); Recortes de imprensa (1930-1985); Festas e comemorações de aniversários (1960-1986); Homenagem ao jornal "A Nossa Terra" (1960-1961); Registo de bens imóveis (1898-1959); Processos de obras (1984-1987); Inventário de património móvel (1974); Catálogos (1970-1980); Registo de receita e despesa (1911-1986); Registo de receita e despesa de reconstrução da escola (1951-1965); Registo de quotas (1965); Guias de pagamento de IRS (1989-1990); Documentos bancários (1912-1953); Orçamentos (1956-1974) e Requisições de material escolar (1952-1990)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 14 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS ECLESIAÍSTICOS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AECL

TÍTULO:

Arquivos Eclesiásticos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 8 fundos:

Arciprestado de Cascais,

Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche,

Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel,

Confraria de S. Vicente de Alcabideche,

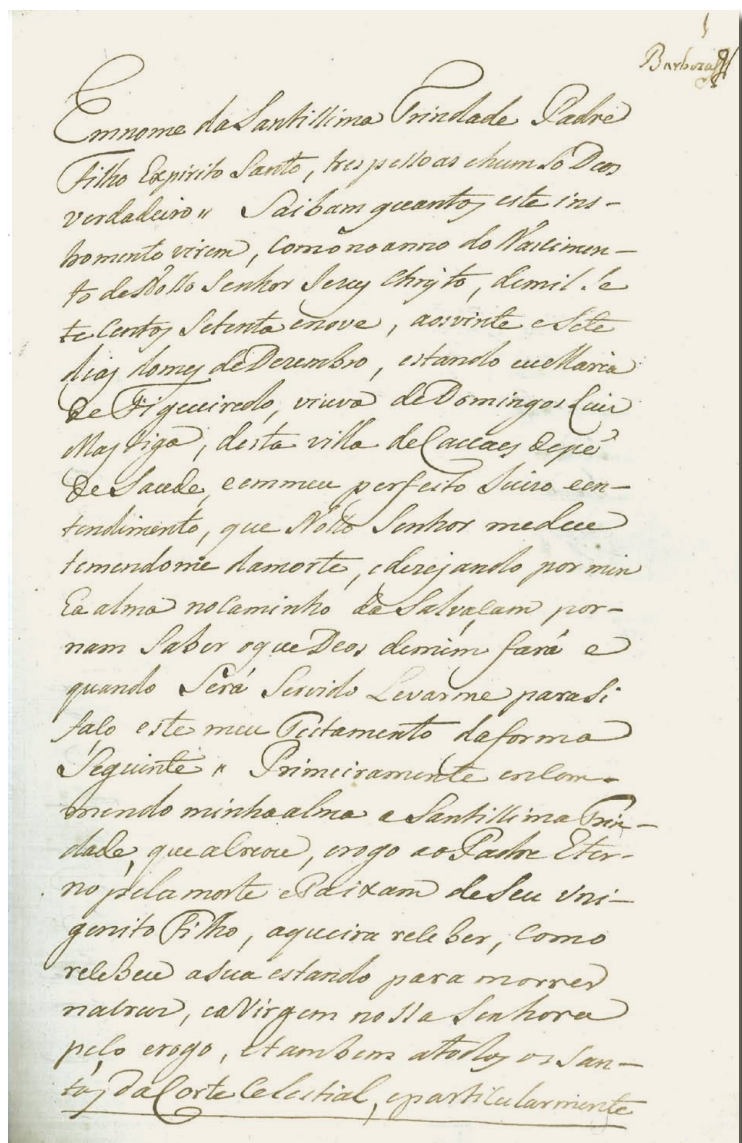
Confraria de Nossa Senhora da Assunção,

Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo,

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e

Ordem Terceira de Cascais

ARCIPRESTADO DE CASCAIS



Registo de testamento, 1779-12-29
[PT/CMC-AHMC/AECL/ARC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/ARC

TÍTULO: Arciprestado de Cascais

DATAS: 1779-12-27 | 1833-02-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 2 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Arciprestado de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O arciprestado constituiu uma circunscrição eclesiástica em que se divide a diocese, podendo ser também designado por vicariato, vicariato da vara ou ouvidoria. É constituído por várias paróquias, sendo frequentemente a sua área jurisdicional coincidente com as dos concelhos. O arcipreste, sacerdote a quem o ordinário do lugar confia a administração do arciprestado, constitui um elemento de ligação entre os párocos da sua zona e a cúria diocesana, a quem cumpre zelar pelo cumprimento das normas disciplinares canónicas e pela reta administração dos bens eclesiásticos na área da sua jurisdição

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Arciprestado de Cascais no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 2 documentos: Registo de testamentos (1779-1833)

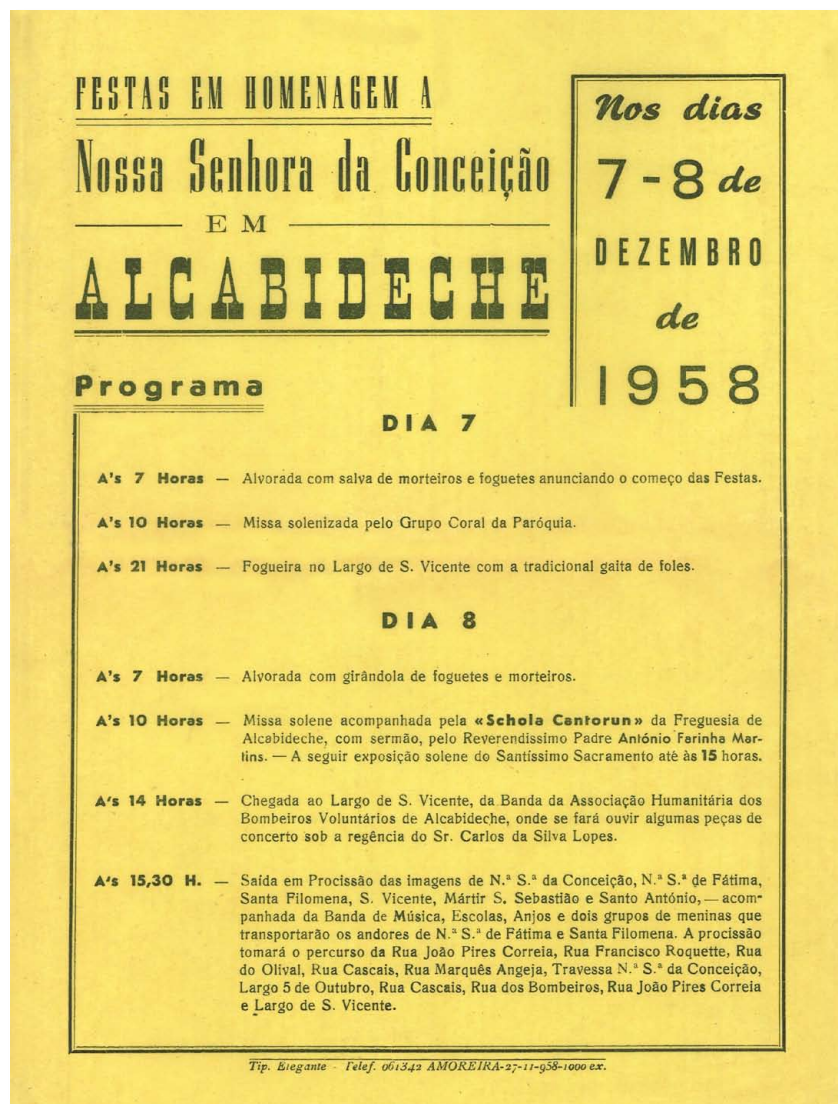
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12

COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM ALCABIDECHE



CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/CFSA

TÍTULO: Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche

DATAS: 1950-11-29 | 1962-07-15

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 5 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição tinha por objetivo a promoção de festejos no âmbito da procissão de Nossa Senhora da Conceição. Em 1958, a procissão das imagens de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Santa Filomena, S. Vicente, S. Sebastião e Santo António foi «acompanhada da Banda de Música, Escolas, Anjos e dois grupos de meninas», tendo percorrido o seguinte trajeto: «Rua João Pires Correia, Rua Francisco Roquete, Rua do Olival, Rua [de] Cascais, Rua Marquês [de] Angeja, Travessa de Nossa Senhora da Conceição, Largo 5 de outubro, Rua de Cascais, Rua dos Bombeiros, Rua João Pires Correia e Largo de S. Vicente»

Programa das Festas em homenagem a Nossa Senhora
da Conceição, em Alcabideche, 1958-12-07/08
[PT/CMC-AHMC/AECL/CFSA]

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Festas de Nossa Senhora da Conceição em Alcabideche no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 documentos: Licença (1955); Receita e Despesa (1950-1955); Documentos de despesa (1950-1962); Registo de donativos (1950-1955) e Divulgação (1958)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

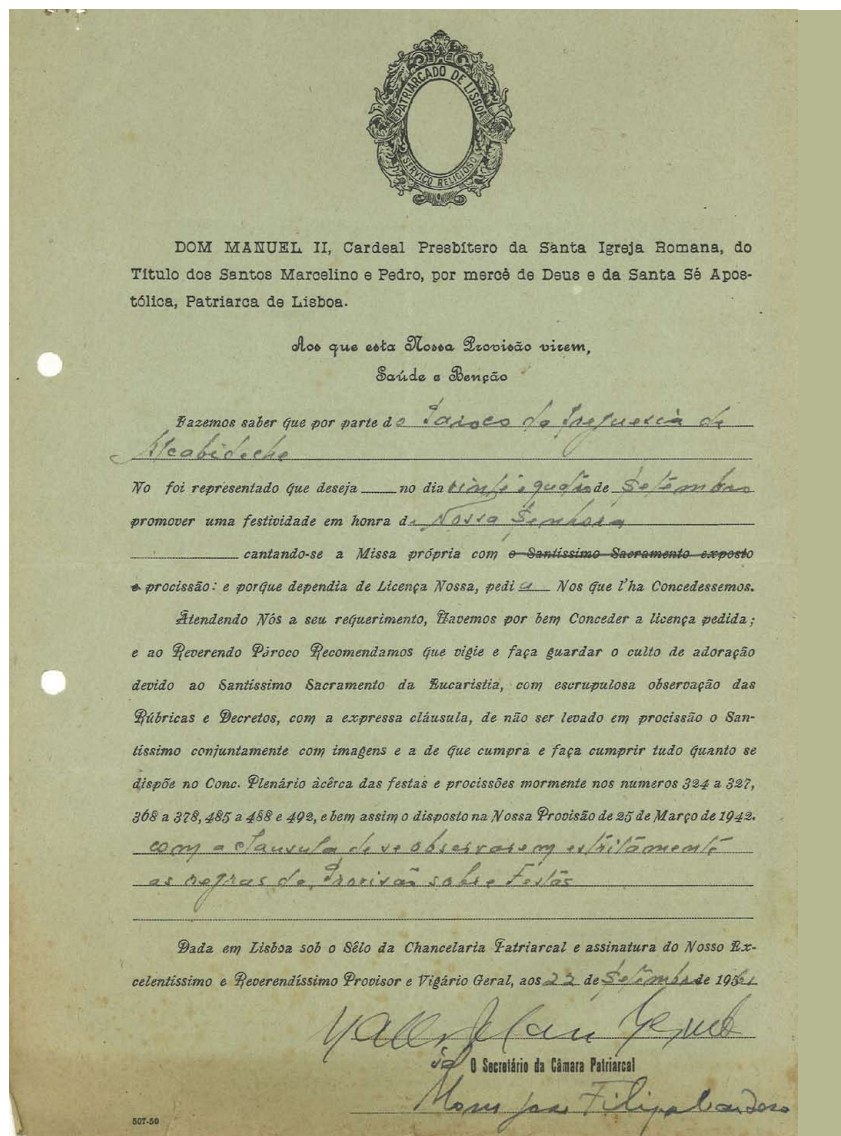
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DO CABO ESPICHEL



Licença para promoção de Festa em honra de Nossa Senhora do Cabo, 1961-09-22 [PT/CMC-AHMC/AECL/CFSC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/CFSC

TÍTULO: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel

DATAS: 1950-11-29 | 1963-12-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,22 m. l. – 3 lv. e 23 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O culto a Nossa Senhora do Cabo, que constitui uma das mais antigas manifestações de religiosidade popular em Portugal, é já mencionado em carta régia de D. Pedro I, de 1366. Tendo por base o miraculoso achamento da imagem de Nossa Senhora, no espigão rochoso do Cabo Espichel, divulgar-se-ia rapidamente pela região saloia das margens do Tejo, razão pela qual, numa das versões da lenda, a descoberta é atribuída a dois anciãos, de Alcabideche e da Caparica. Perde-se no tempo a realização, em Portugal, de romarias cíclicas anuais a diversos santuários, com a participação de romeiros organizados por freguesias. Essas irmandades de romeiros transportavam uma tocha de cera – o círio – para oferecer à divindade, razão pela qual tomaram essa designação. Os “círios” constituem procissões de longo curso, revestindo frequentemente a forma de “giros” entre várias freguesias, geograficamente afastadas entre si. Nestes casos, cada freguesia organiza o culto anualmente e à vez, segundo uma ordem determinada pela tradição. Como atos coletivos, traduzem-se na deslocação de comunidades de fiéis ao santuário, capela ou igreja, ou, como é atualmente o caso dos “círios saloios” de Nossa Senhora do Cabo, na receção,

por essa comunidade, da bandeira e da imagem. Contribuem, por isso, para o reforço dos sentimentos de vizinhança e da coesão social das comunidades, nomeadamente na proteção contra catástrofes naturais. Por esse motivo, e porque o perigo é ou foi coletivo, a promessa deverá ser paga pela comunidade como um todo ou por uma confraria em seu nome, ao longo de sucessivas gerações de romeiros. No dealbar do século XV estava já edificada, ou reedificada, junto ao Cabo Espichel, a pequena capela de Santa Maria do Cabo ou Santa Maria da Pedra de Mua, atualmente conhecida por Ermida da Memória, até onde convergiam grandes romarias. Na verdade, em 1430, trinta paróquias da zona saloia – dos atuais concelhos de Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras e Sintra – combinaram organizar-se entre si, instituindo um “giro”, em que cada uma prestasse, anualmente e à vez, culto ao santuário do Cabo Espichel. No início do século XVIII retiraram-se paróquias, pelo que o “giro saloio” é, desde então, constituído por apenas 26, entre as quais Alcabideche, Cascais e S. Domingos de Rana. Após um breve interregno registado entre 1910 e 1926, as romarias populares em honra de Nossa Senhora do Cabo foram retomadas, tendo prosseguido até hoje, num ambiente de festa que justifica a organização dos devotos em comissões, de que a Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel constitui exemplo

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Junta de Freguesia de Alcabideche, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC. A classificação foi atribuída por função

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1996-06-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Cabo Espichel no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 26 documentos: Licenças (1960-1961); Programas (1958-1960); Minutas de atas de reuniões (1959-1960); Relação de correspondência recebida e expedida (1960); Orçamento (1960); Documentos de receita (1960-1963); Folhas de vencimento (1960); Registo de despesa (1960); Documentos de despesa (1950-1963); Pedidos de donativos (1960-1961); Registo de donativos (1960-1961); Talões de donativos (1960); Lista de distribuição de livros de donativos (1960); Registo de apostas para sorteio (1960); Atribuição de medalhas aos festeiros e mordomas (1960); Segurança e transportes (1960); Eletricidade (1960); Decorações (1957-1960); Instalação sonora (1960); Barracas de feirantes (1960); Fogo-de-artifício (1960); Bandas de música (1956-1960); Grupo de “Zés Pereiras” (1954-1960); Teatro (1960) e Divulgação (1960)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

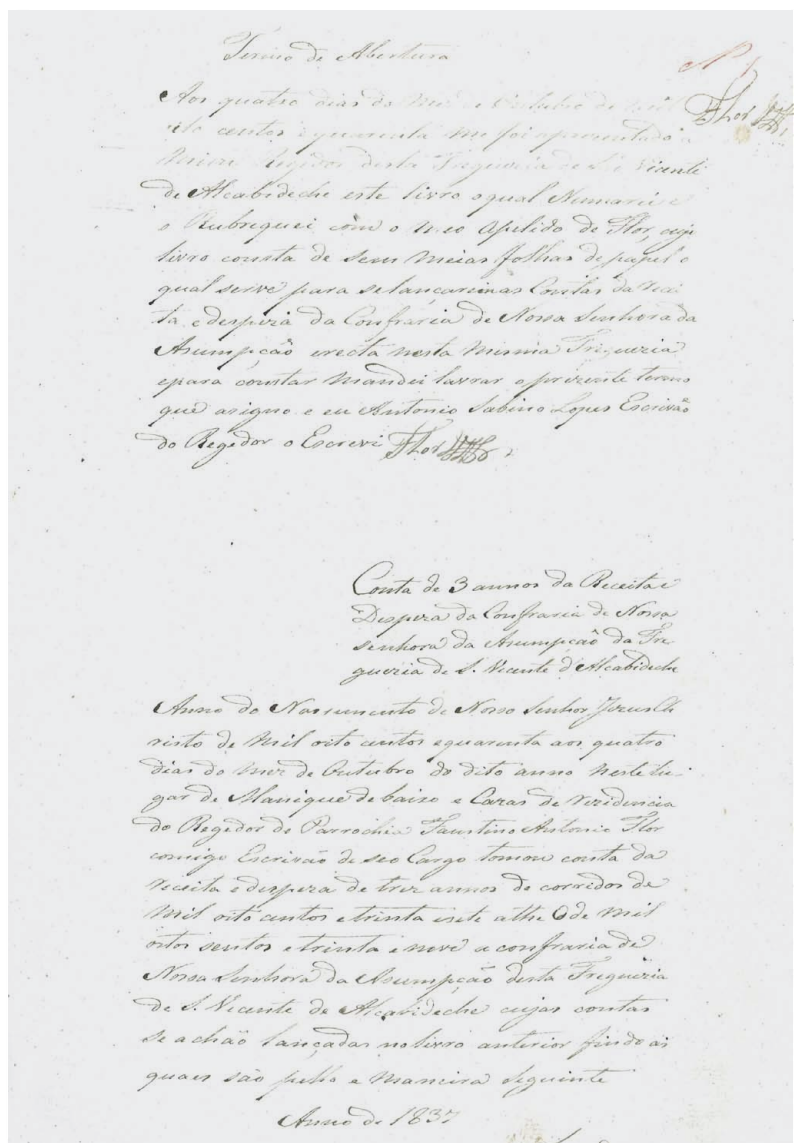
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, alguns livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 2 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGAARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO



Registo de receita e despesa da Confraria de Nossa Senhora da Assunção, 1841-11-04 [PT/CMC-AHMC/AECL/CNSA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/CNSA

TÍTULO: Confraria de Nossa Senhora da Assunção

DATAS: 1840-10-04 | 1854-10-03

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 1 lv. e 2 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Confraria de Nossa Senhora da Assunção

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Confraria de Nossa Senhora da Assunção já existia em 1659, tendo por obrigação – de acordo com a descrição do Padre Luís Cardoso, inserida no "Dicionário geográfico", de 1747 – a manutenção do hospital ou hospício instituído em Alcabideche, por Pedro Domingues, aio do Conde de Monsanto. Em 1856 ordenar-se-ia a sua extinção, ficando a Junta de Paróquia de Alcabideche depositária de todos os seus bens

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Irmandade de Nossa Senhora da Assunção no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 documentos: Registo anual de receita e despesa (1840-1861), Orçamento de receita e despesa (1853) e Ordens de pagamento (1854)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais por intermédio de D. António de Castelo Branco, que o recolheu na Igreja dos Navegantes, eventualmente aquando das obras promovidas entre 1937 e 1942 na Igreja dos Navegantes

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais, eventualmente em 1937

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e S. Pedro Gonçalves Telmo no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 documentos: Alvará (1682); Registo diário da despesa de Tomás Gomes na obra da igreja (1792) e Relação de irmãos e de resultados de eleições da Irmandade de S. Pedro Gonçalves (1845)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, os livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

CONFRARIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE S. VICENTE DE ALCABIDECHE



Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento
de S. Vicente de Alcabideche, 1657-1744
[PT/CMC-AHMC/AECL/CSVA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/CSVA

TÍTULO: Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche

DATAS: 1657 | 1744

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Vicente de Alcabideche

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Compromisso da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche remonta a 1657. Cumpria aos seus membros manter uma lâmpada de azeite acesa dia e noite junto ao Santíssimo e acompanhá-lo quando era levado da igreja a visitar os enfermos, sendo aceites na Confraria todos os cristãos maiores de 14 anos, inclusive mulheres e escravos. Sabendo-se que, em 1662, possuía uma tumba para enterramento dos irmãos e que, em 1747, o Padre Luís Cardoso se refere à sua existência no "Dicionário geográfico", desconhece-se a data da extinção desta Confraria, não obstante se conhecerem notícias a seu propósito até 1919

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Confraria do Santíssimo Sacramento de S. Vicente de Alcabideche no domínio das funções definidas por compromisso

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Compromisso (1657-1744)

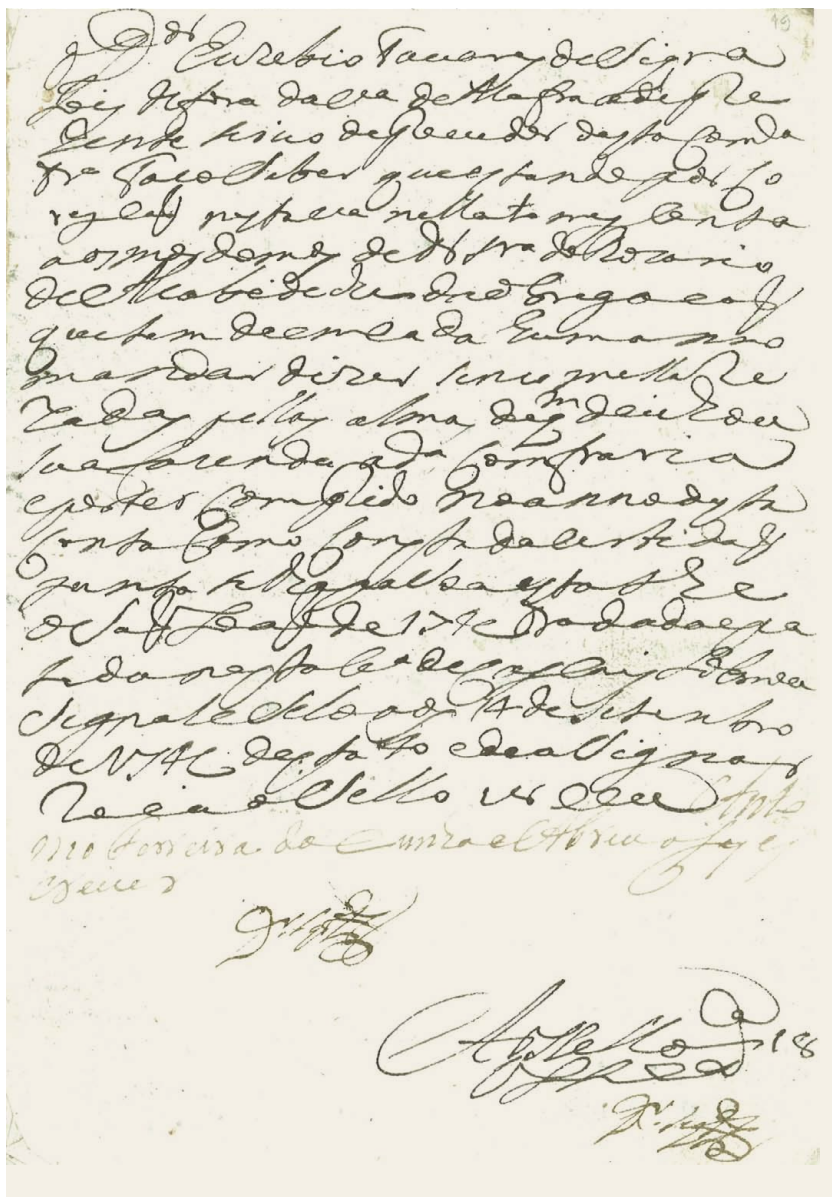
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, o livro foi acondicionado em pasta. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



Registo de missa, 1740-09-14 [PT/CMC-AHMC/AECL/INSR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/INSR

TÍTULO: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

DATAS: 1715-08-20 | 1828-11-28

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. - 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A irmandade já existia em 1715, sendo referenciada, em 1747, no "Dicionário geográfico", do Padre Luís Cardoso. Em 1856 ordenar-se-ia a sua extinção, ficando a Junta de Paróquia de Alcabideche depositária de todos os bens

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no domínio das funções definidas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de missas por alma dos irmãos (1715-1828)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, o livro foi acondicionado em pasta. O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ORDEM TERCEIRA DE CASCAIS



Registo de receita de capelas, d. 1744-10-20 [PT/CMC-AHMC/AECL/OTC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AECL/OTC

TÍTULO: Ordem Terceira de Cascais

DATAS: 1618-05-25 | 1922-04-02

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 2,75 m. l. – 7 cx., 9 lv., 6 pt. e 1 d.s.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Vila de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: A Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco pretendia assegurar o perdão de antigos pecados dos seus irmãos através do caminho da penitência. Ainda que os seus estatutos tenham sido aprovados em Portugal pelo Papa Paulo III, em 1547, não é possível garantir a data da sua instalação em Cascais, remontando as Ordenações conhecidas ao ano de 1679. Por escritura de 1844-09-26 passaria a coadministrar a Igreja dos Navegantes, em Cascais, com a Confraria de Nossa Senhora dos Prazeres e de S. Pedro Gonçalves Telmo. De acordo com os seus estatutos de 1911-06-19, aprovados pelo Governo Civil de Lisboa em 1913-11-24, tinha por objetivo «exercer o culto Católico» e «exercer a beneficência», pelo que «só podem fazer parte desta corporação os indivíduos [...] que professem a religião Católica Apostólica Romana»

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais por intermédio de D. António de Castelo Branco, que o recolheu na Igreja dos Navegantes, eventualmente aquando das obras promovidas entre 1937 e 1942 na Igreja dos Navegantes

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência para o arquivo da Câmara Municipal de Cascais, eventualmente em 1937

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Vila de Cascais no domínio das funções definidas por compromisso e estatutos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 secções: Constituição e Regulamentação da Ordem; Gestão Financeira; Património e Assistência; e por 42 séries: Ordenação, compromissos e estatutos (1693-1914); Atas de sessões (1853-1922); Correspondência recebida (1801-1911); Copiador de correspondência expedida (1887-1894); Editais (1892-1896); Relação de irmãos (1893); Registo de Irmãos (1728-1876); Diplomas de admissão (1790); Registo de irmãos que professam (1675-1876); Termos de eleições (1765-1886); Listas de contagem de votos em eleições (1837-1880); Registo de capelães e andadores (1694-1848); Registo de missas de capelas (1744-1894); Alvarás de quitação para cumprimento de legados pios (1818-1895); Relações de missas e formatura de procissão (1832-1872); Processos de pedidos de realização e procissões (1815-1827); Procuração, termos e mandado (1774-1878); Registo diário de receita e despesa (1746-1868); Registo anual de receita e despesa (1839-1920); Acórdãos do Tribunal Administrativo para aprovação de contas (1887-1911); Registo de importâncias entregues à Administração do Concelho (1888-1890); Registo

de receita (1751-1906); Registo de cobrança de anuais (1794-1868); Registo de receita de capelas (1743-1861); Registo de cobranças de juros (1769-1897); Recibos de cobrança de juros (1889); Processos de empréstimo de capital (1759-1889); Registo de despesa (1751-1765); Documentos de despesa (1618-1883); Registo de ordens de pagamento (1842-1861); Ordens de pagamento (1842-1851); Orçamentos gerais (1869-1883); Relações de dívidas (1873-1889); Processos de dívidas (1677-1780); Registo de dívida em processo judicial (1782-1844); Inventário (1751-1862); Auto para emprazamento de capela (1671-1796); Escrituras (1664-1877); Sentenças cíveis (1749-1835); Termo de desistência (1619); Registo de irmãos pobres vestidos pela Ordem (1782-1896) e Processos para concessão de agasalhos (1830-1910). Comporta, ainda, Desenho picotado com motivo litúrgico (1900)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: Por questões de preservação, alguns livros foram acondicionados em pastas. O fundo encontra-se acondicionado em 25 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS EMPRESARIAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AEMP

TÍTULO:

Arquivos Empresariais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

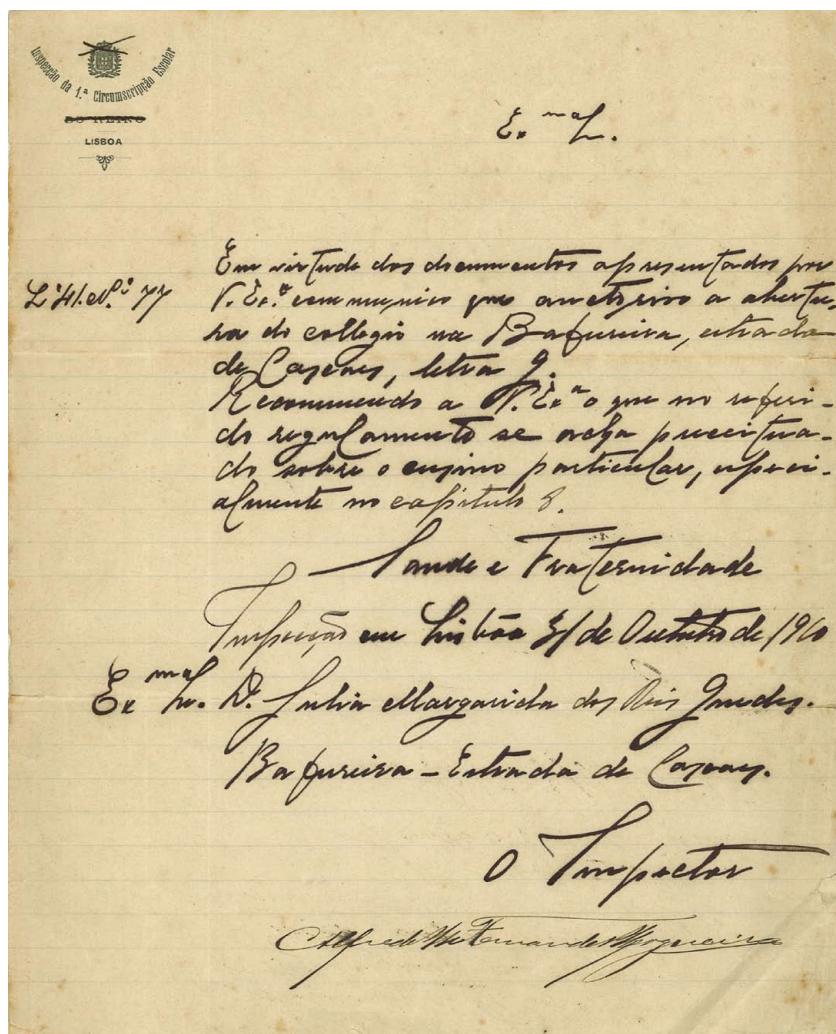
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 4 fundos:

Colégio da Bafureira,
Grande Hotel Estrade, Hotel Palácio e
Sociedade de Moagem Carcavelos

COLÉGIO DA BAFUREIRA



Autorização para a abertura do Colégio da Bafureira, 1910-10-31
[PT/CMC-AHMC/AEMP/CBAF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AEMP/CBAF

TÍTULO: Colégio da Bafureira

DATAS: 1910-10-31 | 2002-11-07

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,73 m. l. – 3 lv. e 17 pt

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Colégio da Bafureira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Colégio da Bafureira, instalado junto à praia com o mesmo nome, foi oficialmente fundado em 1910-10-31, sob a direção de Júlia Margarida do Reis. Para além da classe infantil e da instrução primária, oferecia, ainda, os cursos de Liceu, Comercial e do Conservatório. No início do segundo quartel do século XX passou também a desenvolver a sua atividade num novo edifício na Avenida Camilo Dionísio Álvares, junto à estação do caminho-de-ferro da Parede, onde continua a funcionar. Por imposição legal, que proibiu o regime de coeducação, passou a ser exclusivamente um colégio feminino a partir do ano letivo de 1941-42, até que este fosse retomado para o infantil no ano de 1955, extensivo ao primário em 1973 e a todos os graus em 1985

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Colégio da Bafureira, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-01-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Colégio da Bafureira no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 3 secções: Constituição e Regulamentação; Secretaria e Arquivo e Gestão Financeira; e por 20 séries: Alvarás (1910-2002); Hino e bandeira (1980); Regulamentos e preçários (1915-1952); Correspondência recebida e expedida (1929-1987); Processos de obra (1948-1988); Registo de contratos de professores (1943-1950); Atas de exames e avaliações (1942-1962); Registo de aproveitamento de alunos (1930-1936); Fichas de avaliação (1983-1987); Provas escritas (1858-1963); Cadernos diários, apontamentos e exercícios (1954); Publicações periódicas do colégio (1921-1953); Álbuns fotográficos e bilhetes-postais ilustrados (1910-1970); Homenagens aos diretores (1929-1952); Eventos promovidos pelo colégio (1913-1980); Livro razão (1925); Faturas (1915); Registo de pagamentos de alunos (1962-1964); Balancetes diários (1938-1945) e Guias de abono de família (1961-1971)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário e catálogos parciais online. Inventário e catálogo parcial impresso: BETTENCOURT, Olga ; HENRIQUES, João Miguel - *Cem anos a ensinar : Colégio da Bafureira 1910-2010*. Cascais : Câmara Municipal, D. L. 2010. ISBN: 978-972-637-238-7.

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 6 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

GRAND HOTEL ESTRADE

[illegible]

Registo de despesa de hóspede do Grand Hotel Estrade, 1929-02
[PT/CMC-AHMC/AEMP/GHE]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AEMP/GHE

TÍTULO: Grand Hotel Estrade

DATAS: 1929-01-15 | 1929-05-10

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 lv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Grand Hotel Estrade

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Grand Hotel, mandado construir na Avenida de Saboia pela Companhia Monte Estoril, foi inaugurado em 1898-08-01, vindo a ser conhecido por Grand Hotel Estrade, por ser esse o apelido do seu gerente. Em 1898-08-16, a “Gazeta dos Caminhos-de-Ferro” anotaria a seu propósito: «Ao todo 54 quartos. No anexo há, no rés-do-chão, a cozinha e dependências de serviço; no 1.º andar a copa, a grande sala de jantar, comportando 100 pessoas, e outra sala em que podem jantar mais 30. A mobília, os estofos das janelas[s] e portas, o forro das paredes são da mais apurada elegância e do mais moderno gosto. A iluminação é toda a luz elétrica. O serviço [é] irrepreensível, estando a cargo do sr. E. Estrade, dono do café Montanha que tomou aquela casa de arrendamento por alguns anos, tencionando tê-la aberta verão e inverno». O estabelecimento dotou, assim, o Monte Estoril de um serviço de primeira ordem, que pareceu poder rivalizar com os melhores de Lisboa. De acordo com o “Anuário Comercial”, em 1917 o hotel era explorado por Tivet & Oliveira, a quem sucederia, a partir de 1920, Manuel Gonzalez Fernandez. Foi alvo de obras de beneficiação em 1935, quando passou a dispor de 26 quartos. O mesmo sucederia em 1963, ano em que, não obstante já possuir 78 quartos, foi dotado de piscina. Em 1969 a sua oferta era já de 145 camas

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Grand Hotel Estrade no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 1 documento: Registo de despesa de hóspedes (1929)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

HOTEL PALÁCIO



Vista aérea do Estoril, c. 1930. Ao centro destaca-se o Hotel Palácio
[PT/CMC-AHMC/AEMP/HPL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AEMP/HPL

TÍTULO: Hotel Palácio

DATAS: [1930 | 1987]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [9, 6 m. l. – 17 cx., 4 lv., 49 ds. e 1 pt.]

SUPORTE: Papel e Vidro

NOME DO PRODUTOR: Hotel Palácio

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: O Palace Hotel do Estoril, cedo conhecido por Hotel Palácio, foi inaugurado em 1930-08-30, constituindo um dos equipamentos estruturantes do projeto encomendado ao arquiteto Henri Martinet por Fausto de Figueiredo e Augusto Carreira de Sousa, que, a partir de 1914, procurariam impor o Estoril enquanto «estação marítima, climatérica, termal e sportiva» de renome internacional. Ainda que a primeira pedra do ambicioso projeto fosse lançada em 1916-01-16, a guerra e as dificuldades de financiamento condicionariam a sua concretização, pelo que o Hotel Palácio apenas foi inaugurado catorze anos depois, sob a direção do arquiteto Raul Jourde e do decorador M. Fitté. No dia anterior à abertura, Fausto de Figueiredo ofereceria um chá aos representantes da imprensa na esplanada do Tamariz, para os convidar, depois, a visitar a nova unidade hoteleira, dotada de duzentos quartos, de cem casas de banho e de suites no corpo central. Mercê da sua proximidade de Lisboa, o Hotel Palácio cedo se transformou numa das mais prestigiadas salas de visita do País, disponibilizando modernas e luxuosas instalações aos visitantes mais exigentes. De monarcas a empresários e artistas, muitos foram os que se instalaram neste estabelecimento, contribuindo para a sua divulgação e prestígio. Em finais da década de 1930 começaram a chegar ao Hotel Palácio muitos estrangeiros, que aqui buscavam a

tranquilidade perdida nos seus países de origem. Com o eclodir da guerra, a neutralidade de Portugal assegurar-lhes-ia um porto tranquilo para a travessia do Atlântico e o acesso às Américas, para onde a maior parte se dirigiu. Durante o conflito, cruzaram-se, assim, no Hotel Palácio espiões, negociantes, banqueiros, empresários e políticos, a que se seguiram, numa segunda fase, reis, rainhas e destacados membros das principais famílias reais europeias, para além de muitos artistas e desportistas. O momento mais alto da vida social do Hotel ocorreria em 1955-02-12, quando foi escolhido para servir o banquete de casamento do príncipe Alexandre da Jugoslávia e da princesa Maria Pia de Saboia, filha do rei Humberto de Itália, exilado em Cascais. As obras de remodelação, iniciadas ainda na década de 1950, que dotaram a unidade de um quinto andar e de uma nova ala, construída de raiz, com cozinha e sala de refeições, permitiriam, em 1964-07-08, a obtenção do reconhecimento oficial da sua «utilidade turística». Em 1966 inaugurou uma piscina privativa, abastecida pela nascente das velhas termas, recebendo, após a revolução de 1974-04-25, à semelhança de outros estabelecimentos, cerca de 300 portugueses, regressados das ex-colónias. Na década de 1980 seria alvo de uma profunda recuperação e remodelação, sob a orientação de Lucien Donat. Deixou de pertencer à família Figueiredo em 1983, passando, desde então, a ser administrado pela família do iraquiano Albaker, cujo primeiro contacto com o hotel remonta a 1974

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Hotel Palácio, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-05-03

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Hotel Palácio no domínio das funções definidas por alvará, comportando projetos do Hotel do Parque, das Termas, do Casino, de Esplanada Marginal e de Hotel de Apartamentos no Monte Estoril (1918-1987) e álbuns fotográficos (1930-1950)

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

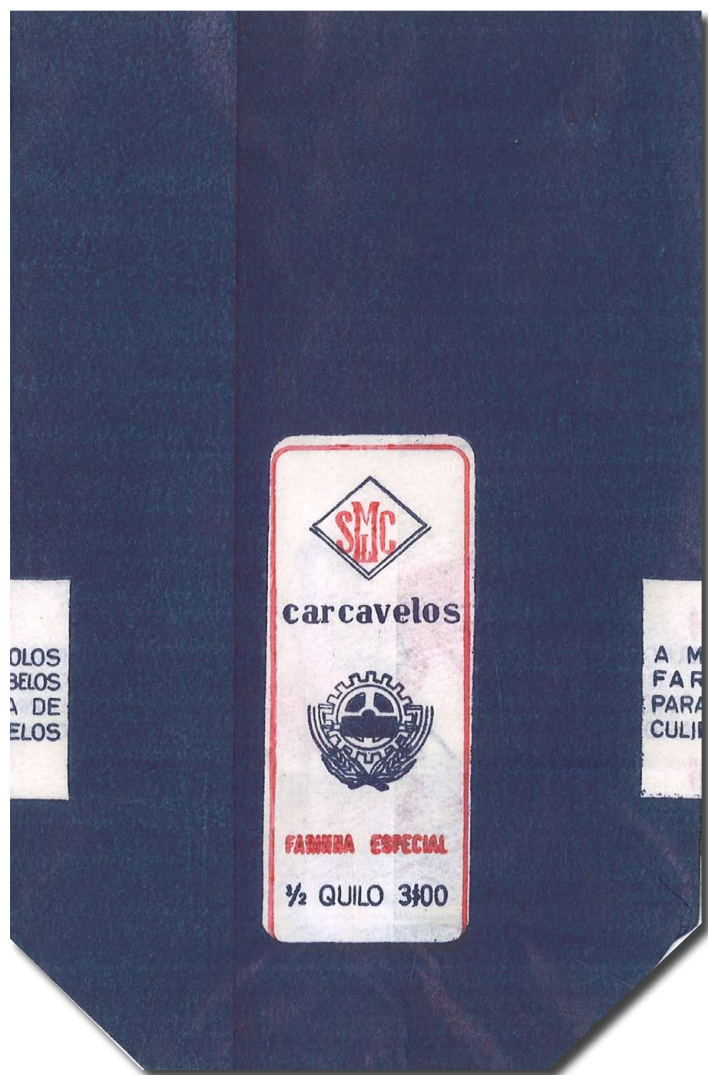
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTADO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 17 cx., 4 lv., 49 ds. e 1 pt. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

SOCIEDADE MOAGEM DE CARCAVELOS



Embalagem de Farinha Clarinha, produzida pela
Sociedade Moagem de Carcavelos, c. 1960
[PT/CMC-AHMC/AEMP/SMC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AEMP/SMC

TÍTULO: Sociedade Moagem de Carcavelos

DATAS: 1944-11 | 1983-12-16

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 1,21 m. l. – 51 lv., 9 pt. e 2 d.s.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sociedade Moagem de Carcavelos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Em 1925-03-21, a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Cascais tomaria conhecimento de correspondência da Sociedade Moagem Carcavelos Ld.^a, pedindo licença para construir uma fábrica de moagens num terreno que possuía em Carcavelos, na Avenida Loureiro, de que também se conhecem processos de obra para a construção de anexos, pelo menos desde 1944. O seu silo, que constituiu, durante décadas, a marca distintiva do edifício, já se encontrava concluído em 1956, não obstante no ano seguinte se voltar a requerer a ampliação das instalações. Na sequência da interrupção da laboração, o edifício foi demolido em 2003

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi transferido para o AHMC pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Cascais, na sequência da demolição do edifício da Sociedade Moagem de Carcavelos

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, em 2005-12-14

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade da Sociedade Moagem de Carcavelos no domínio das funções definidas por alvará

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 séries: Correspondência recebida e expedida (1957-1980), Quotizações (1977-1981), Guias de remessa (1974-1983) e Projetos (1944-1977). Comporta, ainda, Formulários e Embalagens (1960)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 11 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS ESPECIAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AESP

TÍTULO:

Arquivos Especiais

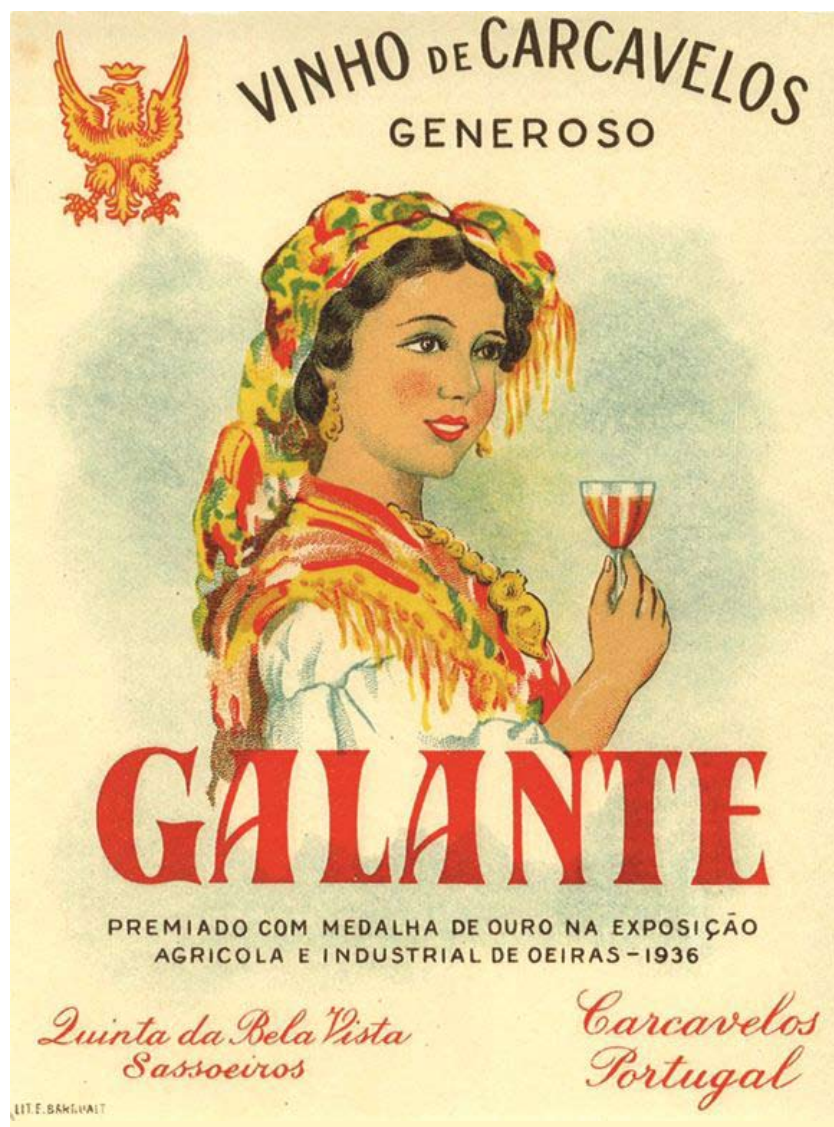
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 9 coleções:
Coleção Almarjão, Coleção António Capucho,
Coleção Cartográfica do Município,
Coleção José de Matos-Cruz, Coleção José Santos Fernandes,
Coleção Maria Albertina Madruga,
Coleção Municipal de Bilhetes-postais Ilustrados,
Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva e
Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

COLEÇÃO ALMARJÃO



Rótulo de garrafa de vinho de Carcavelos, c. 1950
[PT/CMC-AHMC/AESP/CALM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CALM

TÍTULO: Coleção Almarjão

DATAS: 1610 | 2004

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 3,08 m. l. – 28 cx. e 1 gv.

SUPORTE: Papel, cartão, pergaminho, vidro, metal, cerâmica e cristal

NOME DO COLECIONADOR: José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva (Almarjão)

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: José Maria da Ponte e Horta Gavazzo da Fonseca Magalhães da Costa e Silva (Almarjão), filho de Luís do Rego Barreto da Fonseca Magalhães Pereira Leite da Costa e Silva (Conde de Almarjão) e de Júlia Cândida do Couto Valente da Ponte e Horta Romano Gavazzo, nasceu em 1920-01-03, em Lisboa, vindo a casar, em 1952-07-10, com Maria Margarida de Sousa Castelo Branco da Costa e Silva. Viveu durante a infância e adolescência em Benfica, tendo fixado residência na Avenida Maria da Conceição, em Carcavelos, com os pais e irmãos, na década de 1940. Em 1956 fundou a Livraria Histórica Ultramarina, em Lisboa, tendo, como livreiro e alfarrabista, a oportunidade de aceder a bibliotecas, arquivos e recheios de casas das mais variadas origens, nas quais pôde adquirir peças que lhe permitiram constituir uma preciosa coleção dedicada a Carcavelos, com especial interesse para o estudo da vitivinicultura na região. Foi também investigador, colaborando em edições bibliográficas nacionais e estrangeiras, como o "Arquivo de Bibliografia Portuguesa", o "Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris", a revista "A Arte de Ex-Libris" e a revista espanhola "La Libreria Antiquària". Organizou em 1986, por ocasião do XVII Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica, realizado em Lisboa, uma

exposição de cerca de cinquenta cartas de brasão. Em 1990-01-30 foi distinguido pelo Presidente da República com o Grande Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique. Em 2006, a Câmara Municipal de Cascais atribuiu-lhe a Medalha de Mérito Cultural, em reconhecimento da sua meritória atividade em prol da memória local e nacional. Faleceu em 2008-11-08

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi comprada pela Câmara Municipal de Cascais ao Sr. José Maria da Costa e Silva (Almarjão)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2005-02

ÂMBITO E CONTEÚDO: Parafraseando o colecionador, a coleção constitui «um acervo muito completo, cujo valor reside não só nas espécies em si, mas enquanto conjunto, que dificilmente será encontrado de outra maneira», fundamental para o estudo de Carcavelos e da vitivinicultura nos territórios da atual Região Demarcada de Carcavelos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é constituída por 11 secções: Vitivinicultura; Quintas Produtoras de Vinho (Quinta da Corriola; Quinta do Barão; Quinta Nova, Quinta de Santo António ou Quinta da Ordem; Quinta da Alagoa; Quinta da

Torre da Aguilha; Quinta do Junqueiro; Quinta dos Lombos; Quinta do Lameiro; Quinta das Encostas; Quinta do Marquês de Pombal; Quinta de Rana; Quinta da Terrugem; Quinta dos Pesos; Quinta da Fonte da Aldeia; Quinta de S. Gonçalo; Quinta da Cartaxeira e Propriedades não identificadas); Famílias e Personalidades; Urbanismo; Serviços, Comércio e Indústria; Fortes e Assuntos Militares; Igreja e Religião; Saúde e Ação Social; Desporto e Lazer; Movimentos e Partidos Políticos e Junta de Freguesia de Carcavelos

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogos parciais on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se acondicionada em 28 cx. e 1 gv. de arquivador de grandes formatos

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO ANTÓNIO CAPUCHO



Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Cabo, 1753
[PT/CMC-AHMC/AESP/CAC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CAC

TÍTULO: Coleção António Capucho

DATAS: [1596 | 1804]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: [1,35 m. l. – 1 gv. e 1 CD]

SUPORTE: Papel e digital

NOME(S) DO(S) COLECIONADOR(ES): António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho e António d'Orey Capucho

HISTÓRIA(S) BIOGRÁFICA(S):

ANTÓNIO EMÍDIO FERREIRA DE MESQUITA DA SILVA CAPUCHO

António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho nasceu em 1918-04-29, em S. João do Estoril, onde passou a infância e parte da adolescência. Ainda não tinha vinte anos quando integrou a empresa da família – a Casa Capucho – sediada na Rua de S. Paulo, em Lisboa. Em 1938 casou com Teresa d'Orey, fixando-se em Lisboa, até voltar a S. João do Estoril, onde criou os seus nove filhos. O fascínio pelo colecionismo começou com os livros antigos e raros. Na sua vasta biblioteca, constituída por milhares de exemplares, destacam-se os temas ligados à história e cultura portuguesa. Nas palavras da Prof. Doutora Luísa Arruda, em "António Capucho: Retrato do homem através da coleção" (Lisboa: Editora Civilização, 2004), «Pode considerar-se António Capucho como um bibliófilo da velha escola. Os seus 30 dossiês manuscritos de fichas sobre bibliografia portuguesa constituem uma importante obra de referência para quem frequenta a sua biblioteca». Chegou um pouco mais tarde o gosto pelas peças de arte, sobretudo

a cerâmica em terracota, azulejaria e faiança, que escolhia cuidadosamente sem se deter no seu possível valor comercial. De acordo com Paulo Henriques, em estudo inserido na mesma obra, António Capucho «coleccionou de modo caprichoso, tomando como critério primeiro a empatia imediata que estabelecia com os objetos, embora conhecesse o seu valor estético, histórico e comercial». Muitas peças da sua colecção de cerâmica e azulejaria integraram várias exposições, por exemplo, no Museu Nacional de Arte Antiga, no Museu Calouste Gulbenkian, no Museu Nacional do Azulejo ou no Museu das Caldas. Também em Cascais, a Fundação D. Luís I apresentou a exposição “António Capucho: O homem e a coleção”, que esteve patente entre 2007-05-18 e 2007-07-07, no Centro Cultural de Cascais. O seu reconhecido interesse pela história do concelho de Cascais ficou, ainda, marcado pelo apoio à investigação nos mais variados domínios, nomeadamente ao nível da cartografia, que tanto apreciava, como o atesta a edição, no “Arquivo de Cascais: Boletim cultural do município”, em 1996, do mapa setecentista que adquirira, representando o Estoril, Galiza, S. João do Estoril e Alapraia, antecedido de estudo da autoria de Guilherme Cardoso. Já em 2008 autorizou o depósito digital no Arquivo Histórico Municipal de Cascais de um precioso manuscrito de 1753, relativo à Confraria de Nossa Senhora do Cabo, doando, também, à Rede de Bibliotecas Municipais, “Memória sobre a utilidade e uso medicinal dos banhos do Estoril”, espécie rara, datada de 1839. Faleceu em 2008-11-08

ANTÓNIO D’OREY CAPUCHO

António d’Orey Capucho, filho de Maria Teresa de Jesus de Almeida d’Orey e de António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho, nasceu em Lisboa, em 1945-01-03. Com pouco mais de três anos veio definitivamente viver para S. João do Estoril, onde nascera seu pai. Praticou vários desportos como atleta federado: ténis no Clube de Ténis do Estoril, atletismo no Grupo Sportivo de Carcavelos, voleibol no Grupo Dramático

e Sportivo de Cascais, badminton na Associação Desportiva de Oeiras, basquetebol no Grupo Desportivo de Paço de Arcos e futebol na Associação Desportiva da Costa do Sol. Desempenhou funções na direção do Clube de Ténis do Estoril e da Associação Desportiva da Costa do Sol, da qual foi um dos fundadores e sócio n.º 2, integrando, ainda, os corpos sociais da Associação dos Bombeiros dos Estoris. É, também, sócio honorário do Clube Naval de Cascais e do Clube de Ténis do Estoril. Enquanto finalista do Liceu de Oeiras e aluno do curso superior de Organização e Gestão de Empresas, tornou-se dirigente estudantil e associativo, envolvendo-se nas eleições para a Assembleia Nacional em 1969 e 1973, na quais apoiou, respetivamente, a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD) e a Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Filiado no Partido Social Democrata – então designado Partido Popular Democrático –, exerceu vários cargos na Secção de Cascais, nomeadamente enquanto Presidente da Comissão Política e Presidente da Assembleia Concelhia. Em 1975 foi designado por Francisco Sá Carneiro para Secretário geral adjunto do partido, passando, em 1977, a desempenhar as funções de Diretor geral. Já em 1978 seria eleito Secretário geral, tarefa em que voltou a ser investido em 1980 e 1998. Em 1987 foi eleito Vice-Presidente da Comissão Política Nacional dos social-democratas, compromisso que reassumiria em 1996 e 1999. Deputado à Assembleia da República em todas as eleições legislativas de 1980 a 1999, foi, ainda, líder parlamentar do PSD entre 1984 e 1987 e de 1999 a 2001. Ocupou, também, os cargos de Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, entre 1981 e 1983, no governo de Francisco Pinto Balsemão; de Ministro da Qualidade de Vida, entre 1983 e 1984, no governo de Mário Soares; e de Ministro dos Assuntos Parlamentares, entre 1987 e 1989, no governo de Aníbal Cavaco Silva. Desempenhou as funções de Conselheiro de Estado entre 2002 e 2004 e de 2009 a 2011. Em 1989 encabeçou a lista do seu partido às eleições para o Parlamento Europeu, vindo a ser reeleito como deputado europeu nas eleições de 1994. No decurso deste mandato foi Coordenador do Grupo Europeu do

PSD e Vice-presidente do Parlamento Europeu. A experiência europeia traduzir-se-ia na escrita e publicação dos livros "A União Europeia: O que é e como funciona?", em 1994; "A União Europeia a 15", em 1996; e "De Roma a Amesterdão", em 1997. Tendo já desempenhado as funções de Presidente da Assembleia Municipal de Cascais, de 1983 a 1984, viria a ser eleito Presidente da Câmara Municipal de Cascais em 2001, 2005 e 2009, tendo requerido a suspensão do seu mandato em 2011-02-01. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, a Grã-Cruz de Mérito Civil (Espanha), a Ordem de Mérito do Grão-Ducado do Luxemburgo, a Ordem de Mérito da Academia de Letras e Artes e a Medalha de Honra do Município de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelos Srs. António Emídio Ferreira de Mesquita da Silva Capucho e Dr. António d'Orey Capucho, à Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, nomeadamente ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doações aprovadas em sessões da Câmara Municipal de Cascais, em 2005-11-21 e 2008-05-25, sendo esta última em suporte digital

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta cartografia representando Portugal continental, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira e estados de língua oficial portuguesa e digitalização do Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Cabo

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se, por ora, acondicionada em 1 gv. de arquivador de grandes formatos e 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO



Carta topográfica e Cadastral – S. João do Estoril, 1912-1916 [PT/CMC-AHMC/AESP/CCM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CCM

TÍTULO: Coleção Cartográfica do Município

DATAS: [1821 | 1974]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: [21,44 m. l. – 16 gv.]

SUPORTE: Papel, tela e vegetal

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais, p. 29-31

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A Câmara Municipal de Cascais mandou produzir e adquiriu diversa cartografia no exercício da sua atividade, que se reuniu numa coleção, na sequência de transferências para o Arquivo Histórico Municipal, que a tem enriquecido, ainda, por meio da compra de novas espécies

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987-08-25. Compra em 2005-02-17 e 2009-07-07

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos cartográficos originais ou copiados, que a Câmara Municipal de Cascais mandou produzir ou recolheu ao longo dos tempos. Entre os originais já processados arquivisticamente destaca-se a Carta Topográfica e Cadastral do Concelho de Cascais, a primeira a ser mandada produzir pelo município, em 1912-1916

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcelar on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 16 gv. de arquivador de grandes formatos

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO JOSÉ DE MATOS-CRUZ

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CJMC

TÍTULO: José de Matos-Cruz

DATAS: 1917 | 2011

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 13,5 m. l. – 133 cx. e 2 CD

SUPORTE: Papel e digital

NOME DO COLECIONADOR: José de Matos-Cruz

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: José de Matos-Cruz nasceu em Mortágua em 1947-02-09. Em 1973 licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Dedicou-se à poesia desde o início da década de 1960, conquistando o Prémio Nacional Jovem, em 1968. Publicou diversos livros de prosa poética (prosa poética), escrevendo, ainda, sobre banda desenhada em jornais e edições da especialidade, o que lhe valeu o Prémio Simão, em 1992. Fundou e dirigiu várias revistas, coordenando os "Quadrinhos" do jornal "A Capital", de 1983 a 2004 e colaborando no "Diário de Notícias", desde 1986. A partir de meados da década de 1960 começou, também, a escrever sobre cinema, no seguimento da sua atividade cineclubística, tornando-se, a partir de 1995, consultor da série "História do Cinema Português", produção da Acetato para a Radiotelevisão Portuguesa. Dedicando-se à investigação sobre o cinema nacional e coordenando vários catálogos, assumiu na Cinemateca Portuguesa a responsabilidade pela filmografia portuguesa. Em 2000 passou a desempenhar funções enquanto professor convidado da Escola Superior de Teatro e Cinema, para lecionar a disciplina "Estudo de Casos de Produção". Em 2002, foi autor da rubrica "Cinema Português", do Centro



"Imaginário", de José de Matos-Cruz, 2007-03-08
[PT/CMC-AHMC/AESP/CJMC]

Virtual Camões, organismo do Instituto Camões. Dedicou-se, ainda, ao ensino da História do Cinema, na licenciatura em Cinema, Televisão e Cinema Publicitário da Universidade Moderna

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelo Sr. Dr. José de Matos-Cruz à Câmara Municipal de Cascais, encontrando-se disponível para consulta no Espaço Memória do Exílios, em funcionamento no 1.º piso do Edifício da Estação dos CTT, na Avenida Marginal, n.º 7152-A, 2765-247 Estoril. Para mais informações: Tel. 21 481 59 30 /09 | emecm-cascais.pt

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-04-06.

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos sobre a história do cinema, da televisão e do teatro em Portugal, recolhidos para a produção de textos, que também se conservam parcialmente

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 8 secções ativas, definidas pelo colecionador: Obra (Textos do autor, Imaginário e Documentos para apoio à edição – 1978-2010), Imagem fixa (1917-2002), Imagem animada (Película e Legendas de filmes – 1927-2009), Objetos (1980), Correspondência recebida (1981-2003); Textos sobre o autor e a obra (1981-1985); O Cinema Português (1996-1998) e Temas, Personalidades e Instituições (1960-2009)

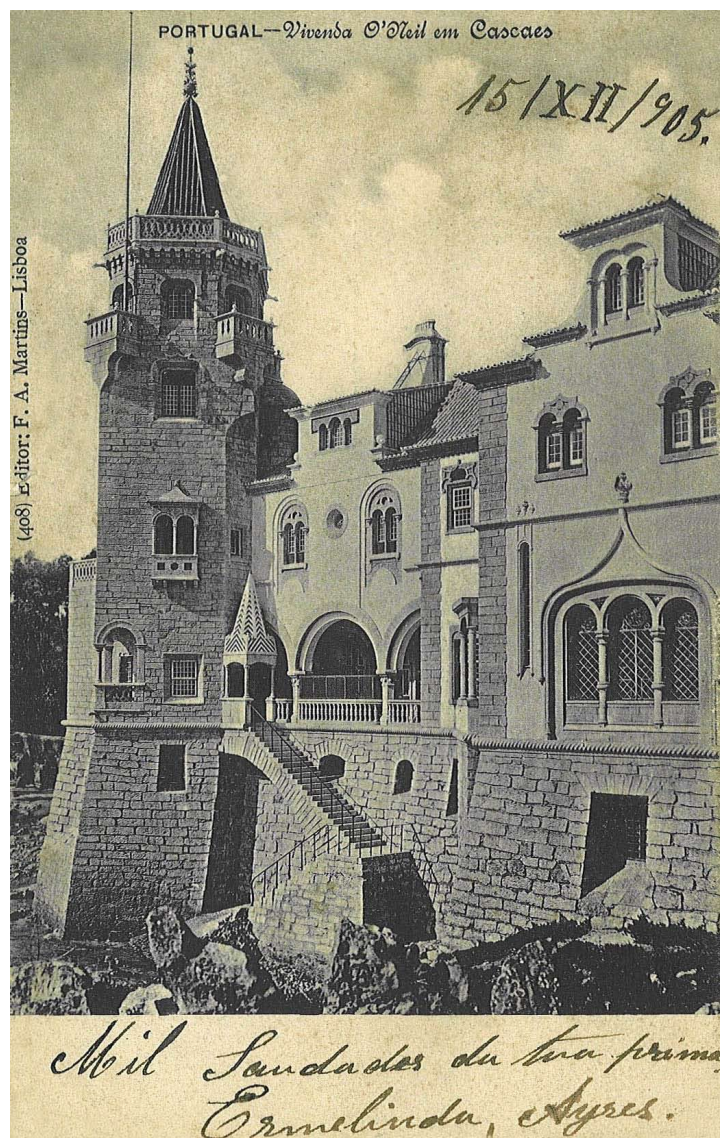
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se acondicionada em 133 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO JOSÉ SANTOS FERNANDES



Torre de S. Sebastião, atual Museu Biblioteca Condes de Castro Guimarães, 1905 [PT/CMC-AHMC/AESP/CJSF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CJSF

TÍTULO: Coleção José Santos Fernandes

DATAS: 1850 | 1998

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 1,15 m. l. – 23 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO COLECIONADOR: José Santos Fernandes

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: José Santos Fernandes nasceu em 1952-10-31, em Lisboa, ainda que a relação da sua família com o concelho de Cascais remonte ao século XIX, em função do mar e das termas, numa tradição de estadas de verão em casas alugadas na zona do Estoril. Por volta de 1946-47 o seu pai adquiriria o chalet La Mouette, sobre as arribas, na Rua Costa Pinto, em S. João do Estoril, onde a família Santos Fernandes passou a residir a tempo inteiro. Frequentou o Jardim Infantil da Escola Alemã do Estoril, onde concluiu a instrução primária e a Escola Alemã de Lisboa, para o curso dos liceus, que prosseguiu, depois, no Colégio Marista de Carcavelos e posteriormente num colégio privado de Lisboa, dirigido por Margarida Rubim. No cumprimento do serviço militar foi mobilizado para a Guiné. A paixão pela música conduziu-o a uma primeira fase de colecionismo: a da discografia da década de 1960, colaborando na realização de vários programas de rádio e formando, mesmo, um grupo musical: os Martin Brothers & The Lovely Bugs, a que se sucederam os Ligeiros e Pesados, Four Bit Band e finalmente os Rockfella's, que continuam em atividade. Atuou, ainda, como freelancer em pubs e restaurantes de Lisboa e Cascais e até de Londres, em meados da década de 1970, onde teve oportunidade de

tocar blues. Em 1990, após uma grave doença paralisante da qual se recuperou, entrou num circuito de atuações ao vivo em termos quase profissionais. Paralelamente, desenvolveu um grande fascínio por automóveis antigos: no início, pelo interesse suscitado por alguns modelos trazidos do Museu do Caramulo por um seu vizinho de S. João do Estoril; mais tarde, pela aquisição de algumas unidades, que recuperaria. O impulso colecionista estendeu-se, também, aos relógios de pulso e às máquinas fotográficas antigas. Começou, ainda, a interessar-se pela história local e regional, pelo que, seduzido pelas fotografias e bilhetes-postais ilustrados antigos, iniciou nova coleção em meados da década de 1970. Para além das lojas do concelho, onde se conservavam muitos exemplares esquecidos, a recolha estendeu-se a alfarrabistas, feiras e lojas de velharias, vindo, depois, a ser enriquecida por ofertas de familiares e de amigos, conhecedores do seu interesse por estes documentos. Foi assim que surgiu a Coleção José Santos Fernandes, notável acervo iconográfico sobre o concelho de Cascais, em permanente atualização, que conserva, ainda, raridades como uma ficha de jogo de casino no Monte Estoril, um horário de comboios do século XIX ou panfletos publicitários da Costa do Sol.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi depositada digitalmente pelo Sr. José Santos Fernandes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-09

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta digitalizações de bilhetes-postais ilustrados, fotografias e outros documentos acerca do concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é constituída por 9 secções: Cascais e Guincho; Monte Estoril; S. João do Estoril; Parede; Carcavelos; S. Domingos de Rana; S. Pedro do Estoril; Estoril e Alcabideche

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcial on-line. Catálogo impresso: CASCAIS. Câmara Municipal - *O passado nunca passa : catálogo da coleção José Santos Fernandes*. Cascais: Câmara Municipal, 2010. ISBN: 978-972-637-219-6

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se conservada em 23 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO MARIA ALBERTINA MADRUGA



Cascais, no início do século XX [PT/CMC-AHMC/AESP/CMAM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CMAM

TÍTULO: Coleção Maria Albertina Madruga

DATAS: 1900 | 1990

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 0,05 m. l. - 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO COLECIONADOR: Maria Albertina Piedade Neves Madruga

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Maria Albertina Piedade Neves Madruga nasceu em Lisboa, em 1956-01-15, residindo em Cascais desde 1964. Licenciou-se em Economia, em 1980, laborando na Câmara Municipal de Cascais desde esse ano. O seu interesse pela história conduziu-a ao colecionismo, nomeadamente de bilhetes-postais ilustrados, selos e artefactos antigos

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi depositada digitalmente pela Sra. Dra. Maria Albertina Madruga, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2008-04-21

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por digitalizações de bilhetes-postais ilustrados representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se conservado em 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO MUNICIPAL DE BILHETES-POSTAIS ILUSTRADOS



Estoril - (Costa do Sol) -
Praia do Estoril, vista do Pavilhão do Tamariz.

Praia do Tamariz, em meados do século XX
[PT/CMC-AHMC/AESP/CMBP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CMBP

TÍTULO: Coleção Municipal de Bilhetes-postais ilustrados

DATAS: 1890 | 1980

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 0, 22 m. l. - 2 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais, p. 29-31

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi constituída, por compra, pela Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, de forma a enriquecer as fontes iconográficas disponíveis e preservar documentação relevante para a história do município

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2003, 2007-05-23 e 2008-01-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por bilhetes-postais ilustrados representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

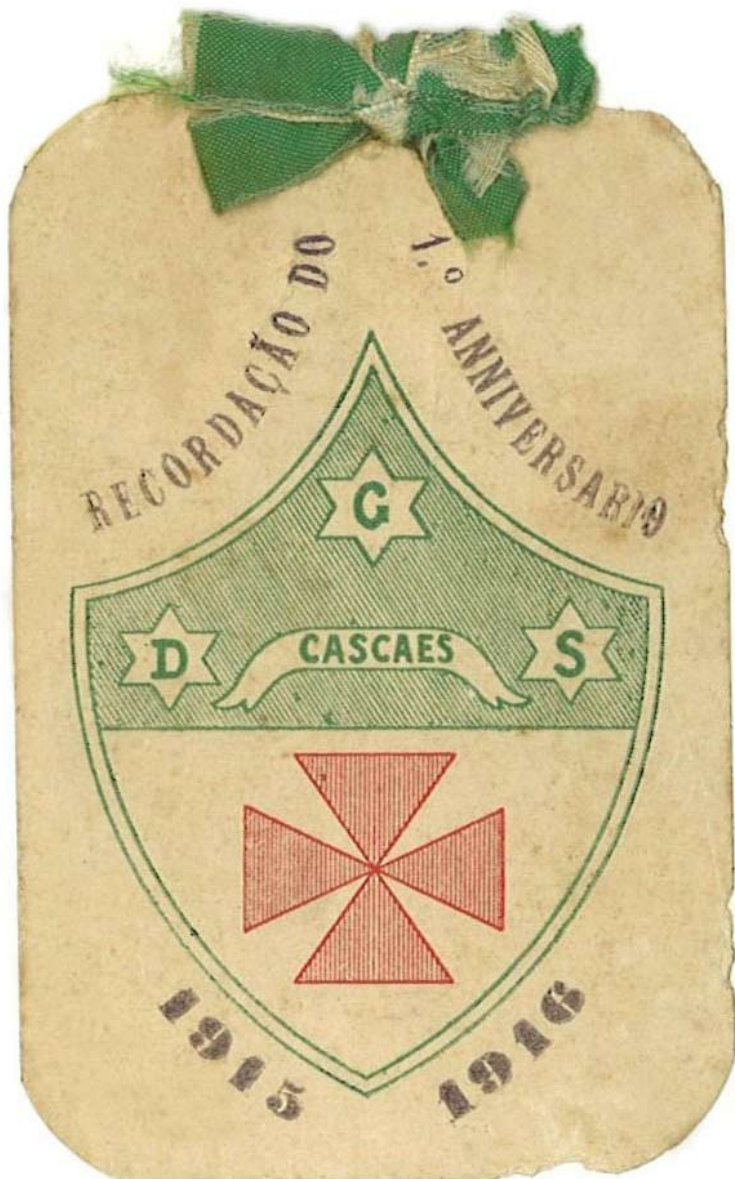
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcial on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se conservada em 2 CXs.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO MANUEL EUGÉNIO FERNANDES DA SILVA



Recordação do primeiro aniversário do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, 1916

[PT/CMC-AHMC/AESP/CMEF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CMEF

TÍTULO: Coleção Manuel Eugénio Fernandes da Silva

DATAS: [1950 | 2010]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 5,58 m. l. – 62 ds.

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECCIONADOR: Manuel Eugénio Fernandes da Silva

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Manuel Eugénio Fernandes da Silva nasceu em 1934-12-18, em Cascais. Trabalhou na Câmara Municipal de Cascais, de 1957 a 1999, onde colaborou, por exemplo, no levantamento geral e processual de fogos habitacionais pertencentes à autarquia, das coletividades do concelho e da rede escolar oficial e particular, bem como na organização do processo administrativo dos bairros do Fundo de Fomento de Habitação, localizados em Faceiras (S. Domingos de Rana) e Portelas (Pai do Vento) e da recuperação dos bairros de génese ilegal da Tojeira e 16 de novembro. A sua dedicação à comunidade traduziu-se em ativíssima participação no domínio associativo, nomeadamente na organização de concursos de pesca, xadrez, futebol de cinco, atletismo, patins e tiro ao alvo, para diversas coletividades, para as quais organizou, também, exposições, cursos carnavalescos, procissões, festas de Natal e bailes de beneficência. Concebeu e montou a sala de troféus do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais e o Museu dos Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, em 1976 e 1977, coordenando, ainda, várias exposições em coletividades e centros comerciais. Integrou as direções do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, em 1972, 1973, 1977 e 1983 e da Sociedade Musical de Cascais, entre 1989 e 1991. Foi reconhecido com várias distinções por parte do Centro de Alegria no Trabalho n.º 353 do Pessoal

da Câmara Municipal de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais, Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Lions Club da Costa do Estoril, Grupo Desportivo e Recreativo das Fontainhas, Câmara Municipal de Cascais, Junta de Freguesia de Cascais, Sociedade Familiar Recreativa da Malveira da Serra, Clube Desportivo e Cultural dos Amadores de Pesca da Costa do Sol, Sociedade Musical de Cascais, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcabideche e União Recreativa da Charneca. Em 1997-06-07 seria agraciado pela Câmara Municipal de Cascais com a Medalha de Mérito Municipal, e, em 2008-06-08, pela Liga dos Bombeiros Portugueses com a Medalha Grau Ouro, «pela prática de serviços distintos que contribuíram, com notável evidência para o engrandecimento e prestígio das instituições de socorrismo». No âmbito das suas múltiplas atividades constituiu uma valiosa coleção sobre a história do concelho, composta por diversas tipologias, nomeadamente recortes de imprensa, que organizou tematicamente para a edição de várias obras: "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais: Cem anos de vida: 1886-1986", em 1986; "Naufrágios e acidentes marítimos no litoral cascalense", em 2005 (parceria com Guilherme Cardoso); "Sociedade Musical de Cascais: 92 anos ao serviço da arte e da cultura popular", em 2006; "Grupo Dramático e Sportivo de Cascais: 92 anos de arte, sport e bem", em 2008 (parceria com José Ricardo Fialho); "Os nossos arruamentos: Toponímia na freguesia de Cascais", em 2009 (parceria com José Ricardo Fialho), "Toponímia na Freguesia do Estoril: Os nossos arruamentos", em 2010 (parceria com José Ricardo Fialho); "Toponímia da Freguesia de Carcavelos", em 2011 (parceria com José Ricardo Fialho) e "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais: 125 anos ao serviço da população", também em 2011

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Manuel Eugénio Fernandes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação, organizada cronologicamente, foi reunida para a edição de livros sobre as temáticas que titulam as secções

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção é, por ora, constituída por 7 secções: Toponímia da Freguesia de Cascais, Toponímia da Freguesia de Carcavelos, Toponímia da Freguesia do Estoril, Naufrágios e Acidentes Marítimos no Concelho de Cascais, Grupo Dramático e Sportivo de Cascais, Sociedade Musical de Cascais e Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cascais

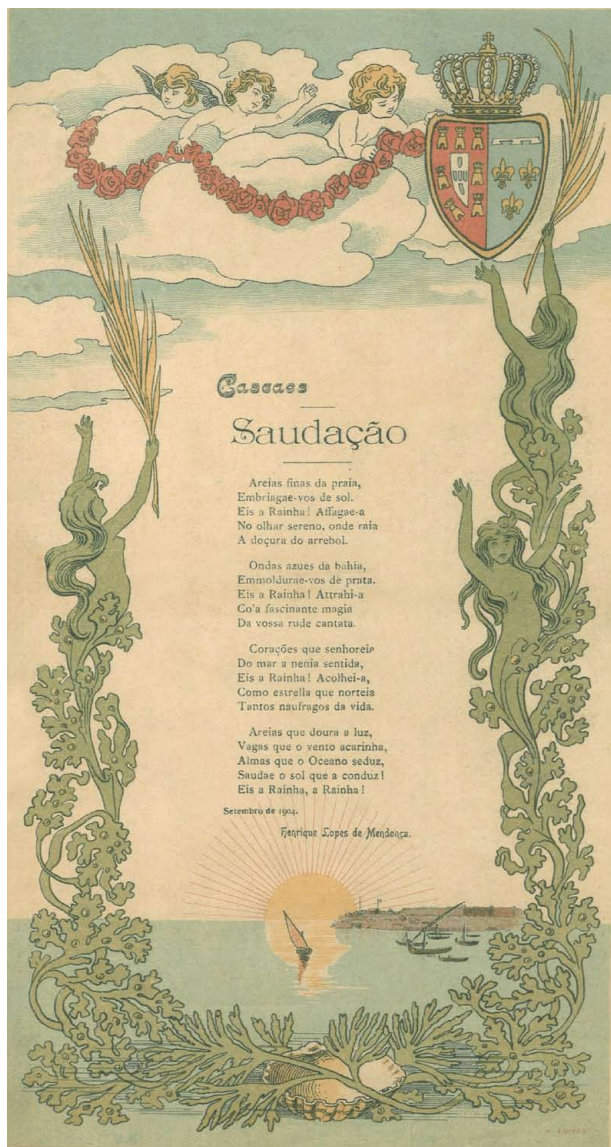
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 62 ds.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO MONSENHOR ELVIRO DOS SANTOS



“Saudação”, de Henrique Lopes de Mendonça, [1904-09]
[PT/CMC-AHMC/AESP/CMES]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AESP/CMES

TÍTULO: Coleção Monsenhor Elviro dos Santos

DATAS: [1850 | 1931]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [1,02 m. l. – 10 cx. e 1 lv.]

SUPORTE: Papel

NOME DO COLECIONADOR: Alfredo Elviro dos Santos

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Alfredo Elviro dos Santos nasceu em Cascais, em 1855-12-07. Tendo iniciado os seus estudos no Colégio Académico, em Lisboa, prosseguiu-os, depois, no Seminário de Santarém, vindo a residir em Coimbra, entre 1876 e 1881, onde cursou Teologia. Ao longo da sua vida eclesiástica desempenhou as funções de prior das freguesias de S. João Baptista de Runa e de Santa Engrácia, iniciando, em 1883, atividade no Patriarcado de Lisboa, cujo arquivo reorganizaria. Esteve ligado à Escola de Belas-Artes e publicou várias obras sobre arte portuguesa. Foi secretário do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José Neto, colaborando ativamente na fundação da Liga do Clero Paroquial Português e Partido Nacionalista, na Igreja de S. Nicolau, em Lisboa, em 1907-07-26, de que foi o primeiro presidente. Ainda que se destinasse a alcançar a união de todos os presbíteros seculares em exercício de atividade paroquial e recebesse associados seculares de ambos os sexos, a sua ligação ao Partido Nacionalista tornava óbvia o desejo de intervenção política do clero no âmbito da mobilização dos católicos para a vida política ativa. Todavia, acabaria por se extinguir, pelo que o dinheiro em caixa foi entregue à Irmandade dos Clérigos Pobres ou Montepio do Clero de Lisboa. Alfredo Elviro dos Santos faleceu, em Lisboa, em 1936-11-14.

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada ao Museu-Biblioteca do Conde de Castro Guimarães, em Cascais, por Monsenhor Elviro dos Santos, vindo, depois, a ser transferido para o AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação, em 1931-09-30. Transferência, em 1994-04-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção comporta documentos sobre a história de Cascais, compondo-se de apontamentos, recortes de imprensa, fotografias, bilhetes de transportes, programas de espetáculos e bilhetes-postais ilustrados, entre outras tipologias

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Após reinstalação, a coleção encontra-se em tratamento, com vista à reconstituição da ordem original, sendo, por ora, constituída por todas as secções definidas pelo colecionador, algumas das quais não comportando documentos, que se apresentam alfabeticamente, tendo por base o “Índice da coleção de documentos e notícias diversas relativas à vila e concelho de Cascais organizada por Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos, filho de Cascais e oferecida pelo mesmo ao Museu Biblioteca do Conde de Castro Guimarães em 30 de Setembro de 1931”: Águas de Vale de Cavalos, Empresa das (Mç. 1); Associação Humanitária dos Bombeiros de Alcabideche (Mç. 2); Associação Humanitária Recreativa Cascaense (Mç. 3); Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora da Assunção de Cascais (Mç. 4); Automóveis entre Monte Estoril, Cascais e Sintra (Mç. 5); Avenças dos taberneiros do concelho de Cascais no ano de 1839 (Mç. 6); Azulejos antigos do palácio do Conde da Guarda (Mç. 7); Baluarte Terrasse, Cascais (Mç. 8); Banhos da Poça (Mç. 9); Baptista, João Pedro de Sales (Mç. 117); Bazares de caridade (Mç. 10); Bendito de Nossa Senhora da Conceição (Mç. 12); Boca do Inferno (Mç. 11); Braga, Pedro Baptista Águedo de Sousa – Cónego (Mç. 124); Brasão e inscrições lapidares diversas (Mç. 13); Cabo, Nossa Senhora do – Loas (Mç. 58); Câmara Municipal de Cascais (Mç. 14); Caminho-de-ferro movido pela eletricidade (Mç. 16); Caminho-de-ferro

movido pelo vapor (Mç. 15); Carmona, General – Presidente da República (Mç. 108); Casino da Praia, Cascais (Mç. 33); Casino de Carcavelos, Grande (Mç. 30); Casino de Cascais (Mç. 32); Casino Internacional do Monte Estoril (Mç. 31); Cemitérios (Mç. 17); Centro Escolar de Instrução Primária em Cascais (Mç. 21); Centro Escolar Republicano Almirante Reis (Mç. 22); Chalets (Mç. 18); Chaminés, Empresa de [...] do Concelho de Cascais (Mç. 19); Cidadela de Cascais (Mç. 34); Cinema da Praia, Cascais (Mç. 35); Circo Ivanof, Grande (Mç. 36); Chinquilha em Cascais (Mç. 20); Club da Praia, Cascais (Mç. 23); Club Recreativo Almeida Garrett, Cascais (Mç. 24); Colégios (Mç. 26); Companhia de Sapadores de Caminhos-de-ferro (Mç. 25); Corridas de cavalos (Mç. 27); Crimes de Cascais (Mç. 28); Cruzeiros de Cascais (Mç. 29); “Drag” ou “Ride Tiper” em Cascais (Mç. 37); Empresa Edificadora (Mç. 39); Escola Monumento D. Luís I (Mç. 40); Esplanada do Príncipe Real (Mç. 44); Estabelecimentos comerciais e industriais (Mç. 42); Estoris (Mç. 41); Excursão de Cascais a Santarém (Mç. 43); Exposições (Mç. 45); Expostos, Roda dos (Mç. 46); Fábrica de Lanifícios (Mç. 47); Faróis (Mç. 85); Festejos em Cascais – Chegada da Família Real (Mç. 48); Festejos marítimos (Mç. 49); Festividades religiosas (Mç. 50); Freguesias de Cascais (Mç. 51); Freitas, Domingos Serapião de (Mç. 113); Freitas, Feliciano Gabriel de – Dr. (Mçs. 109-110); Gomes, Lourenço Correia – Administrador do Concelho de Cascais (Mç. 122); Grupo Dramático e Sportivo de Cascais (Mç. 52); Grutas pré-históricas do Poço Velho em Cascais (Mç. 53); Hino de Cascais (Mç. 55); Hino de Nossa Senhora dos Anjos, que se venera na Igreja da Misericórdia de Cascais (Mç. 54); Hotéis e restaurantes (Mç. 56); Igrejas, capelas, ermidas, hospício (Mç. 38); Iluminação a gás e eletricidade em Cascais e no Monte Estoril (Mç. 57); Imagens existentes em Cascais, Santo António do Estoril, etc. (Mç. 58); Instituto de Assistência, Proteção e Defesa Social do Concelho de Cascais (Mç. 59); Instituto de Socorros a Náufragos, Real (Mç. 62); Irmandade de Santo António do Estoril, ereta na Igreja de Santo António do Estoril (Mç. 60); Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia da Ressurreição de Cristo de Cascais

(Mç. 61); Jaculatórias de Nossa Senhora por Joaquim Casimiro Júnior – Músicas (Mç. 66); Jardim de Cascais (Mç. 67); Jornais de Cascais (Mç. 68); Kermesse em Cascais (Mç. 69); Lawn-Tennis (Mç. 63); Liga Monárquica, Núcleo da (Mç. 64); Loas – Nossa Senhora do Cabo (Mç. 58); Locio, José António de – D. e Locio, Maria Porfíria de Freitas – D. (Mçs. 118-119); Loureiro, José Maria – Cónego (Mç. 121); Louvado (Mç. 65); Luís I, D. – Falecimento em Cascais (Mç. 107); Magalhães, Condes de (Mç. 112); Marinha, Terrenos da (Mç. 70); Marégrafo (Mç. 71); Marrocos em Cascais (Mç. 72); Matinas de Nossa Senhora da Conceição, que se cantavam em Cascais (Mç. 73); Médicos (Mç. 74); Meninas podres (Mç. 75); Mercado mensal (Mç. 76); Misericórdia de Cascais (Mç. 77); Missa a duo pelo cónego Pedro Baptista Águedo de Sousa Braga, filho de Cascais – Acompanhamento (Mç. 78 A); Monumentos e padrões (Mç. 78 B); Museu Biblioteca do Conde Manuel de Castro Guimarães (Mç. 79B); Música, Noções de música pelo Cónego Pedro Baptista Águedo de Sousa Braga (Mç. 79A); Náufragos em Cascais (Mç. 80); Novena de Nossa Senhora da Conceição, que se cantava em Cascais (Mç. 82); Novena de S. Sebastião, que se cantava na sua capela em Cascais (Mç. 81); Ordem Terceira da Penitência de Cascais, Venerável (Mç. 83); Padeiros, Greve de (Mç. 84); Passeio a Cascais – Regresso - Música (Mç. 86); Passeio Maria Pia (Mç. 87); Pescadores (Mç. 88); Porto de Abrigo em Cascais (Mç. 89); Praias de Cascais (Mç. 90); Regatas (Mç. 91); Regimento de Infantaria 19 (Mç. 92); República, Festas de aniversário da proclamação em Carcavelos (Mç. 93); Roquete, José Inácio – Cónego (Mç. 120); Ruínas romanas perto de Cascais (Mç. 94); Saneamento de Cascais (Mç. 95); Santos, Alfredo Elviro dos – Monsenhor (Mç. 111); Santos, Maria da Assunção Auta

dos – D. (Mç. 126); Segurado, Margarida Apolónia Aguiar – D., esposa do notário de Cascais, Joaquim Teotónio Segurado (Mç. 125); Senhora do Cabo (Mç. 58); Silva, Francisco Joaquim da Costa e Ferreira, José Carlos Mardel (Mçs. 114-115); Sociedade Filarmónica da Vila de Cascais (Mç. 97); Sociedade Musical de Cascais (Mç. 96); Sociedade Recreativa Cascaense, Hino da (Mç. 98); Sport em Cascais, Prova de (Mç. 100); Sporting Club de Cascais (Mç. 99); Teatro Gil Vicente (Mç. 101); Telefone, Estação (Mç. 103); Telégrafo de tabuinhas (Mç. 102 B); Termas – Estabelecimento Termal Hidroterapêutico do Estoril (Mç. 102 A); Tesoureiro do concelho de Cascais – Caderno para se assentarem os rendimentos que receber no ano económico de 1844 a 1845 (Mç. 104); Touros e Touradas, Praça de (Nota: Roubado em 1945-12-08 – Mç. 105); Várias notícias de Cascais (Mç. 128); Viana, Manuel Vieira de Araújo – Comendador (Mç. 123); Vila Marocas, Leilão (Mç. 106); Viscondes da Luz (Mç. 127); Volante, Francisco – Padre, pároco de Cascais, insigne em recortar papel (Mç. 116).

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTADO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 10 cx. e 1 lv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS FAMILIARES

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AFML

TÍTULO:

Arquivos Familiares

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 4 fundos:

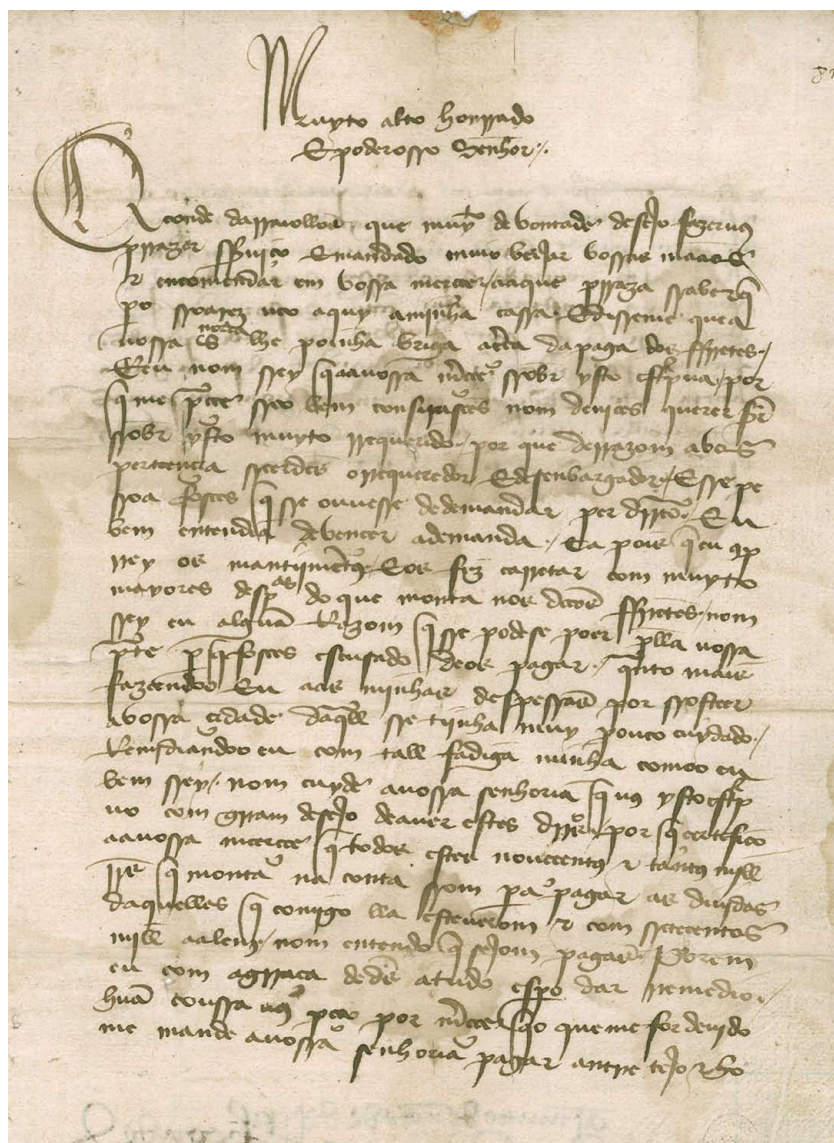
Faros da Casa do Vimieiro,

José Jorge Ribeiro,

Luís Marques e Susan Lowndes

e Marqueses de Cascais

FAROS DA CASA DO VIMIEIRO



Carta do Conde de Arraiolos enviada a D. Afonso V, 1454
[PT/CMC-AHMC/AFML/FCV]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/FCV

TÍTULO: Faros da Casa do Vimieiro

DATAS: [1413 | 1743]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [0,44 m. l. – 4 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Casa do Vimieiro

HISTÓRIA FAMILIAR: O título de Conde do Vimieiro foi concedido por D. Filipe II, em 1614, a D. Francisco de Faro (c. 1551-1617), filho de D. Francisco de Noronha, quarto senhor do Vimieiro, no atual concelho de Arraiolos. A Casa do Vimieiro passou, por morte do 5.º Conde, D. João de Faro e Sousa (1738-1801), a sua prima, D. Maria do Resgate Portugal Carneiro de Sousa e Faro, 3.ª Condessa de Lumiares. É nesta família que se mantém a sua representação

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Até à sua transferência para o AHMC, o fundo conservava-se no Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães, certamente devido ao facto de Manuel de Castro Guimarães ser Faro pelo lado materno. Na verdade, a sua mãe, Maria do Nazareno da Cunha e Menezes, era filha do 4.º Conde de Lumiares e neta da 3.ª Condessa de Lumiares, que recebera a Casa do Vimieiro

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987

ÂMBITO E CONTEÚDO: O fundo é constituído por cartas e alvarás relativos à família, treslados de crónicas, vidas de santos e compêndios, bem como notas sobre a história da Igreja em Portugal e temas religiosos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

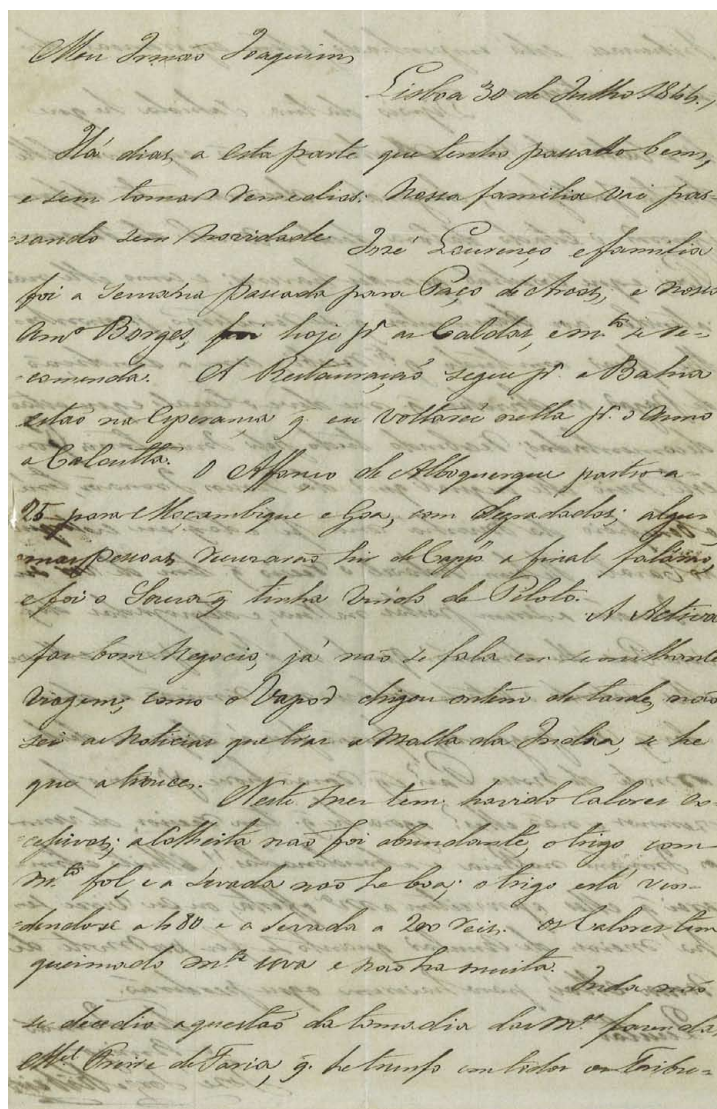
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JOSÉ JORGE RIBEIRO



Minha Senhora Joaquim,
Lisboa 30 de Julho 1844.
Não devo, a esta parte que tenho passado bem,
e sem boas notícias. Nesta família não pres-
sando sem a morte de José Augusto e família
foi a família passada para o Sr. de São, e mais
Sr. Borges, foi hoje já a Calcutta, em 10 de
comenda. O Restante, segue já a Balboa
está na Capanga, e em 10 de Julho está já a Balboa
a Calcutta. O Affonso de Albuquerque parte a
15 para o Moambique e Goa, com alguns outros. Alguns
outras pessoas, vieram ao Sr. de São e final, porém,
e foi o Sr. de São, tendo vindo de Lisboa. A Balboa
foi bem, porém, já não se fala em a morte
viagem, como o Sr. de São, então de Lisboa, não
se a notícia que tem a Malha da Balboa, e he
que a morte. Não tem tem, havendo labores de
cafins, a Balboa não foi absolutamente o Sr. de São
muito foi a Balboa, não se fala o Sr. de São, não
deu-se a Balboa e a Balboa a 100 Reis. O Sr. de São tem
quatro mil e mais a Balboa. Não se
se deu a Balboa da Balboa, não se fala o Sr. de São
O Sr. de São, já he tempo com a Balboa.

Carta de José Jorge Ribeiro dirigida ao irmão, Joaquim
Francisco Jorge, 1844-07-30 [PT/CMC-AHMC/AFML/JJR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/JJR

TÍTULO: José Jorge Ribeiro

DATAS: [1791 | 1915]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [1,65 m. l. – 15 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: José Jorge Ribeiro

HISTÓRIA FAMILIAR: Entre finais do século XVIII e início do século XIX, viveram em Cascais, na Rua dos Navegantes, n.º 80, José Jorge e José Jorge Ribeiro, comandantes da Carreira da Índia, que deixaram aos seus herdeiros documentação relativa à sua atividade – como, por exemplo, diários de bordo, registo de cargas, percursos e notícias de peripécias de viagens – e, ainda, à gestão da casa e história da família. Por casamento juntar-se-ia a esta documentação o acervo de Manuel José Areia, Juiz Ordinário da Vila de Cascais, Comandante da Praça de Cascais, Mesário da Misericórdia de Cascais, proprietário, industrial e comerciante neste concelho, já no século XIX

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado na Câmara Municipal de Cascais pela Senhora D. Albertina Gonçalves Carriço Tenda

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1995-12-20

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é constituída por correspondência, escrituras, procurações, requerimentos e documentos de cariz contabilística

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

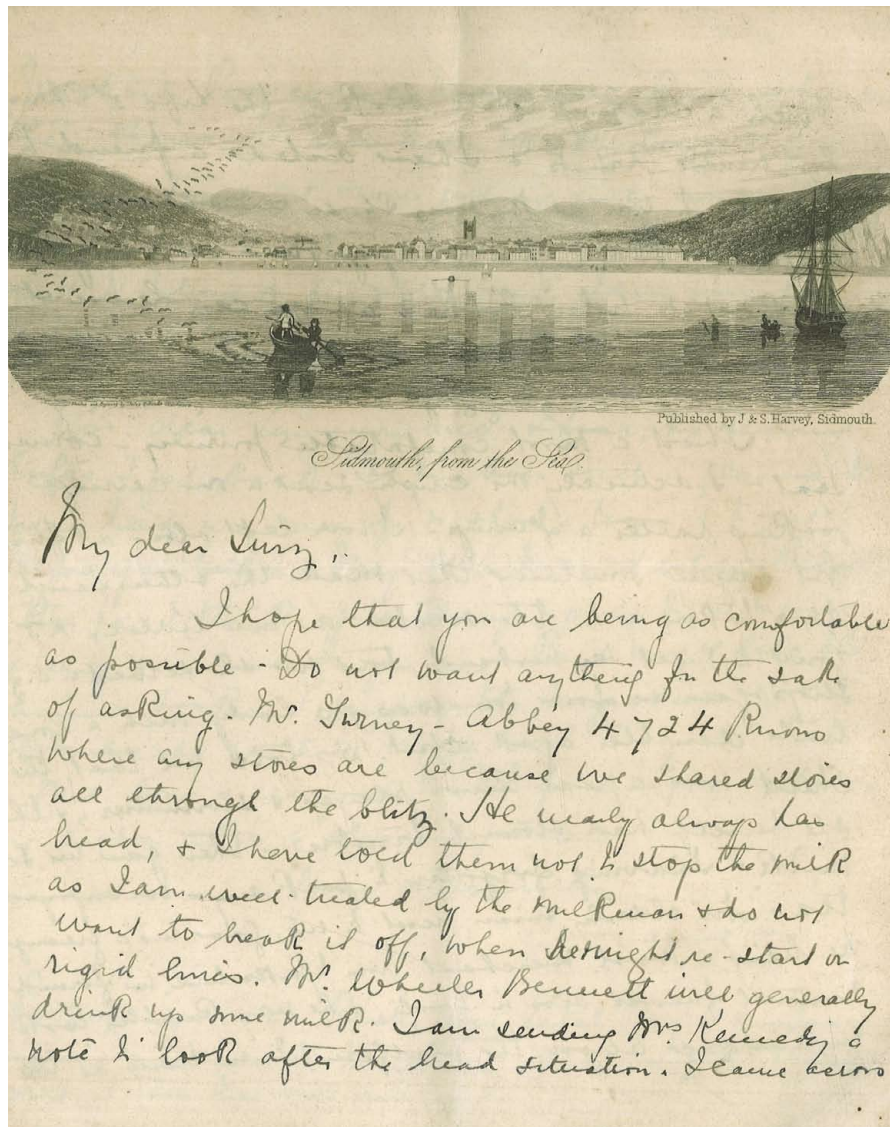
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 15 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

LUÍS MARQUES E SUSAN LOWNDES



CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/SMSL

TÍTULO: Luiz Marques e Susan Lowndes

DATAS: [1930-2007]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [9,01 m. l. – 106 cx.]

SUPORTE: Papel

NOMES DOS PRODUTORES: Luís Marques e Susan Lowndes

HISTÓRIA(S) BIOGRÁFICA(S):

LUÍS ARTUR DE OLIVEIRA MARQUES, filho de Ema Oliveira Marques e do empresário Jaime Artur Marques, nasceu em Lisboa, em 1898-11-25, vindo a ser educado em colégios na Grã-Bretanha e em Portugal durante a I Guerra Mundial. O domínio do inglês permitir-lhe-ia regressar a Londres, em 1919, para estudar engenharia no City and Guilds College. Todavia, mercê da crise financeira, os seus pais deixaram de poder custear os estudos, pelo que se empregaria no Anglo-Portuguese Colonial and Overseas Bank. Por esta altura foi nomeado correspondente do "Diário de Notícias" no Reino Unido, vivendo em Londres até que em 1932 regressasse a Portugal para se dedicar ao ensino de inglês no Liceu Pedro Nunes, à tradução e às explicações. A partir de 1937 iniciou colaboração no jornal "Anglo-Portuguese News", fundado nesse ano, em Portugal, pelo Major Wackeman. No ano seguinte casaria com Susan Lowndes, filha do jornalista Frederick Lowndes, do jornal "The Times" e da escritora Maria Belloc Lowndes. Durante a II Guerra Mundial, o "The Anglo-Portuguese News" (APN) passou a ser subsidiado pelo British Council, a fim de divulgar

Carta dirigida a Luís Marques, s. d. [PT/CMC-AHMC/AFML/SMSL]

o esforço de guerra britânico, assumindo-se como órgão de propaganda aliada, razão pela qual aumentou o número de páginas e começou a ser publicado semanalmente, com artigos em inglês e português. O APN foi, assim, o único periódico de língua inglesa que se publicou durante o conflito no continente europeu, tendo Luís Marques orgulho no facto de o jornal ter sido referido num programa radiofónico de propaganda alemã como «o porta-voz de Churchill em Lisboa». O governo britânico conceder-lhe-ia a Comenda de Membro do Império Britânico pelo seu trabalho a favor dos Aliados, no jornal, assim como na tradução de vasta documentação para a Embaixada Britânica, razão pela qual os nomes de Luís Marques e Susan Lowndes constavam da lista de evacuação de urgência, no caso de Portugal ser invadido pela Alemanha. Não obstante o subsídio ter findado após a guerra, o APN manter-se-ia, regressando ao modelo de quinzenário, em inglês, com menos páginas e mais publicidade. A publicação contou com grande número de colaboradores, de grande distinção, como Marcus Cheke, diplomata inglês que escreveu livros sobre o Marquês de Pombal e Carlota Joaquina; João Gaspar Simões; Tomás Kim; Adolfo Simões Muller; Joaquim Paço d'Arcos; Pardal Monteiro; Virgínia Rau; Luís de Freitas Branco; Manuela Porto; Aquilino Ribeiro; Vitorino Nemésio; Rose Macaulay, autora do livro "Ingleses em Portugal"; Ann Bridge, coautora, com Susan Lowndes, do livro "The selective traveller in Portugal"; o ensaísta Harold Nicolson; os poetas Charles David Ley e Roy Campbell; os lusitanistas Aubrey Bell e Edgar Prestage; Ann Livermore; o primeiro diretor do Instituto Britânico em Lisboa, George West; o musicólogo Santiago Kastner e a historiadora Elaine Sanceau. Ainda assim, cumpriria a Luís Marques e Susan Lowndes – servindo-se de uma série de pseudónimos – garantir a maioria dos conteúdos do jornal, publicando centenas de artigos sobre o país, nomeadamente

sobre o concelho de Cascais, além de notícias de interesse para a comunidade britânica em Portugal. Depois da morte de Luís Marques, em 1976, Susan Lowndes continuou a dirigir o jornal, até que o vendeu, em 1980, ao jornalista inglês Nigel Batley, que o manteria até 2004, quando cessou publicação. No início da década de 1980, os primeiros quarenta anos de edição foram microfilmados e dotados de índice, com o apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e da Tinker Foundation, dos E.U.A, para depósito na Biblioteca do Congresso dos E.U.A. Luís Marques foi, também, correspondente em Portugal do jornal inglês "The Daily Telegraph", a partir de 1936, durante a II Guerra Mundial e até quase à data da sua morte; e um dos fundadores da Associação de Imprensa Estrangeira em Portugal. De acordo com os dados compulsados pela Dra. Ana Vicente, sua filha, que publicou, em 2006, um livro sobre seus pais intitulado "Arcádia: Notícia de uma Família anglo-portuguesa" (Lisboa: Gótica, 2006), Luís Marques detinha uma vasta cultura, sobretudo no campo da literatura inglesa e portuguesa e era um grande conversador, permitindo-lhe a sua excelente memória recordar textos lidos há anos. Era também um católico convicto e muito conhecedor de temas religiosos, frequentando a Igreja de Santo António do Estoril e os Salesianos. Sofreu toda a vida de uma espondilose que o deixou nas últimas décadas de vida completamente curvado, tendo, ainda, problemas de visão, de que nunca se queixava. A correspondência conservada comprova o seu fino humor e o imenso círculo de amigos que gerou. Morreu em 1976-10-01, na sua residência no Monte Estoril desde 1947 – a Casa Palmeiral, na Avenida de S. Pedro, n.º 25 –, onde funcionou, também, o APN, a partir da década de 1960. Foi sepultado no cemitério da Galiza. Em 1995, por iniciativa do seu filho, Paulo Lowndes Marques, publicar-se-ia postumamente um livro de Luís Marques, intitulado "Contacts, memoirs and collected pieces"

SUSAN LOWNDES MARQUES, ou Susan Lowndes, nome com que assinava os seus livros e artigos, nasceu em Londres, em 1907-02-15. Era filha da escritora Marie Belloc Lowndes e de Frederick Lowndes, jornalista do "The Times" e neta de Bessie Rayner Parkes Belloc, escritora e ativista dos direitos das mulheres. Frequentou diversos colégios em Inglaterra, iniciando-se na escrita ainda jovem, ao colaborar de forma ocasional em diversas publicações. Em 1938-09 deslocou-se, com seu pai, a Portugal, instalando-se no Hotel de Inglaterra, no Estoril, onde veio a conhecer, através de amigos, o jornalista Luís Artur de Oliveira Marques, que falava inglês na perfeição e com quem veio a casar poucos meses depois, em 1938-12-14, em Londres. Susan Lowndes adquiriu a nacionalidade portuguesa, embora nunca tenha desistido do passaporte inglês. Era católica praticante e grande frequentadora da Igreja de Santo António do Estoril e dos Salesianos. Entendia que o cristianismo se vivia no dia a dia, de forma eminentemente prática, em solidariedade com as pessoas mais sós ou desprotegidas, razão pela qual se conservam no seu arquivo centenas de cartas agradecendo-lhe a refeição, o acolhimento, a visita, a ajuda económica e o envio de livros ou de roupa. Colaborou com o marido no "The Anglo-Portuguese News" (APN), jornal inglês publicado em Portugal durante quase cinquenta anos, cuja sede seria montada na casa da família no Monte Estoril, a partir da década de 1960. Aí publicou centenas de artigos sobre variados temas, nomeadamente acerca do concelho de Cascais. Após a morte de Luís Marques, em 1976, continuou a dirigir o APN, até que o vendeu, em 1980, ao jornalista inglês Nigel Batley. Foi correspondente em Portugal de vários jornais e revistas católicas norte-americanas e inglesas e colaboradora ocasional das mais diversas revistas e publicações, com temas quase sempre relacionados com Portugal, e muitas vezes com a zona de Cascais. Escreveu diversos livros sobre Portugal, como "The selective traveller in Portugal" (Londres: Evans, 1949), em parceria com Ann Bridge, que conheceu sucessivas

edições e se tornou um clássico da narrativa de viagens sobre o país. Elizabeth Stroumillo, jornalista de viagens do "The Daily Telegraph", ao publicitar "Travellers' guide to Portugal, (Londres: Geographia, 1982), outro dos livros de Susan Lowndes, que veio a conhecer três edições, anotaria que: «Susan Lowndes, uma inglesa que vive em Portugal há muitos anos [...] tem um conhecimento enciclopédico sobre esse país. [...] O amor e o entusiasmo por tudo o que é português irradia em cada página». Escreveu, também, "Good food from Spain and Portugal" (Londres: Frederick Muller, 1956), dois pequenos livros sobre Fátima destinados aos milhares de peregrinos de língua inglesa, reformulando e atualizando durante vários anos o "Fodor's Guide to Portugal", nas suas várias versões. Também compilou "Diaries and letter of Marie Belloc Lowndes" (Londres: Chatto and Windus, 1971), que recolheu excelentes críticas por parte da imprensa inglesa. Grande apaixonada pela arte e pela arquitetura, escreveu com Alice Berkeley um livro que seria publicado pouco tempo depois da sua morte: "English art in Portugal" (Lisboa: Inapa, 1994). Trabalhou de forma voluntária em várias instituições, como o Hospital Britânico; o Colégio Inglês de Carcavelos; o Lar para a Terceira Idade da Comunidade Estrangeira, em S. Pedro de Estoril; o Fundo Caritativo Britânico; a Associação Anglo-Lusa, com sede em Londres; a Associação Britânica de Mulheres Voluntárias e o Lar Internacional para Senhoras. Durante a guerra, também participou com o marido no apoio aos refugiados que passaram em grande número por Portugal. De acordo com os dados compulsados pela Dra. Ana Vicente, sua filha, que publicou, em 2006, um livro sobre seus pais intitulado "Arcádia: Notícia de uma Família anglo-portuguesa" (Lisboa: Gótica, 2006), a Casa Palmeiral, sita na Avenida de S. Pedro, no Monte Estoril, onde residiu desde 1947, estava repleta de livros e sempre preparada para receber familiares, amigos e conhecidos. Eram quase diários os almoços e jantares onde, à volta da mesa, se juntavam as mais diversas personalidades,

tanto mais que Susan Lowndes e Luís Marques mantinham importantes relações de amizade com vários escritores ingleses, que os visitavam quando passavam por Portugal, casos de Graham Greene, Evelyn Waugh, Cyril Connolly, Rose Macaulay, Elizabeth Hamilton, Aldous Huxley, Angus Wilson e Sachaverell Sitwell. Susan Lowndes foi condecorada, em 1975, pela Rainha Isabel II de Inglaterra, com a Ordem do Império Britânico, pelos serviços prestados à comunidade inglesa em Portugal. Francisco Hipólito Raposo descrevê-la-ia como «uma portuguesa de luxo». Morreu em 1993-02-03, no Hospital Inglês, em Lisboa

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Senhora Dra. Ana Vicente, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-01-24

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, textos de autor, apontamentos, recortes de imprensa, agendas e outras tipologias documentais ainda não processadas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

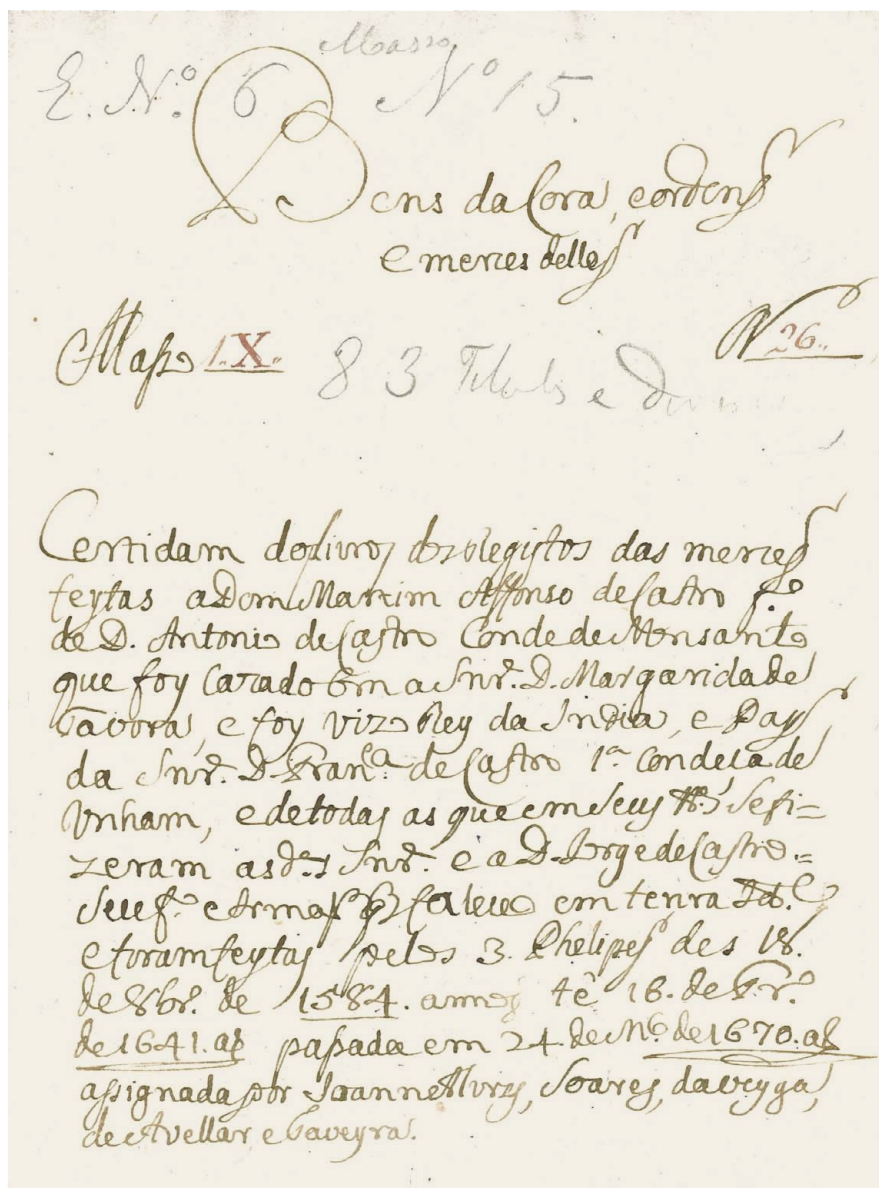
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 106 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

MARQUESES DE CASCAIS



Certidão de mercês, 1670-03-24 [PT/CMC-AHMC/AFML/MCS]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/MCS

TÍTULO: Marquês de Cascais

DATAS: [1387 | 1915]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [9,02 m. l. – 82 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Marquês de Cascais

HISTÓRIA FAMILIAR: O título de Marquês de Cascais foi concedido por D. João IV, em 1643-11-19, a D. Álvaro Pires de Castro (c. 1590-1674), 6.º Conde de Monsanto, na sequência da sua embaixada em França, por ocasião da morte de Luís XIII. Não obstante, a concessão do título de Conde de Monsanto a D. Álvaro de Castro (c. 1420-1471) remonta a 1460-05-21, data em que D. Afonso V lhe doou simultaneamente a vila de Cascais, aquando do casamento com D. Isabel da Cunha, filha do senhor de Cascais, D. Afonso – filho de D. Branca da Cunha, neta do Dr. João das Regras – e do Infante D. Luís – neto de D. Pedro I e de D. Inês de Castro. A ligação desta Casa com a da Castanheira parece remontar ao matrimónio de D. Luís de Castro – filho do 3.º Conde de Monsanto, que lhe sucedeu na Casa, d. 1529, sem renovação do título – com D. Violante de Ataíde, filha dos 1.ºs Condes de Castanheira, título criado em 1532-05-01, a favor de D. António de Ataíde, vedor da fazenda de D. João III. A sua irmã, D. Ana de Ataíde, casaria, por sua vez, com D. Vasco Luís da Gama (c. 1530-1578), 3.º Conde da Vidigueira, título que fora atribuído a D. Vasco da Gama, por D. Manuel I, em 1519-12-29. Em 1646-10-18, D. Vasco Luís da Gama (1612-1676), 5.º Conde da Vidigueira, seria, por mercê de D. João IV, agraciado com o título de 1.º Marquês de Nisa. Por falecimento, em 1704, sem herdeiros, de D. Ana de Ataíde e Castro, 7.ª Condessa da Castanheira, sucessora

de seu irmão, D. Jorge de Ataíde, 3.º Conde de Castro Daire, a Casa Castanheira-Castro Daire passou a seu primo D. Luís Álvares de Castro Ataíde Noronha e Sousa, 2.º Marquês de Cascais e 7.º Conde de Monsanto. A ligação entre as casas de Monsanto e Nisa parece remontar ao tempo de D. Fernando de Noronha (1667-1722), 9.º Conde de Monsanto, filho dos 2.ºs Marqueses de Cascais, ainda que morresse antes do casamento que ajustara com a sua sobrinha, D. Maria José da Gama, filha herdeira dos 3.ºs Marqueses de Nisa. Esta senhora viria a casar por duas vezes: a primeira com Nunes Teles da Silva, filho dos 3.ºs Marqueses de Alegrete e a segunda com o 5.º Conde de Unhão – título criado, por D. Filipe III em 1636-06-07 – razão pela qual as Casas da Vidigueira (Marqueses de Nisa) e de Unhão se juntariam. Morrendo solteira, em 1762, a 5.ª Marquesa de Cascais, D. Ana José de Castro e Noronha (herdeira de seu tio D. Luís de Castro Noronha Ataíde e Sousa, 4.º Marquês de Cascais e 11.º Conde de Monsanto), entrou na posse das Casas de Cascais e da Castanheira seu primo D. Rodrigo Xavier Teles de Castro da Gama, 6.º Marquês de Nisa e 10.º Conde da Vidigueira (títulos que lhe vinham por via de sua mãe, aliás filha de uma senhora da Casa de Cascais) e 6.º Conde de Unhão em sucessão a seu pai, o 5.º Conde deste título. Estas quatro Casas mantiveram-se unidas até à extinção dos vínculos, em 1861-1863, sendo então administrador delas D. Domingos Xavier Teles da Gama Castro Ataíde Noronha e Sousa, 9.º Marquês de Nisa, 14.º Conde da Vidigueira e 9.º Conde de Unhão. A este último sucedeu seu filho primogénito, D. Tomás Teles da Gama, 15.º Conde da Vidigueira e 10.º Conde de Unhão e representante das Casas de Cascais-Monsanto e de Castanheira-Castro Daire

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Da junção das Casas de Cascais-Monsanto e de Castanheira-Castro Daire resultou um arquivo considerável, que chegou intacto até ao 9.º Marquês de Nisa. Ainda que este titular já devesse ter alienado várias peças de valor do arquivo, seria ao seu filho, D. Tomás, penúltimo Conde da Vidigueira, que se deveria a dispersão de uma parte importante do acervo, vendida à Biblioteca Nacional de Portugal e à Sociedade de Geografia de Lisboa. A Coleção Vidigueira, que a Sociedade de Geografia de Lisboa adquiriu em 1892, compreende 181 espécies originais e 4 códices, que abrangem o período de 1332 a 1800, já estudados, em 1956, pela Dra. Rosalina Silva Cunha, que publicaria, em 1960, o seu inventário no “Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira” (vol. I, p. 65-99). Mais documentos não vendeu o Conde da Vidigueira, porque sua irmã, a Marquesa de Unhão, lhe comprou aqueles que restavam, que ficaram, depois, na posse dos descendentes do outro irmão, D. Manuel Teles da Gama, Conde de Cascais. Em 1981, o Engenheiro D. Miguel de Almeida Corrêa de Sá, neto materno do Conde de Cascais, venderia à Câmara Municipal de Cascais os documentos, que, na altura, se supunha corresponderem à totalidade do núcleo. Porém, já depois de efetuada a transação, entrou na posse de um outro lote, que igualmente seria comprado pelo município, reconstituindo-se, desta forma, a totalidade da documentação que a Marquesa de Unhão adquirira a seu irmão primogénito

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 1981 e 1989

ÂMBITO E CONTEÚDO: Para além da documentação diretamente relacionada com os Marqueses de Cascais e Condes de Monsanto, existem subnúcleos relativos a outras casas associadas, como as dos Marqueses de Nisa, Condes da Castanheira, Condes de Unhão e, ainda, a da Família Sousa e Melo. O fundo é relativamente homogéneo ao nível das tipologias, de entre as quais se evidenciam os títulos de propriedade (cartas de arrendamento, aforamento, emprazamento, escrituras de compra e venda e autos de medição e demarcação), relações de rendimentos, tombos, procurações, cartas de privilégio e correspondência diversa. No acervo pertencente aos Condes da Castanheira encontram-se, ainda, documentos de nomeação de juizes e oficiais. Com exceção da documentação dos Condes de Unhão, os restantes subnúcleos revelam-se de particular interesse para a história do Brasil

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo provisório impresso

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 82 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AFTG

TÍTULO:

Arquivos Fotográficos

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 5 coleções:

Coleção Antiga do Município,
Coleção António Passaporte,
Coleção César Guilherme Cardoso,
Coleção Família Castelo Branco e
Coleção Sérgio Álvares da Guerra

COLEÇÃO ANTIGA DO MUNICÍPIO



Regata na baía de Cascais, c. 1940 [PT/CMC-AHMC/AFTG/CAM]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFTG/CAM

TÍTULO: Coleção Antiga do Município

DATAS: [1886 | 1986]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: [4,73 m. l. – 31 cx. e 12 gv.]

SUPORTE: Papel, Vidro, Poliéster

NOME DO COLECIONADOR: Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Cf. Fundo Câmara Municipal de Cascais

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães, oficialmente inaugurado em 1931, funcionou, até à década de 1980, como o principal equipamento cultural do município, razão pela qual recebeu nas suas instalações todo o tipo de testemunhos do passado do concelho, de que a edilidade tomava posse, por compra, depósito ou doação. Foi neste contexto que se formou esta coleção, composta por imagens provenientes de origens diversas, maioritariamente desconhecidas, que atualmente se conserva no AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Transferência, d. 1987

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por negativos de gelatina em vidro, negativos em poliéster e provas em papel que retratam o concelho

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line. Catálogo parcial on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 31 cx. e 12 gv. de armários reforçados

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO ANTÓNIO PASSAPORTE



Casa de Santa Maria e Torre de S. Sebastião, junto à ponte de Santa Marta, em Cascais, c. 1940 [PT/CMC-AHMC/AFTG/CAP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFTG/CAP

TÍTULO: Coleção António Passaporte

DATAS: 1940 | 1960

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 1,51 m. l. [4 cxs. e 3 gv.]

SUPORTE: Vidro, Poliéster, Papel

NOME DO PRODUTOR: António Passaporte

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: António Passaporte nasceu em 1901-02-01, na freguesia da Sé, em Évora. Foi o primeiro filho de Helena Maria Carreta e de José Pedro Braga Passaporte, amador de fotografia, a quem D. Carlos concedeu, em 1903, a distinção de fotógrafo da Casa Real e que, no ano seguinte, abriria um atelier comercial em Évora. A implantação da República levaria, em 1911, a família Passaporte a mudar-se para África, onde José Passaporte prosseguiu a sua atividade, em Benguela e Moçâmedes. Regressaria, todavia, a Évora, em 1917, para montar a Fotografia Paris, a que se sucedeu novo atelier em Lisboa, em 1919. Na sequência do regresso à metrópole, António Passaporte estudaria na Escola Ferreira Borges, em Lisboa, participando em todas as festas em que pode atuar como artista de teatro, ainda que almejasse, sobretudo, ser ator de cinema. Em 1923, sob o nome artístico de Carret Passport, participa no filme "Estrela de brilhantes", realizado por Augusto Barroso Ramos. Talvez pelo sucesso da crítica – não extensível ao filme – dedicou-se, também, ao estudo da expressão, maquilhagem e mímica. Todavia, a sua baixa estatura acabaria por condicionar os seus sonhos de galã cinéfilo. Desta forma, porque a condição de guarda-livros da Livraria Ferin não se adequava à sua personalidade sonhadora, em 1923 partiria para Madrid em busca de aventura, contando, para o efeito, com o apoio de Reinaldo Ferreira (o Repórter X) e do Embaixador de Espanha em Portugal. Foi, assim, em Madrid que iniciou a sua carreira de fotógrafo, trabalhando nos Laboratórios Cinematográficos Madrid-Films, onde veio a casar com a irmã do patrão, Gregória Ascensión Calleja Blanco, em 1927. Ingressou, depois, na firma francesa Charles Alberty, como vendedor de papéis fotográficos e heliográficos, viajando pela Argentina e por Espanha, que fotografou abundantemente. As imagens de paisagens e monumentos que então obteve seriam adquiridas para propaganda

pelo Ministério da Cultura e do Turismo espanhol, dirigido pelo General Primo de Rivera. O sucesso alcançado lança-lo-ia, assim, na edição de bilhetes-postais ilustrados, que assinou como Loty, designação que resultava da combinação das duas primeiras letras do nome Lopez e das duas últimas do nome Alberty, apelidos do casal para quem trabalhava. Iniciada a Guerra Civil de Espanha, perderia o emprego, ingressando nas Brigadas Internacionais como repórter fotográfico, com a patente de sargento, no 5.º regimento das tropas espanholas, no seio do qual era conhecido por “pequeno moreno”. Acompanhou as operações de defesa de Madrid, servindo de repórter fotográfico ao longo da Serra de Guadarrama e na campanha de Brunete, em que se travaram grandes combates. Todavia, por razões de saúde, abandonaria esta atividade, inscrevendo-se na U.G.T., sob a influência do seu irmão Bernardo, que também se instalara em Madrid, para integrar os «Comités de Abastos», montados para recolha e distribuição de víveres. Posteriormente, trabalhou, de novo, como repórter fotográfico, para o boletim “Transmisiones”, do Serviço de Transmissões do Exército Popular Espanhol. No verão de 1939, temendo represálias do regime franquista, regressou a Portugal, para fixar residência em Lisboa, onde iniciou, com o apoio de amigos, a sua atividade de fotógrafo, aceitando, sobretudo, encomendas publicitárias. Inicialmente instalado na Rua Padre Sena Freitas, n.º 14, r/c direito, em 1940 transitaria para a Rua do Desterro, n.º 35, 4.º esquerdo, onde iniciou a produção de bilhetes-postais ilustrados, impressos em papel fotográfico a preto e branco. A sua primeira grande encomenda processar-se-ia por ocasião da Exposição do Mundo Português, que não permitiu a família descansar durante dias. Em 1945 mudou-se para a Avenida António Aguiar, n.º 4, 1.º direito e em 1946 para a Rua Luciano Cordeiro, n.º 88, onde montou o estúdio que manteve até ao final da vida, não obstante mudar de residência por mais duas vezes. Foi nestas instalações que se dedicou com maior profissionalismo à produção de bilhetes-postais ilustrados, auxiliado por máquinas industriais de impressão e de secagem e por empregados mais qualificados. A extrema exigência com a qualidade final dos bilhetes-postais cedo se traduziriam num afluxo de encomendas, pelo que António Passaporte fotografava habitualmente ao fim de semana, percorrendo todo o país num carro, acompanhado da família. A sua última reportagem completa de uma cidade decorreria na Covilhã, no inverno de 1961. Desde então, limitou-se a fotografar os palácios nacionais, uma vez que

a qualidade técnica da sua marca lhe permitira obter autorização para fotografar o seu interior e o exclusivo da venda de bilhetes-postais ilustrados dos mesmos. Com o advento do postal impresso a cores, o processo de produção alterar-se-ia radicalmente. António Passaporte não conseguiria, porém, fazer frente à concorrência, sobretudo a partir de 1965, quando Perpétuo Socorro, editor do Porto, conseguiu que o preço de revenda por unidade baixasse de 1\$50 para 1\$20 o postal. Recusando-se a acompanhar a descida do preço, afastou-se progressivamente da produção. Morreu em Lisboa, em 1983

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Em 1990 a CMC comprou os trabalhos dedicados a Cascais da coleção do fotógrafo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 1990

ÂMBITO E CONTEÚDO: A coleção é constituída por negativos de gelatina em vidro e negativos em película que retratam o concelho nas décadas de 1940 a 1960. Inclui, ainda, bilhetes-postais ilustrados representando outras localidades

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO: Os negativos de gelatina em vidro foram digitalizados. O acesso apenas se efetua através do novo suporte

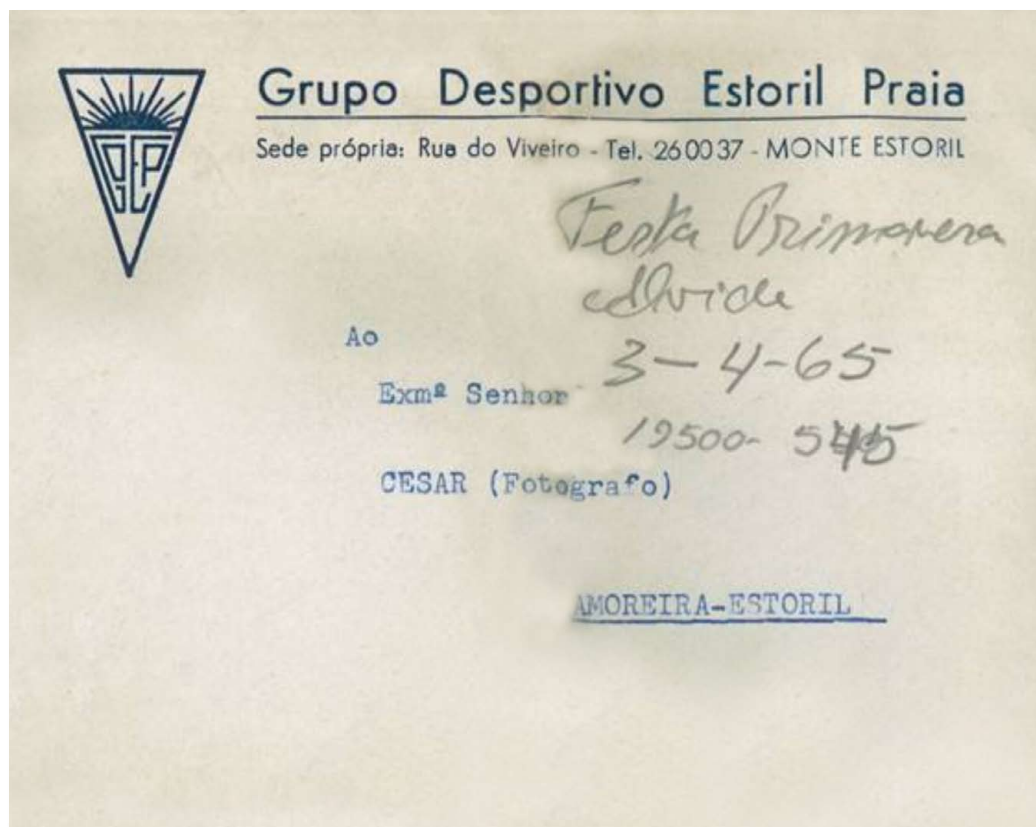
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line. Catálogo parcial on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 4 cx. e 3 gv.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO CÉSAR GUILHERME CARDOSO



Envelope com negativos de fotografias de César Guilherme Cardoso, por ocasião de festa em Alvade, 1965-04-03 [PT/CMC-AHMC/AFML/CCGC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/CCGC

TÍTULO: Coleção César Guilherme Cardoso

DATAS: [1890 | 2005]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: [39,6 m. l. – 132 cx.]

SUPORTE: Poliéster e Papel

NOME DO PRODUTOR: César Guilherme Cardoso

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: César Guilherme Cardoso nasceu na freguesia de S. Mamede, em Évora, em 1920-09-01, sendo, então, apenas registado como César Guilherme, pelo facto de o pai não o perfilhar, razão pela qual, quando atingiu a maioridade, solicitou a associação do apelido da família da mãe, Perpétua do Rosário. Em 1928 seguiu para Lisboa, pela primeira vez, passando a habitar com uma ama na Rua do Benfornoso. Com 12 anos já trabalhava como mandarete num dos hotéis da capital. Não obstante, voltaria por várias vezes ao Alentejo: à Azaruja, onde residia a sua avó materna, Maria da Conceição Raposo; ou a Évora, para a casa da sua tia, Maria do Rosário Cardoso, que morava na Rua de Santa Maria, em Évora, onde tomaria contacto com as reportagens fotográficas da "Ilustração Portuguesa", que muito o influenciaram. Com 17 anos instalou-se definitivamente na Amoreira, passando a trabalhar no Hotel Paris e posteriormente no Hotel Palácio, no Estoril. Não obstante, em 1939 seria forçado a procurar trabalho na construção da Estrada Marginal e nas pedreiras de Abóboda. Mercê da sua ligação ao Hotel Palácio foi um dos primeiros sócios do Grupo Desportivo Estoril Praia, cuja direcção viria a integrar nas décadas de 1960 e 1970. Em 1941 assentou praça no Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, em Évora, especializando-se enquanto apontador de peças

e vindo, depois, a ser enviado para as Lages, onde assistiu à construção da pista de aviação, até ao regresso à metrópole, em 1944. Foi em Angra do Heroísmo que comprou, a prestações, a sua primeira máquina fotográfica, na loja dos Farinhas, aprendendo a fotografar sozinho. Os retratos que tirava aos seus camaradas militares permitir-lhe-iam reaver o dinheiro que investira no equipamento. A sua primeira reportagem fotográfica oficial ocorreria em 1942-01, por ocasião da visita do Governador do Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, António Francisco de Sales de Guimarães Pestana da Silva, ao 1.º Regimento Expedicionário, em Nasce Água. Nesse mesmo ano, na sequência de operação cirúrgica, no Hospital Militar de Ponta Delgada, passaria o mês de Agosto no Estoril. Vários jornais regionais editaram, então, pequenos artigos de sua autoria: «As nossas saudades», no “Notícias de Évora”, de 1942-01-19; «Sentinela expedicionária», n.º “A União”, de Angra do Heroísmo, em 1942-01-22; «A história de todos», n.º “A Pátria”, de Angra do Heroísmo, em 1942-03-24; «Carta de um soldado expedicionário», no “Notícias de Évora”, em 1942-04; «Carta de um expedicionário às mães portuguesas», no “Notícias de Évora”, em 1942-05-12 (única ocasião que se assina como César Guilherme Cardoso Correia); «Enfermeiras de Guerra» e «Agradecendo a tua imagem a alguém (Cascais)», n.º “O Sapador”, de Angra do Heroísmo, em 1942-10; e «A uma desconhecida (Carmen)», n.º “O Sapador”, de Angra do Heroísmo. Terminado o serviço militar, casaria, em 1942-11-16, com a sua prima, Emília do Rosário Pereira, no Registo Civil de Évora, e depois, na igreja de Santo António do Estoril, tendo por padrinhos os Marqueses de Pombal (mãe e filho). No ano seguinte nasceu a primeira filha do casal, que faleceria com meningite aos nove meses de idade. A família residia, então, na Amoreira, nas águas furtadas de um prédio na Rua Carlos Anjos, onde César Guilherme Cardoso improvisou um pequeno estúdio fotográfico, para, apesar de nunca ter entrado num laboratório fotográfico, ensaiar a impressão das

suas imagens, de forma a dilatar o orçamento familiar, visto que o ordenado de empregado de mesa era muito variável. Em 1951 voltou a ser operado ao estômago no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, tornando-se, então, membro da irmandade. No ano seguinte, após o nascimento do terceiro filho, mudou-se para uma outra casa na mesma rua, até que em 1954 passasse definitivamente para uma vivenda na Rua Particular, frente à casa onde vivera os primeiros anos de casado. Nesta nova habitação montaria um estúdio fotográfico e um laboratório de câmara escura no sótão. No verão, entre as 11 e as 14 horas deslocava-se pelas praias do Estoril e Monte Estoril, para fotografar os veraneantes, dedicando-se, aos fins de semana, à realização de reportagens fotográficas de atividades desportivas, casamentos, batizados, festas, atos solenes e bailes. Durante anos fotografou Cascais e Estoril, editando, também, bilhetes-postais ilustrados. Em 1959-02-05 começou a colaborar como repórter fotográfico no “Mundo Desportivo” e, em 1962-08 n.º “A Nossa Terra”. Em 1963, a sua carteira de clientes – entre os quais se destacavam os condes de Barcelona, Humberto II de Itália e sua irmã, Joana de Saboia ou a rainha da Bulgária – permitir-lhe-ia finalmente abandonar o seu emprego na indústria hoteleira. Em 1964 tornar-se-ia num dos acionistas fundadores do “Jornal da Costa do Sol”, passando, desde então, a dedicar grande parte do seu tempo a registar fotograficamente Cascais e Oeiras, acerca dos quais escreveu, também, pequenas notas. Forneceu, ainda, muitas das imagens que ilustraram as páginas da imprensa local, nomeadamente “O Pódio”, “A Zona” e o “Correio da Linha”. Em 1971 tomou de trespasse a loja do fotógrafo Leonel Lourenço, na Avenida Valbom, fixando-se, de vez, em Cascais, como industrial de fotografia. De entre as reportagens fotográficas que promoveu, destacar-se-iam o registo de todas as casas das antigas ruas de Cascais, em 1973, ou das cheias de 1983-11-19. Em 1996-07-07 receberia a medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal de Cascais. Faleceu em 2005-05-13

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: No exercício da sua atividade, César Guilherme Cardoso fixou em fotografia mais de sessenta anos da história de Cascais, reunindo uma valiosa coleção que, na sequência do seu falecimento, em 2005, seria adquirida pela Câmara Municipal de Cascais, para enriquecimento das fontes iconográficas preservadas e disponibilizadas pelo AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Compra, em 2006

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação compõe-se de negativos em poliéster que retratam o concelho do final do século XIX ao início do século XXI, uma vez que para além das fotografias produzidas por César Guilherme Cardoso, a coleção conserva reproduções de trabalhos de outros fotógrafos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: A coleção encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: A coleção encontra-se, por ora, acondicionada em 132 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO FAMÍLIA CASTELO BRANCO



D. Amélia, D. Carlos e D. Manuel no Sporting Club de Cascais,
no início do século XX
[PT/CMC-AHMC/AFML/CFCB]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFML/CFCB

TÍTULO: Coleção Família Castelo Branco

DATAS: 1900 | 1931

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 1 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Família Castelo Branco

HISTÓRIA FAMILIAR: Em produção, no âmbito de investigação em curso

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pela Sras. D. Maria da Graça Castelo Branco Amorim e D. Maria Teresa Sotto Mayor ao AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1994-10-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por fotografias em papel, que representam, na sua maioria, o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTADO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

COLEÇÃO SÉRGIO ÁLVARES DA GUERRA



Estátua a Camões, Cascais, 2005 [PT/CMC-AHMC/AFTG/CSAG]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/AFTG/CSAG

TÍTULO: Coleção Sérgio Álvares da Guerra

DATAS: 2005

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Coleção

DIMENSÃO: 0, 33 m. l. – 3 cx.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Sérgio Álvares Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Sérgio Álvares Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra nasceu no Chinde, em Moçambique, em 1927-03-28. Frequentou a Escola Oliveira Martins na cidade da Beira e a Umtali High School, na Rodésia, vindo a completar os seus estudos no Ateneu Comercial de Lisboa. Cumpriu o serviço militar nos Dragões de Boane, em Lourenço Marques, na arma de Cavalaria, trabalhando, durante vinte e nove anos, como contabilista, na Empresa Pendray & Sousa, Ld.^a, na cidade da Beira. Sendo considerado o primeiro cineasta amador de Moçambique, realizou, produziu e interpretou 33 filmes, que lhe valeram vários prémios nacionais e internacionais (Alemanha, Angola, Argentina, África do Sul, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Japão, Moçambique e na antiga Rodésia, atual Zimbabué), entre os quais se destacam três medalhas de prata em Cannes, os primeiros prémios Ultramar (Portugal), uma medalha de prata em East London e quatro primeiros prémios na Rodésia. No campo da fotografia foi também galardoado com vários prémios, nomeadamente com uma medalha de bronze, nos E.U.A. Praticou futebol, atletismo, basquete, natação, esgrima e boxe, ainda que

se tenha sobretudo notabilizado em provas de hipismo e automobilismo. Abandonou Moçambique após a revolução de 1974-04-25, vivendo alguns meses em Joanesburgo, de onde seguiu para o Brasil, fixando-se, até 1984, em S. Luís do Maranhão. Em 1989 publicou um livro com duas histórias de ficção: "Encruzilhada de Emoções" e "Fim da Estrada". Tem como hobbies a pintura e a construção de aviões, barcos e soldados em miniatura. Sob pseudónimo, escreveu diversos artigos que esporadicamente foram publicados na imprensa nacional

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: A coleção foi doada pelo Sr. Sérgio Armando Blanc Gonçalves P. Álvares da Guerra ao AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2005-06-06

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por provas em papel de fotografias representando o concelho de Cascais

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTADO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 3 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS JUDICIAIS

CÓDIGO DE REFERÊNCIA:

PT/CMC-AHMC/AJDC

TÍTULO:

Arquivos Judiciais

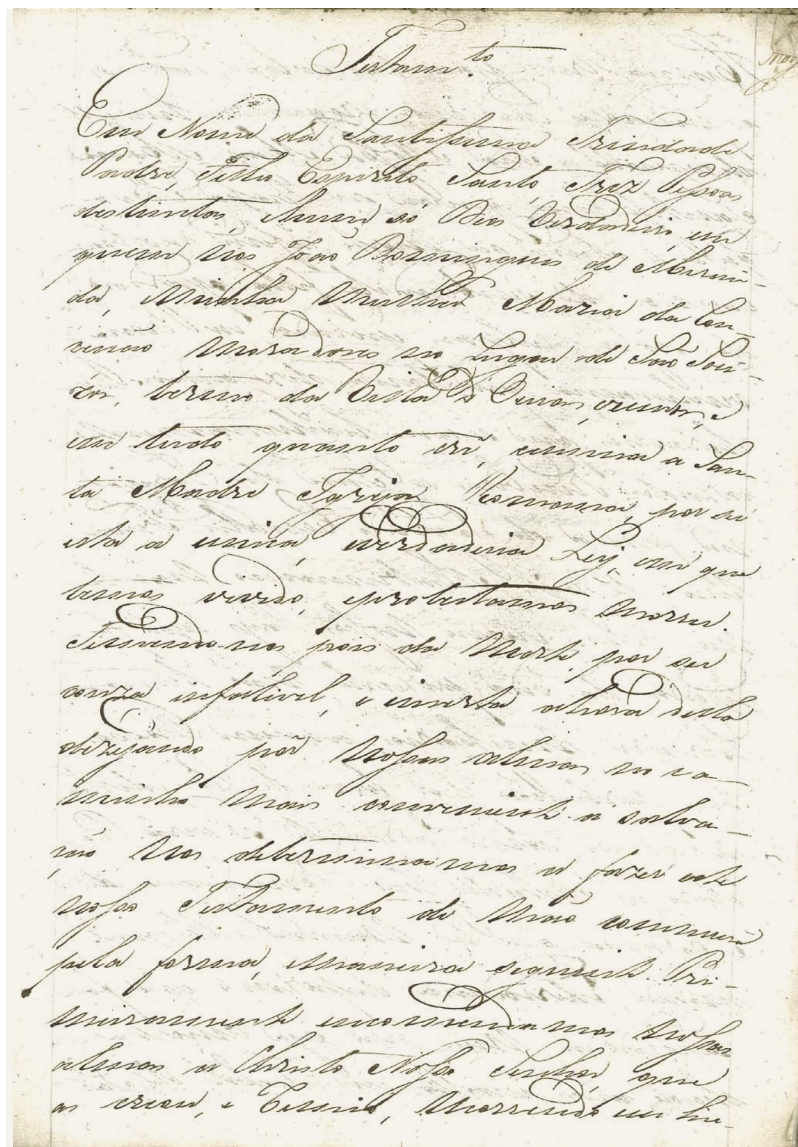
NÍVEL DE DESCRIÇÃO:

Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:

O grupo é constituído por 1 fundo: Juízos de Paz de Cascais e Rana

JUÍZOS DE PAZ DE CASCAIS E RANA



Registo de testamento, 1835-08-26 [AHMC/AJDC/JPCR]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: AHMC/AJDC/JPCR

TÍTULO: Juízos de Paz de Cascais e Rana

DATAS: 1835-01-25 | 1895-04-30

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0, 11 m. l. – 1 lv. e 3 pt.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Juízos de Paz de Cascais e Rana

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: De acordo com decreto de 1832-05-16, «os Juizes de Paz são eleitos pelo Povo; e não têm outras atribuições, se não as de conciliar as Partes em suas Demandas. Estas funções são gratuitas, mas enquanto servirem não poderão os Juizes de Paz ser onerados com algum encargo público». Também exerciam funções de juiz dos órfãos e questões relativas a partilhas, heranças, divórcios, dívidas, propriedades e salários, primeiramente na área de cada uma freguesia de tradição concelhia e, mais tarde, num círculo de freguesias. A Constituição de 1838 manteve o carácter eletivo dos juizes de paz, tal como a Carta de Lei de 1840, integrada na Novíssima Reforma Judiciária, de 1841-05-21, que lhes subtraiu as funções jurisdicionais orfanológicas, continuando, todavia, a inscrever-se na sua competência a conciliação das partes sob a utilização de todos os meios que a prudência e a equidade lhes sugerissem. Por força de Carta de Lei de 1867-06-27, os juizes de paz passaram ser nomeados pelo Governo. A Constituição de 1911 não se referiu aos juizes de paz, ainda que continuassem a existir

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Desconhece-se a forma de ingresso do fundo em arquivo

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Desconhecida

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação reflete a atividade do Juiz de Paz de Rana no domínio das funções definidas por legislação

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 4 documentos: Registo de testamentos (1893-1895), Autos de conciliação (1835 e 1886-1895) e Procuração (1893)

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUIVOS PESSOAIS

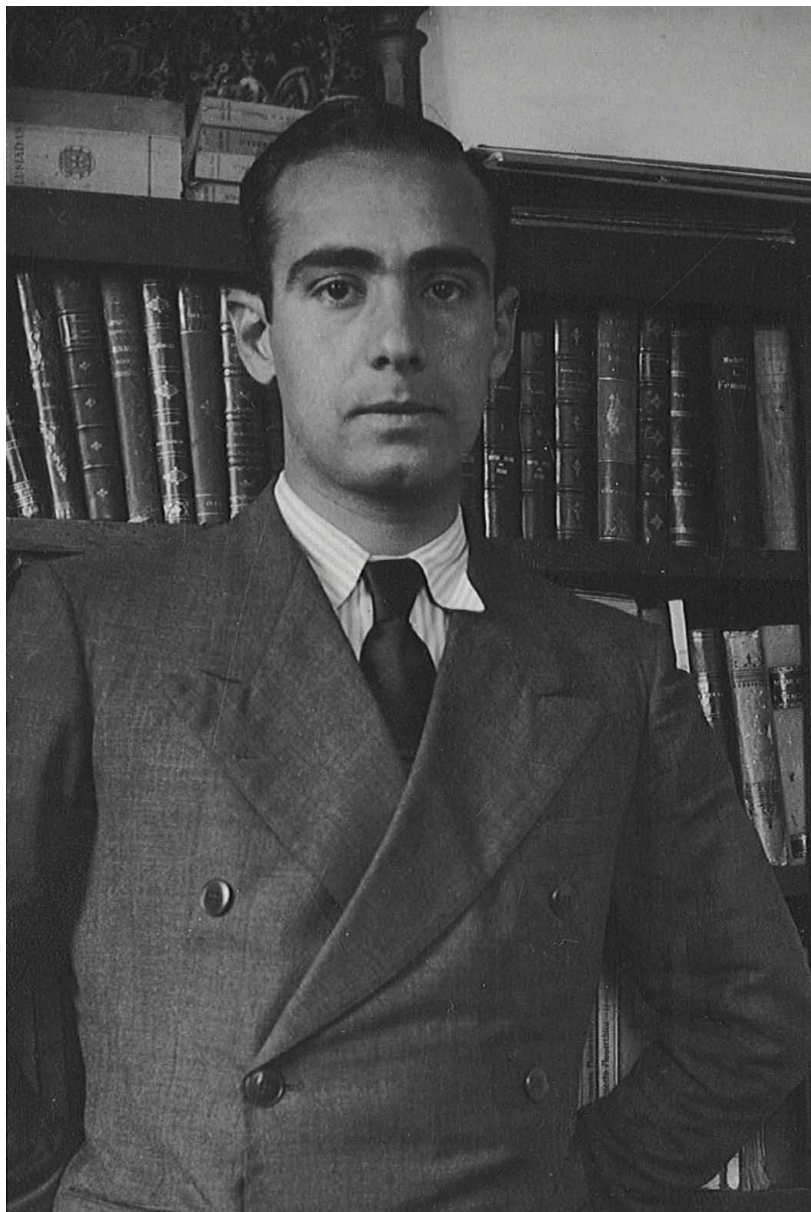
CÓDIGO DE REFERÊNCIA:
PT/CMC-AHMC/APSS

TÍTULO:
Arquivos Pessoais

NÍVEL DE DESCRIÇÃO:
Grupo de Fundos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO:
O grupo é constituído por 10 fundos:
António Branquinho da Fonseca, Ana Maria Ferreira,
Arquiteto Silva Júnior, Embaixador Armando Martins Janeira,
General Jacinto Parreira, João Cordeiro Pereira, José Jorge Ribeiro,
Poetisa Cacilda Celso, Pedro Melo Alvim e Pintor Silva Leite

ANTÓNIO BRANQUINHO DA FONSECA



Branquinho da Fonseca, Parede, 1933 [PT/CMC-AHMC/APSS/ABF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/ABF

TÍTULO: António Branquinho da Fonseca

DATAS: 1833-1985

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [4,18 m. l. – 38 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: António José Branquinho da Fonseca

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: António José Branquinho da Fonseca, filho de Clotilde Madeira Branquinho da Fonseca e de Tomás da Fonseca, nasceu em Mortágua, em 1905-05-04. Ainda que tivesse frequentado em Lisboa os primeiros anos do curso liceal, em 1921 rumaria a Coimbra, para concluir os estudos secundários. Em 1924 fundou, com Afonso Duarte, António de Sousa, Campos de Figueiredo, Vitorino Nemésio e João Gaspar Simões, a revista "Tríptico", da qual se editaram nove números. Dois anos mais tarde editou "Poemas", lançando ainda, em 1927, com José Régio e João Gaspar Simões a revista "Presença", em que se destacou como codirector e colaborador até 1930, nomeadamente sob o pseudónimo de António Madeira. No ano de 1928 publicou a peça "A posição de guerra", concluindo, em 1930, a licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra. Nesse ano fundou, ainda, a revista "Sinal", com Miguel Torga, ingressando, em 1931, na função pública, primeiro enquanto Conservador do Registo Predial da Comarca de Coimbra, depois como conservador do Registo Civil em Marvão e na Nazaré e ainda como Chefe de Secretaria da Comissão de Obras da Base Naval de Lisboa. Entretanto publicou "Mar coalhado" (1932), "Zonas" (1932), "Caminhos magnéticos" (1938) e "Teatro" (1939), quase sempre como António Madeira. Em 1942-01-02 foi nomeado Conservador do Museu-Biblioteca Conde de Castro Guimarães, em Cascais, onde desenvolveu durante dezanove anos um meticuloso trabalho em prol da divulgação do livro e

da leitura, inaugurando as novas salas de leitura e de arqueologia do Museu, que dotou de Regulamento, Boletim e Guia. Nas suas palavras, «A lista dos livros adquiridos durante o ano de 1942 [...] informa a orientação que se pretende dar a esta biblioteca: não um arquivo dos séculos, mas uma biblioteca viva, um órgão de verdadeira cultura; decerto com o alicerce nas idades passadas, mas voltada para os dias de hoje e de amanhã». Não obstante, o momento mais simbólico da sua atividade ocorreria em 1953, ao conseguir implementar uma biblioteca circulante destinada a servir as localidades mais afastadas da vila, projeto pioneiro que foi mais tarde ampliado pela Fundação Calouste Gulbenkian, sob a designação de Bibliotecas Móveis. Paralelamente, a sua atividade literária progrediu, editando algumas das obras de maior sucesso: "O barão" (em 1942, ainda sob o pseudónimo de António Madeira), "Rio turvo e outros contos" (1945), a primeira série da antologia "As grandes viagens portuguesas" (1946), "Porta de minerva" (1947), "Mar santo" (1952) e ainda "Bandeira preta" (1956). Convidado por Azeredo Perdigão para organizar e dirigir o Serviço de Bibliotecas Itinerantes na Fundação Calouste Gulbenkian, expandiu a nível nacional a experiência de Cascais. Neste contexto, em 1960 solicitou a dispensa do lugar de Conservador do Museu-Biblioteca. Entrementes selecionou o primeiro volume de "Contos tradicionais portugueses" (1963), "Poesias" (1964) e ainda a segunda série de "As grandes viagens portuguesas" e o segundo volume de "Contos tradicionais portugueses" (1966). Morreu em Cascais, em 1974-05-16

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi doado à Câmara Municipal de Cascais pelo Sr. Dr. Tomás Branquinho da Fonseca, filho de António José Branquinho da Fonseca

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1997-11-12

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, manuscritos e datiloscritos do autor, apontamentos, fotografias, recortes de imprensa e edições do autor, sobre o autor e a obra, assim como obras autografadas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por seis secções: Documentos pessoais; Correspondência; Manuscritos, datiloscritos e provas; Obra impressa; Recortes de imprensa e estudos sobre o autor e a obra; e Biblioteca; e por 21 séries: Fotografias (1916-1966); Vida académica (1927); Vida profissional (1931-1969); Vida literária (1930-1972); Correspondência recebida (1914-1974); Correspondência expedida (1912-1971); Correspondência recebida e expedida relativa ao Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães (1946-1950); Correspondência recebida e expedida por familiares (1933-1993); Poesia (1925-1970); Prosa (1940-1982); Capas e desenhos (1930-1960); Apontamentos (1926-1980); Manuscritos de outros autores (1928); Edições literárias (1931-1986); Edições em antologias (1944-1981); Edições sobre biblioteconomia e museologia (1943-1975); Críticas e correspondência sobre o autor e a obra (1926-1975); Estudos sobre o autor e a obra (1971-1993); Recortes de imprensa sobre bibliotecas (1933-1983); Obras autografadas (1903-1980) e Outras obras (1833-1979)

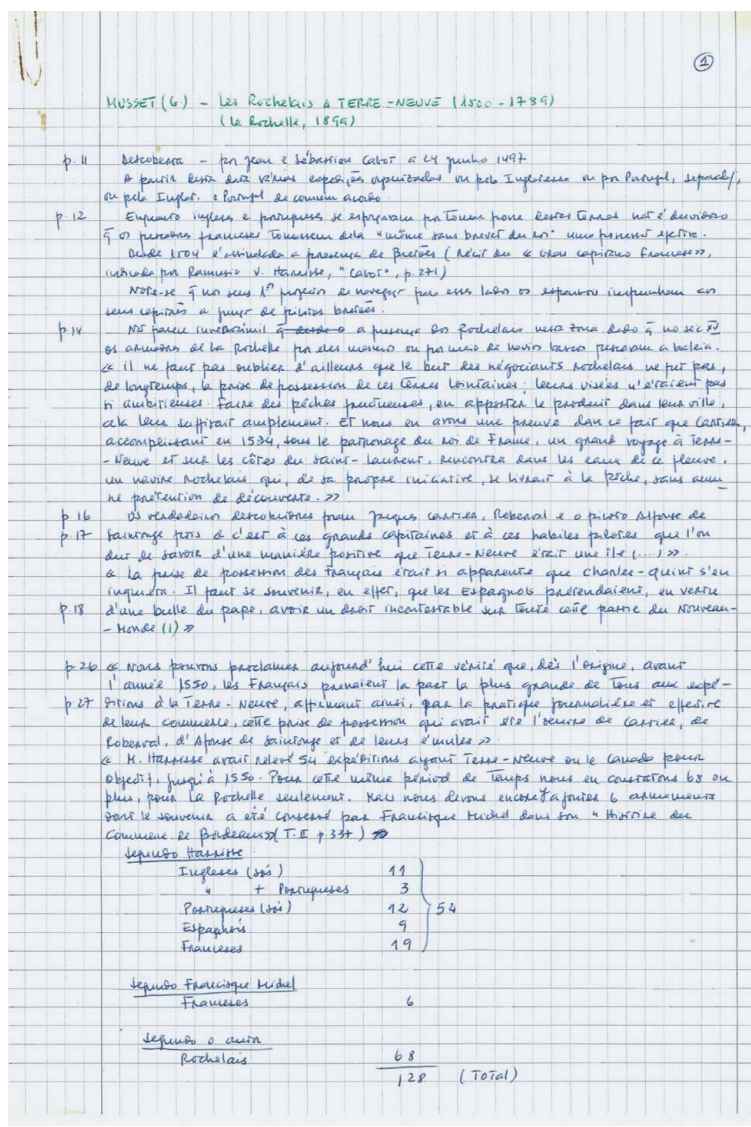
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 38 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ANA MARIA FERREIRA



Ficha de leitura de Ana Maria Ferreira, c. 1980

[PT/CMC-AHMC/APSS/AMF]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/AMF

TÍTULO: Ana Maria Ferreira

DATAS: [1980 | 2005]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [5,94 m. l. – 54 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Ana Maria Pereira Ferreira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Ana Maria Pereira Ferreira nasceu em Lisboa em 1949-01-27. Licenciou-se em História pela Faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa com a classificação de 15 valores. Logo após a apresentação da tese de licenciatura que viria a ser publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda foi convidada pela Prof. Doutora Virgínia Rau para integrar os quadros do Centro de Estudos Históricos, como bolseira, transitando, depois, para o Instituto de Alta Cultura, em Lisboa. Por intermédio deste Instituto, esteve em Paris, a fim de preparar a sua tese de doutoramento, durante três anos, onde, na École des Hautes Études - Sorbonne, Paris IV, foi orientada pelo Prof. Doutor Michel Mollat du Jardin e realizou pesquisas nos Archives Nationaux, assim como em Bruges, Antuérpia, Bruxelas e Londres. Embora os seus interesses se relacionassem sobretudo com a história da diplomacia europeia dos séculos XV e XVIII, foi pioneira em Portugal no estudo da pirataria e corso, bem como dos conceitos de *mare clausum*/*mare liberum* no conserto das monarquias dos séculos XV e XVI. De entre a sua vasta bibliografia destacam-se os seguintes títulos: "Feitores de Portugal em Veneza no início do século XVI"; "La course et la piraterie entre le Portugal et la France dans la première moitié du XVIème siècle: Quelques aspects économiques"; "O Processo de Pedro Barreto contra Jean Forestier: Um episódio das relações luso-francesas: Técnicos

náuticos e marinheiros portugueses ao serviço do Duque da Borgonha (1439-1445)”; “Os Açores e o curso francês na primeira metade do século XVI: A importância estratégica do arquipélago (1521-1537)”; “A importação e o comércio têxtil em Portugal no século XV (1385-1481)”; “Mare clausum, mare liberum: Dimensão doutrinal de um foco de tensões políticas”; “O essencial sobre o curso e a pirataria”; “Dois portugueses ao serviço de Borgonha no século XV”; “O essencial sobre Portugal e a origem da liberdade dos mares”; “Algumas despesas do município portuense no início do século XVI (1509-1510)”; “O Algarve e a importação têxtil no final da Idade Média: Algumas notas sobre o mercado e as rendas”; “A Madeira, o comércio e o curso francês na primeira metade do século XVI”; “O Curso francês e o comércio açoriano na primeira metade do século XVI”; “Panos estrangeiros na expansão portuguesa”; e “Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI”. Iniciou a sua carreira docente em 1983, como regente da cadeira de História Moderna, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo participado em vários congressos e colóquios nacionais e internacionais. Foi membro da Academia de Marinha e do Instituto de História de Além Mar. Munícipe de Cascais desde o regresso de Paris, participou ativamente na vida cultural local, proferindo conferências e integrando o júri do Prémio do Mar Rei D. Carlos I, desde a criação. A forte ligação a esta terra de eleição levou-a, mesmo, a legar em testamento ao município a sua biblioteca e arquivo, que já a distinguira com a Medalha de Mérito Cultural. Faleceu em Cascais, em 2006-02-23

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi doado à Câmara Municipal de Cascais pela família da Sra. Prof. Doutora Ana Maria Ferreira

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-04-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por apontamentos recolhidos para a produção da dissertação de doutoramento e outros estudos publicados

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line. As datas extremas registadas são aproximadas

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 54 cx.

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ARQUITETO SILVA JÚNIOR



Projeto do Casino Estoril, de Silva Júnior, 1918-06-26
[PT/CMC-AHMC/APSS/ASJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/ASJ

TÍTULO: Arquiteto Silva Júnior

DATAS: 1889 | 1937

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [12, 06 m. l. – 9 gv.]

SUPORTE: Papel, Tela, Vegetal e Cartão

NOME DO PRODUTOR: António Rodrigues da Silva Júnior

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: António Rodrigues da Silva Júnior nasceu em Paris em 1868-04-29. Tendo concluído o curso do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, em 1895-07-04, tomou posse como Condutor de Obras Públicas nos Serviços Fluviais e Marítimos, passando, depois, pela chefia da Secção de Obras da Alfândega de Lisboa. Em 1921 assumiu a direção técnica da Comissão Administrativa das Obras da Casa da Moeda, participando, depois, num vasto número de comissões, entre as quais se destacam as da instalação dos serviços fiscais de Lisboa; da demarcação de terrenos na Marinha Grande; do estudo das expropriações do Parque Gandarinha, em Cascais; ou da reconstrução da ala oriental da Praça do Comércio, em Lisboa. Foi-lhe ainda atribuída a responsabilidade do processo da depuração biológica dos esgotos nacionais. Figura proeminente nas áreas da engenharia e arquitetura portuguesa, recebeu em 1914 uma menção honrosa do Prémio Valmor de Arquitetura, pelos n.ºs 5 e 7 da Rua Pascoal de Melo, em Lisboa. Ao longo da sua carreira produziu mais de duas centenas de projetos, de raiz ou de readaptação, entre os quais se salientam os dos estabelecimentos termais do Estoril e Vidago, das fábricas de cerveja Portugália e Estrela, da Praça de Touros do Campo Pequeno e dos edifícios da Casa da Moeda, disponíveis para consulta no AHMC, à semelhança de várias casas particulares, quartéis da Guarda Fiscal e instalações alfandegárias. Foi, também, o responsável pela remodelação do antigo Casino Majestic, em Lisboa, que gizou em 1917 e veria concretizado dois anos depois, passando, então, a designar-se por Clube Monumental. Aí funciona atualmente a Casa do Alentejo. Fundador da Sociedade Teosófica Portuguesa, da qual foi presidente, e da Liga Portuguesa de Defesa dos Animais, ocupou, ainda, o lugar de secretário da Sociedade Protetora dos Animais de Lisboa. Foi membro da Academia das Ciências e pertenceu à primitiva Associação de Classe, depois Grémio Técnico Português, onde exerceu funções nas secções de Engenharia Geral, Arquitetura e Construção Civil e de Higiene. Apesar de se afirmar sobretudo na área dos projetos urbanísticos, manteve paralelamente o gosto

pelos estudos técnicos, sendo autor de obras como "Projeto de apropriação ao serviço alfandegário do novo terrapleno em frente da Alfândega" (1906); "Depuração biológica dos esgotos" (1907); "Martirólogo dos animais" (1916); "As termas de Vidago: Notícia sobre as instalações" (1916); "A Atlântida" (1937) e "Organização da Matéria" (1937). Morreu em Lisboa, em 1937-10-09

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: Esta coleção foi depositada pela Casa do Alentejo, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2010-04-05

ÂMBITO E CONTEÚDO: Alçados, cortes, plantas, detalhes e desenhos de edifícios das tipologias abaixo registadas

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 7 secções: Edifícios residenciais; Equipamentos de utilização pública; Edifícios de escolas e hospitais; Edifícios de comércio e indústria; Equipamentos turísticos, desportivos e de espetáculos; Edifícios de instituições associativas e Estudos

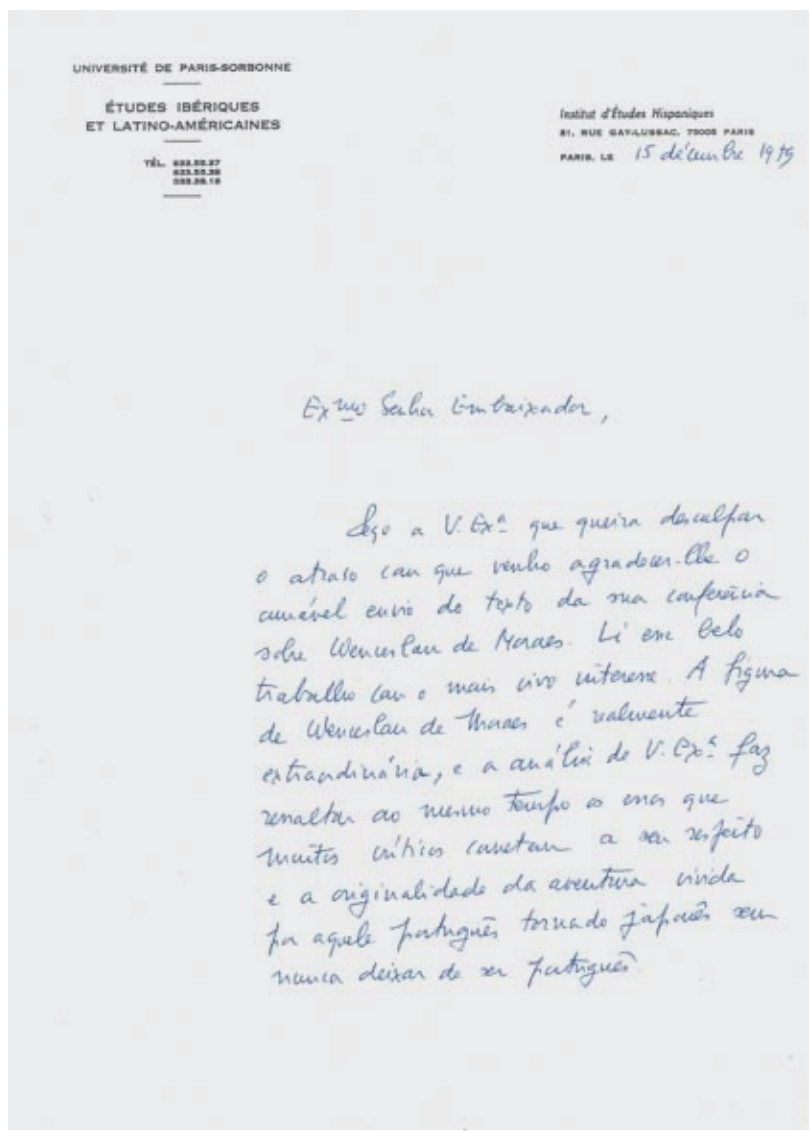
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 9 gv. de arquivador de grandes formatos

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

EMBAIXADOR ARMANDO MARTINS JANEIRA



Ofício dirigido pela Université de Paris - Sorbonne a Armando
Martins Janeira, 1979-12-15
[PT/CMC-AHMC/APSS/EAMJ]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/EAMJ

TÍTULO: Embaixador Armando Martins Janeira

DATAS: [1940 | 1990]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [9,02 m. l. – 82 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Embaixador Armando Martins Janeira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Virgílio Armando Martins, filho de Elvira Janeiro e de José Júlio Martins, nasceu em Felgueiras, Trás-os-Montes, em 1914-09-01, vindo a concluir a licenciatura em Direito na Universidade de Lisboa com 22 anos. Nos dois anos que se seguiram, lecionou no Colégio Campos Monteiro de Torre de Moncorvo, enquanto estagiava na Conservatória do Registo Predial da vila. O seu desejo de conhecer o mundo conduzi-lo-ia, em 1939, a optar pela vida diplomática. Iniciou a sua carreira como cônsul de 1943 a 1949, em Léopoldville, antigo Congo Belga; em Liverpool e em Sidney, sendo, depois, nomeado Embaixador de Portugal nas grandes capitais europeias e asiáticas, de 1952 a 1979. No Japão, Armando Martins Janeira exerceu funções diplomáticas em dois períodos: como Primeiro Secretário de Legação de Tóquio, de 1952 a 1955; e como Embaixador de Portugal em Tóquio, de 1964 a 1971. Aí recolheu uma experiência imensa sobre o Oriente. Participou em congressos de orientistas em Quioto, Oxford, Paris, Milão, Florença e Nice. Proferiu conferências nas universidades de Oxford, Cambridge, Londres, Viena, Tóquio, Quioto, Pequim, Nanquim, Nova Deli, Singapura, Vientiane, Catmandu, Coimbra, Évora e Lisboa. Publicou as suas primeiras obras sob o pseudónimo Mar Talegre. Em 1949 passou a assiná-los com o seu nome, Armando Martins, ao qual decide

acrescentar o nome de sua mãe, em 1955. Não obstante, o apelido Janeiro seria mais tarde alterado pelos japoneses para Janeira, forma que o autor decidiria adotar definitivamente. Além das mais de vinte obras que publicou, escreveu vários artigos para jornais e revistas. Aos 45 anos, Armando Martins Janeira casou com Ingrid Bloser, uma jovem alemã de Hanôver que se revelaria a sua mais apaixonada admiradora. Após a aposentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1980, abraçou a vida académica, lecionando História e Cultura das Civilizações Orientais na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde criou o Instituto de Estudos Orientais – atual Instituto Oriental – e a Associação de Amizade Portugal-Japão, mercê da profunda atração pelo Japão. No Estoril, onde vivera no tempo que mediava as suas transferências de um posto para outro, enquanto diplomata, fixou residência depois de aposentado, aí vindo a falecer em 1988-07-19. Produziu uma vasta obra literária comparativa das literaturas ocidental e oriental, ainda hoje referência para os estudiosos das civilizações orientais, elaborando, igualmente, um rigoroso estudo sobre Wenceslau de Moraes e escrevendo numerosas peças. Durante diversos anos manteve uma coluna regular no “Jornal do Comércio” e no “Diário de Notícias”, colaborando, também, com outros jornais e revistas nacionais e estrangeiros. Publicou, sob pseudónimo ou em versão do seu nome: Mar Talegre, “Três poetas europeus: Camões, Bocage, Pessoa” (Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1947); Mar Talegre, “Sentidos fundamentais do romance português” (Porto: Livraria Simões Lopes - Editora, 1948), Mar Talegre, “Esta dor de ser homem: Contos” (Porto: Tipografia Domingos de Oliveira, 1948. 2.^a ed., póstuma, com correções do autor: [s.l.]: Comissão de Festas de Felgueiras, no Centenário de Torre de Moncorvo, 2004); Armando Martins, “O teatro moderno” (Porto: Livraria Simões Lopes - Editora, 1952); Armando Martins Janeiro, “Nô: Teatro lírico japonês” (Tóquio: Livraria Maruzen: 1954, que inclui versão japonesa das peças); Armando Martins, “Portugal e o Japão: Subsídios para a história diplomática” (Lisboa:

Agência Geral do Ultramar, 1955); Armando Martins Janeiro, “Caminhos da terra florida: A gente, a paisagem, a arte japonesa” (Porto: Manuel Barreira - Editor, 1956); Armando Martins Janeiro, “O jardim do encanto perdido: Aventura maravilhosa de Wenceslau de Moraes no Japão” (Porto, Manuel Barreira - Editor, 1956. Foi traduzida para japonês em versão resumida: “Yoake no Shirabe” – “Em Busca da Madrugada” – a que se juntaram os estudos “Lafcadio Hearn e Wenceslau de Moraes: Dois intérpretes do Japão” e “Bases ocidentais e orientais para um humanismo universal”, com tradução de Minako Nonoyama: [s.l.]: Katsura Shobo, 1969); Armando Martins Janeiro, “Linda Inês: Tragédia” (Lisboa: Publicações Europa-América, 1957. Nova versão, 2005); Armando Martins Janeiro, “Peregrino” (Lisboa: Livraria Portugal, 1962. 2.^a ed., póstuma, com prefácio de Paula Mateus. [s.l.]: Pássaro de Fogo Editora, 2008); Armando Martins Janeiro, “Um intérprete português do Japão: Wenceslau de Moraes” (Macau: Imprensa Nacional - Instituto Luís de Camões, 1966. Traduzido para inglês: “A portuguese interpreter of Japan: Wenceslau de Moraes”, com tradução de Kazuo Okamoto: Tokushima: Ken Kyoiku Insatsu Co. Ltd., 1985); Armando Martins Janeiro, “A grande feira do mundo: Auto” (Lisboa: Edições Ática, 1967); Armando Martins Janeiro, “O teatro de Gil Vicente e o teatro clássico japonês” (Lisboa: Portugália Editora, 1967); Armando Martins Janeira, “The epic and the tragic sense of life in Japanese literature” (Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Inc., 1969); Armando Martins Janeira, “Japanese and western literature: A comparative study” (Tóquio: Charles E. Tuttle Company, Inc., 1970. Traduzido para japonês: “Nihonbungaku to Seiyôbungaku” Tóquio: Shueisha, 1974); Armando Martins Janeira, “O impacto português sobre a civilização japonesa (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970. 2.^a ed., póstuma, com revisão do autor e prefácio de Pedro Canavarro: Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. Tradução para japonês, por Takiko Matsuo: “Namban Bunka Noraiki”: [s.l.]: The Simul Press, Inc., 1971); “Wenceslau de Moraes: Antologias universais”, seleção de textos e introdução de Armando Martins

Janeira (Lisboa: Portugália Editora, 1971. 2.^a ed., póstuma, com prefácio de Daniel Pires: Lisboa: Vega, 1993); Armando Martins Janeira, "Figuras de silêncio: A tradição cultural portuguesa no Japão de hoje" (Prefácio de Shusaku Endo: Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981); Armando Martins Janeira, "Japão: A construção de um país moderno" (Lisboa: Editorial Inquérito, 1985); Armando Martins Janeira, "Linda Inês ou O grande desvairo" (Prefácio de Maria Leonor Machado de Sousa: Lisboa: Pássaro de Fogo Editora, 2005). No campo do Direito editou, enquanto Armando Martins, "Comentário ao Regulamento Consular Português do Notariado Consular: Capítulo VIII do Regulamento" (Lisboa: Procural Editora, 1946); "Correntes atuais do pensamento colonial" (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1948); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: I" (Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira, 1949); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: II" (Porto: Livraria Simões Lopes de Manuel Barreira, 1952); "Regulamento consular português: Atualizado e anotado: III" (Porto: Livraria Simões Lopes, 1954); "Direito consular internacional" (Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1961). Destacam-se, ainda, outros textos: Armando Martins Janeira, "O meu Camões" (Estudo apresentado numa conferência à comunidade portuguesa, em 1949-06-09, na Embaixada de Portugal em Londres); Armando Martins Janeiro, "O teatro vicentino e o teatro clássico japonês" (Separata de "Ocidente", Lisboa, vol. 71, 1966); Armando Martins, "O teatro de Gil Vicente e o teatro clássico japonês (Texto resumido, Separata do "Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa", 1966-07/09); Armando Martins Janeiro, "Lafcadio Hearn and Wenceslau de Moraes: Two interpreters of Japan" (Separata de "France-Asie/Asia", n.º 187, 1966-outono); Armando Martins, "The japanese classic theatre and the theatre of Gil Vicente" (s.l.: Comparative Literature Society of Japan, 1966); Armando Martins, "The japanese classic theatre and the theatre of Gil Vicente: Continuation", (s.l.: Comparative Literature Society of Japan, 1967); Armando Martins Janeiro, "Teatro clássico japonês e

teatro ocidental, particularmente o vicentino" ("Colóquio: Revista de Artes e Letras", Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 43, 1967-04); Armando Martins, "Wenceslau de Moraes redescoberto" ("Ocidente", Lisboa, vol. 77, n.º 375, 1969-07); Armando Martins, "Wenceslau de Moraes" (Separata de "Studia", Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 27-28, 1969-08/12); Armando Martins Janeira, "A obra portuguesa no Japão" (Separata de "Ocidente", Lisboa, vol. 78, 1970); Armando Martins Janeira, "O impacto português sobre a civilização japonesa" (Conferência proferida no Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa em 1970-03-12: Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, n.º 101, 1970); Armando Martins Janeira, "Universalism and Eastern and Western Great Literary Creations", ("Bulletin", Tóquio: The International House of Japan Inc., n.º 27, 1971-04); Armando Martins Janeira, "Camões na Literatura Mundial: Conferência proferida na Universidade Nacional de Tóquio em 1970" (Separata de "Garcia de Orta: Revista da Junta de Investigação do Ultramar", n.º especial comemorativo do IV centenário da publicação de "Os Lusíadas", Lisboa, 1972); Armando Martins Janeira, "Algumas considerações a propósito de Wenceslau de Moraes" ("Anais do Clube Militar Naval", Lisboa, tomos 4-6, vol. 102, 1972-04/06); Armando Martins Janeira, "A life of simplicity: Wenceslau de Moraes" ("PHP: a Forum for a Better World – Special theme: Talking it Over", Tóquio: PHP Institute Inc., n.º 21, 1972-06); Armando Martins, "A China a caminho do futuro" (Separata de "Studia", Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, n.º 36, 1973-07); Armando Martins Janeira, "L'Oriente ne «I Lusiadi»" (Separata dos fascículos 1-2 de "Rendiconti della Classe di Scienze Morali, Storiche e Filologiche", Roma: Accademia Nazionale dei Lincei, série VIII, vol. 31, 1976-1977); Armando Martins Janeira, "Zen nella poesia di Pessoa" (Separata da revista "Quaderni Portoghesi", Pisa: Giardini Editori e Stampatori, n.º 1, 1977-primavera); Armando Martins Janeira, "O Oriente n'«Os Lusíadas»" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris:

Fundação Calouste Gulbenkian, XIV, 1977; Armando Martins Janeira, "The first western contacts with the japanese civilization" ("Bulletin 88", Londres: The Japan Society of London, n.º 32, vol. 4, 1979-07; Armando Martins Janeira, "Um rebelde à civilização ocidental: Wenceslau de Moraes" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979); Armando Martins Janeira, "Modernisation des pays africains et asiatiques" (Separata de "Arquivos do Centro Cultural Português", Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982; Wenceslau de Moraes, "Oyoné and Koharu: Essays of a portuguese recluse lived in Japan" (Tradução de Kazuo Okamoto, prefácio de Armando Martins Janeira: [Japão]: Kyoiku Shuppan Center Ltd., 1982); Armando Martins Janeira, "O Oriente e o futuro de Portugal" (Catálogo da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, Lisboa: Montepio Geral, 1984-09); Armando Martins Janeira, "O encontro entre o Oriente e o Ocidente" ("Fórum", número especial publicado no âmbito da XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento, Conselho da Europa, 1984); Armando Martins Janeira, "Zen na poesia de Fernando Pessoa" ("Nova Renascença", Porto, 1986-07/12); Armando Martins Janeira, "How christianity, originally an eastern religion, became a source of western civilization" ("Journal of the Eastern Institute", [Japão], n.º 7, 1991); Armando Martins Janeira, "Islamic particular features of humanism" ("Journal of the Eastern Institute, [Japão], n.º 8, 1992)

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela família do Sr. Embaixador Armando Martins Janeira, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, nomeadamente ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessões da Câmara Municipal de Cascais, em 1993-05-06 e 2009-02-25

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, obra literária e científica, homenagens, anúncios de eventos, recortes de imprensa e apontamentos

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo por ora, constituído por 6 secções: Vida pessoal; Vida estudantil; Vida diplomática; Vida académica; Vida cultural; e Memórias de vida e obra.

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

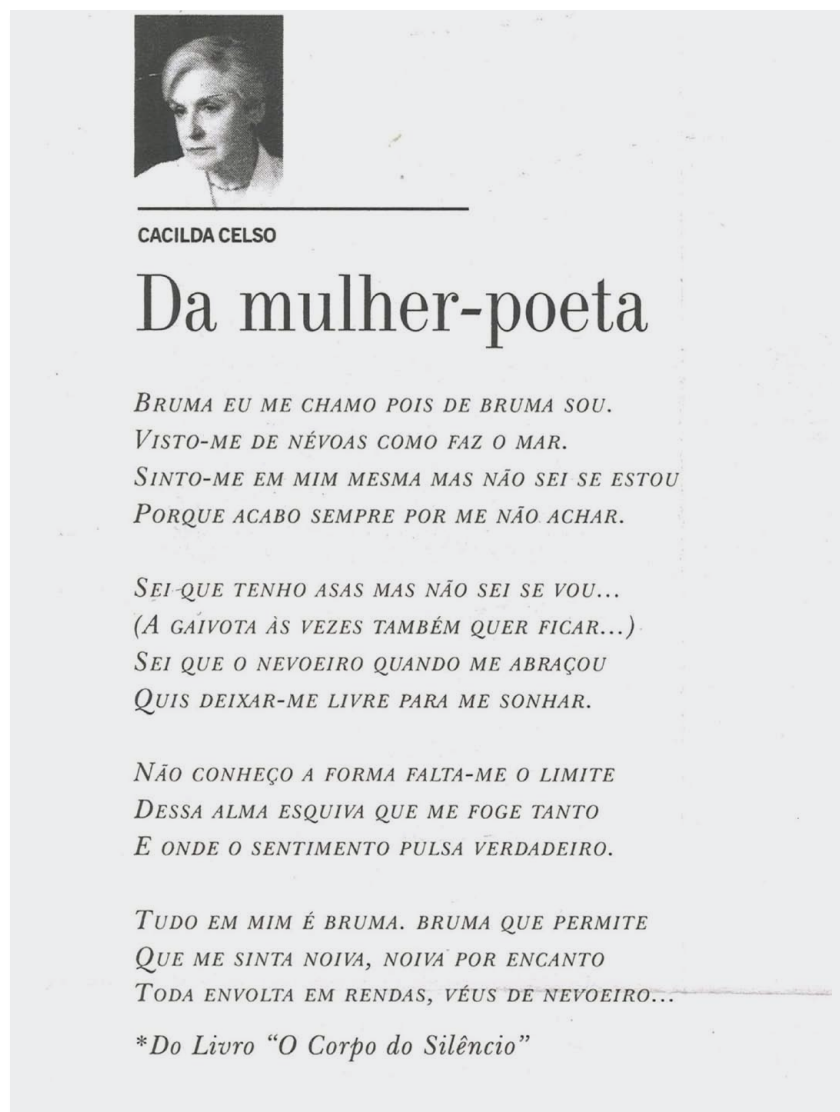
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 82 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

ESCRITORA CACILDA CELSO



Poema de Cacilda Celso editado n.º "O Primeiro de Janeiro", 2003-03-03
[PT/CMC-AHMC/APSS/PCC]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/ECC

TÍTULO: Escritora Cacilda Celso

DATAS: [1947 | 1997]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [3,60 m. l. – 22 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Cacilda Celso

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Cacilda Celso nasceu em Lisboa, em 1929. Escreveu poesia desde os oito anos, tendo feito a sua estreia literária aos 17 anos, na revista "Prometeu". Alicerçando conhecimentos e apurando sensibilidades, o seu primeiro livro, "Diário", pequena coletânea de poemas intimistas com mensagem poética, seria lançado em 1955. Seguir-se-ia, em 1958, "Intimidade", com aplauso da crítica. Membro da Sociedade Portuguesa de Escritores e da Associação Portuguesa de Poetas, com intensa colaboração literária em jornais e revistas, em 1970 publicou "Sede consentida", livro de poemas condensados, com pensamentos amadurecidos pela vida, não isentos de amargura. Formou-se em Literaturas Modernas, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em "O corpo do silêncio", de 1970, também cultivava o soneto, forma em que melhor expressou os sentimentos. Em 1991 classificou-se em terceiro lugar no I Prémio Internacional Florbela Espanca, em Paris, com o livro de sonetos "Post scriptum pessoal", ainda inédito. O seu soneto evocativo do I Centenário de S. João do Estoril foi gravado em monumento comemorativo da efeméride. Em 1993, a Câmara Municipal de Cascais publicou "Linha Marginal", em que descreve de forma apaixonada as paisagens

de Lisboa a Cascais, visto que durante anos viveu em S. João do Estoril. Viria a ser reeditado em 2002. No ano de 2005 publicou novo livro de sonetos: "O projeto homem". Participou, ainda, nos Jogos Florais da Associação Portuguesa de Poetas, que lhe valeram diversos prémios e menções honrosas. Em 2007 lançou no Centro Cultural de Cascais "Mar mítico", com poemas dedicados ao mar. Em 2008-02-28 foi homenageada pela Associação Portuguesa de Poetas na Livraria Verney, em Oeiras. Faleceu em 2010-11-17

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Sr. Dr. José Eduardo Celso Soares, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Doação aprovada em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-05-09

ÂMBITO E CONTEÚDO: Manuscritos e datiloscritos de obras da autora, recortes de imprensa e prémios

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, sendo, por ora, constituído por 3 secções: Documentos e objetos pessoais; Escritos da autora e sobre a obra e Escritos de outros autores; e por 4 séries: Manuscritos, datiloscritos e impressos (1948-2009); Obra publicada (1991-2010); Eventos (1997-1999) e Concursos literários – Poesia e Prosa (1961-2005)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Inventário on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 22 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

GENERAL JACINTO PARREIRA



Diploma de condecoração de Jacinto Parreira enquanto Oficial da Real Ordem Militar de S. Bento de Avis, 1895-07-01
[PT/CMC-AHMC/APSS/GJP]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/GJP

TÍTULO: General Jacinto Parreira

DATAS: 1865 | 1915

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,11 m. l. – 1 cx. e 1 gv.

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Jacinto da Cunha Parreira e Brito

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Jacinto da Cunha Parreira e Brito, filho de D. Mariana da Cunha Parreira e de José Maria Parreira e Brito, Tenente do Batalhão Móvel de Loulé, posteriormente Tenente de Milícias de Lagos, nasceu em 1843-02-05, em Lagoa (Vila Nova de Portimão), no distrito de Faro. No período de 1865 a 1871 frequentou o Curso Preparatório para ingresso na Arma de Engenharia, na Universidade de Coimbra, onde foi colega e grande amigo dos futuros políticos Augusto Maria Fuschini e Adriano Augusto da Silva Monteiro. A preparação aí obtida incluiria o grau de bacharel em Matemática, concluído em 1871-06-20, e a frequência das seguintes cadeiras avulsas: na Faculdade de Filosofia, 1.ª Cadeira – Química Inorgânica (1865/66), 3.ª Cadeira – Física, 1.ª Parte (1867/68), 2.ª Cadeira – Química Orgânica e 5.ª Cadeira – Física, 2.ª Parte (1869/70), 4.ª Cadeira – Botânica e 7.ª Cadeira – Mineralogia e Geologia (1870/71); e na Faculdade de Direito, Cadeira de Economia Política (1870/71). O bacharelato deveria ser obtido como aluno ordinário e as restantes cadeiras, como aluno voluntário. Este período de formação foi frequentado com grande brilhantismo tendo sido aprovado com «Nemine Discrepante», obtido dois partidos (nos 1.º e 2.º anos) três prémios (nos 3.º e 4.º anos e na cadeira de Química Inorgânica) e quatro distinções (nas cadeiras de Física, 1.ª e 2.ª Partes, Mineralogia e 1.º ano de Desenho). A formação académica foi

considerada equivalente ao 1.º Curso da Escola Politécnica, preparatório para Oficiais do Estado-Maior e de Engenharia Militar, assim como para engenheiros civis. Assentou praça, em 1871-09-11, no Regimento de Infantaria n.º 2 e foi graduado em Primeiro-sargento Aspirante-a-oficial, passando ao Batalhão de Caçadores n.º 5, durante a frequência da Escola do Exército. No final do Curso de Engenharia Militar da Escola do Exército, que concluiu em 1874, o seu rendimento escolar foi, de novo, reconhecido com a atribuição de um prémio honorífico. Foi promovido ao posto de Alferes, em 1875-01-12, sendo colocado na Direção-Geral de Engenharia, onde ascendeu aos postos de Tenente, em 1877-02-07; de Capitão, em 1877-07-27; e de Major, em 1888-11-21. Em 1875-03-12, tendo assumido o comando da 4.ª Companhia do Batalhão de Engenharia, foi destacado para um serviço eventual junto da Comissão das Fortificações de Lisboa, quando o General Marques Sá da Bandeira exercia as funções de Comandante da 1.ª Divisão Militar (Lisboa). Em 1878 integrou uma comissão nomeada para assistir às experiências de tiro a realizar em Bredelore e Meppen, para a apresentação de um relatório circunstanciado sobre as mesmas, tendo sido louvado, no ano seguinte, na Direção-geral de Engenharia pelos serviços especiais prestados no âmbito da apreciação e compra de armas do fabricante Krupp e pela forma como representou a engenharia portuguesa. Foi também responsável pela artilhamento da Fortaleza de Santa Maria de Belém, com peças daquele fabricante. Em 1880 acompanhou o Adido Militar da legação de França na sua visita a Torres Vedras e Alhandra e foi nomeado, pelo Ministério do Reino, para estudar, no estrangeiro, a desinfecção, pelo calor, de mercadorias e bagagens nos lazaretos e roupas dos hospitais. Já em 1882 integrou a Comissão encarregada de estudar e propor os meios práticos de eliminar as causas atribuídas às emanações deletérias da margem direita do Tejo e do caneiro de Alcântara, tendo sido louvado pelo zelo e inteligência com que desempenhou esse serviço. Oficial de grande prestígio na área da formação, foi nomeado, em 1879, vogal de júri para os exames especiais de habilitação do Curso de Artilharia da

Escola do Exército; em 1894 e 1904, vogal suplente do júri para os exames a que deviam ser submetidos os capitães da arma de engenharia candidatos ao posto de major e, em 1895, vogal efetivo do mesmo júri. Pela sua atividade no sector da higiene sanitária foi nomeado, em 1883, para propor a readaptação no Lazareto de Alcântara, por beneficiação pelo calor, tendo feito parte duma comissão encarregada de estudar as beneficiações das malas das correspondências procedentes de portos inspecionados, sob os auspícios do Ministério do Reino, e de uma outra comissão para escolher o local e elaborar o projeto de um novo hospital. No ano seguinte, em ofício do Ministério do Reino, datado de 1884-04-15, recolhem-se notícias de uma proposta sobre a conveniência de manter o Capitão Jacinto Parreira na direção dos trabalhos do Hospital de S. José. Ainda em 1884, foi convidado pelo Presidente da Comissão Sanitária de Lisboa a receber os convenientes esclarecimentos acerca da construção de uma estufa de desinfecção a gás, de modelo belga. No posto de Major, em 1888, foi convocado para o Ministério da Fazenda para integrar uma comissão encarregada de vários trabalhos de peritagem, no campo da engenharia civil, e nomeado para constituir parte de outra comissão encarregada dos trabalhos de instalação da manutenção por conta do Estado de depósitos e parques de forragens. Nesse mesmo ano, foi nomeado secretário e tesoureiro do Conselho de Administração das Obras de Manutenção do Estado e administrador de todas as obras de defesa de Lisboa e de seu porto, integrando uma comissão especial para definição do Plano Geral de Defesa terrestre do sector Sul – Campo Entrincheirado de Lisboa. Em 1890-01-10 deixou o quadro de Engenharia, para efetuar uma comissão, sob a tutela do Ministério da Fazenda. Exonerado destas funções, passou à disponibilidade, vindo a ser colocado no Estado-Maior de Engenharia, em 1893-02-18. Após a sua promoção ao posto de Tenente-Coronel, em 1893-06-30, neste órgão, desempenhou as funções de Chefe da 2.ª Repartição do Comando Geral de Engenharia. Em 1900-06-13 atingiu o posto de Coronel, e, em 1902, foi exonerado das funções de chefe da 2.ª Repartição da Direção-geral dos Serviços de Engenharia,

que exercia desde 1899-09-14, sendo nomeado, em 1900-06-30, Diretor da Manutenção Militar, cargo que ocupou até 1905-02-11. Entre 1905 e 1906 foi, então, Comandante da 1.^a Divisão Militar. Após um período de inatividade temporária, por doença, e por ter atingido o limite de idade, foi colocado no quadro de reserva, em 1907-02-07, no posto de General de Brigada, passando à situação de reforma, em 1913-02-22. Em 1908 foi nomeado árbitro, por parte do Governo Português, na «Questão dos Sanatórios da Madeira», tendo sido opositor ao Conde de Tattenbach, alemão, homem de extrema habilidade e argúcia diplomática. O protocolo foi assinado no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como engenheiro militar, é conhecida a sua participação em cinco levantamentos topográficos dos quais resultam onze referências no Gabinete de Estudos de Arqueologia Militar de Direção de Infraestruturas do Exército. Assim, integrado em equipas de engenheiros, produziu os seguintes trabalhos topográficos: em 1879-06-27/28, a Planta da Praça de Cascais e Cidadela de Nossa Senhora da Luz; em 1895-05-09, a Planta do Forte do Junqueiro e Terras da Esplanada (Parede-Cascais) e, em 1897-12-27, a Planta do Forte de S. João da Cadaveira, que contém o projeto de demarcação das suas esplanadas. É também coautor de uma coleção de cinco documentos topográficos denominada Fortificações da Costa de Cascais (1895). Além destes, conserva-se em arquivo um trabalho topográfico de sua exclusiva responsabilidade, produzido em 1881-06-20 e denominado Luneta do Cabeço do Mouro (Serra de Monsanto-Lisboa) e Quartel do Alto do Duque. Na sua atividade como engenheiro civil, fundou o Consultório de Engenharia Civil e Arquitetura, situado na Rua dos Capelistas, n.º 99 - 2.º, Lisboa, juntamente com outros engenheiros: João Cândido de Moraes, antigo par do reino pelo Partido Progressista, e Eugénio Severim de Azevedo, deputado regenerador. Fundado aquando da grande transformação de Lisboa por Rosa Araújo, foi este Consultório responsável pelas moradias existentes na Avenida da Liberdade e Avenidas Novas, bem como pelo antigo edifício do Ministério das Obras Públicas e, posteriormente da Direção-geral da Aeronáutica Civil, na Avenida da Liberdade. Ainda na

âmbito desta atividade, em 1882, foi-lhe concedida pelo Rei D. Luís, a concessão para a captação de águas, seu tratamento para águas potáveis e abastecimento a Portimão e arredores, juntamente com o Engenheiro Ângelo Sarrea Prado e Joaquim de Almeida Negrão que, para o efeito, constituíram a Empresa de Abastecimento de Águas Sárrea Prado e Comandita, numa propriedade que adquiriram para as obras necessárias a este empreendimento (o Barranco das Águas na Mexilhoeira Grande – Escritura publicada no “Diário do Governo” de 1899-06-13). Em 1877 foi aceite como sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, com o estudo “Aparelhos de Desinfecção pelo Calor”, tendo-lhe sido atribuído o n.º 190. Em 1903 foi sócio fundador e 1.º Vice-presidente do Automóvel Club de Portugal. Foi coautor do livro sobre “Desinfecção pelo Calor”, em parceria com o então Tenente de Engenharia António Carlos Coelho de Vasconcelos Porto – disponível na Biblioteca Nacional de Portugal e na Biblioteca do Exército – e diretor literário da edição única de um jornal comemorativo da inauguração da exploração da linha de caminho-de-ferro que ligou Lisboa a Faro, ocorrida em 1889-07-01 – preservado na Biblioteca Nacional de Portugal. Com residência na Rua do Ferragial de Baixo, n.º 3, 3.º esquerdo, em Lisboa, passou grandes temporadas em hotéis, junto de locais onde podia acompanhar de perto os trabalhos que realizava ou de que era incumbido. Sempre acreditou nos tratamentos das águas termais e, em 1894-01-31, juntamente com o Dr. Carlos Tavares, médico, professor da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa e discípulo de Sousa Martins, adjudicou, à Santa Casa da Misericórdia de Cascais o arrendamento dos Banhos da Poça, em S. João do Estoril, construindo o novo edifício dos Banhos da Poça. Nos últimos anos de vida devido a uma nefrite recorreu a este tipo de tratamento, quer em Portugal quer no estrangeiro. Foi agraciado com os graus de Grande Oficial (1908), Comendador (Decreto de 1901-01-01), Oficial (1895) e Cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz, Comendador da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo e Oficial da Ordem Militar de S. Tiago de Mérito Científico Literário e Artístico, Comendador Ordinário da Real Ordem de Isabel La Católica e Chevalier da

Ordem de Leopoldo II, Rei da Bélgica. Foi, também, condecorado com a Medalha Militar de Prata, da Classe de Comportamento Exemplar e louvado pelo seu desempenho como vogal da comissão encarregada de elaborar um projeto de organização da Padaria Militar. Faleceu, de pneumonia, no Palace Hotel do Buçaco, em 1913-08-25, pelo que ficou sepultado no cemitério do Luso, sob lápide com seu nome

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pela Sra. D. Maria José Borges Parreira Mendes, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2009-02-09

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo é constituído por 5 secções:

Documentos Pessoais (1856-1915); Vida Académica (1867-1874); Vida Profissional (1878-1913); Condecorações (1886-1908) e Património (1890-1912)

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Catálogo on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 cx. e em arquivador de grandes formatos

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

JOÃO CORDEIRO PEREIRA

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/JCP

TÍTULO: João Cordeiro Pereira

DATAS: [1980-1995]

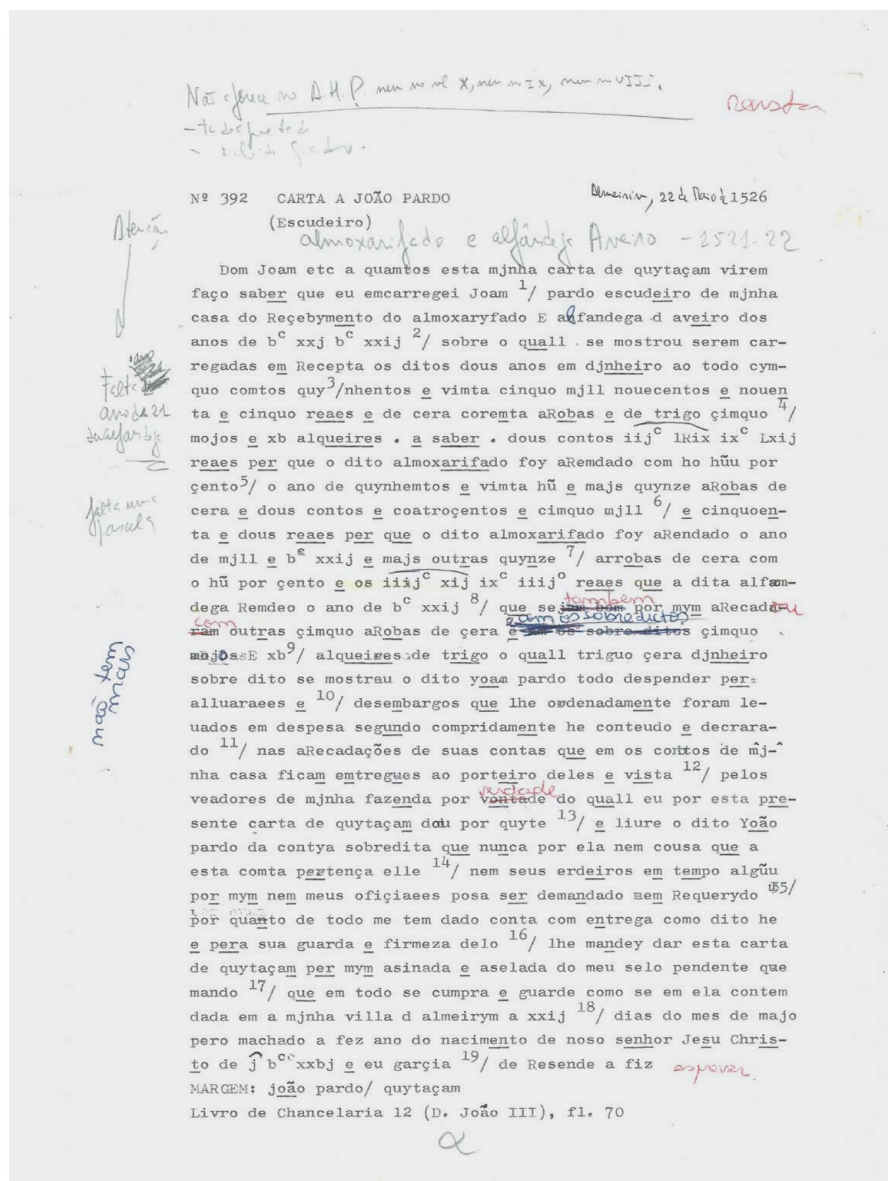
NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [5,06 m. l. – 46 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: João Manuel Cordeiro Pereira

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: João Manuel Cordeiro Pereira, filho de Luísa Maria Cordeiro e de António Agostinho Pereira, nasceu em 1944-08-21, no Entroncamento. Concluiu o Curso Geral dos Liceus no Liceu D. João de Castro com a média final de 19 valores, vindo a licenciar-se em Ciências Histórico-Filosóficas, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1971, com a média de 17 valores. Detentor da Carteira Profissional de Jornalista n.º 166, integrou o quadro redatorial do "Diário de Notícias" em 1868-08, abandonando-o depois de 1974-04-25, ao subscrever o designado "Documento dos 30" que conduziu ao afastamento de 24 jornalistas daquele matutino. No jornal "O Dia", de que foi cofundador, desempenhou as funções de Subchefe de Redação e Diretor adjunto. Exerceu a carreira docente no Ensino Superior, tendo sido assistente da Prof. Doutora Virgínia Rau na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1971 e 1974. Em 1979 foi admitido como Assistente Convidado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde lecionou a disciplina História de Portugal na Época Moderna da Licenciatura em História e foi, igualmente, docente do Mestrado de História Moderna. Na mesma Faculdade desempenhou, ainda, funções no Conselho Pedagógico, na Comissão Pedagógica do Departamento de História, no Centro de Estudos Históricos, na Comissão de Autoavaliação do Curso de História e na supervisão



Transcrição de carta de quitação, de 1526, por João Cordeiro Pereira
[PT/CMC-AHMC/APSS/JCP]

de estágios do Ramo Educacional em escolas secundárias da área de Lisboa. Foi, também, membro correspondente da Academia de Marinha e vogal do Conselho Consultivo do Instituto de Cultura e Estudos Sociais de Cascais. Filiou-se no Partido Social Democrata em 1974-06-05, com o n.º 11.03.08377. Com o processo de refiliação de 1996, tornou-se o militante n.º 5. Esteve ligado ao “Povo Livre” desde a sua fundação, tendo assumido diversas vezes a direção interina deste órgão oficial do partido (1983, 1984, 1986 e 1987). Foi, desde 1991, seu Diretor adjunto. Assessor de imprensa de Francisco Sá Carneiro no VI Governo Constitucional, foi Presidente da Comissão Executiva do Monumento a Francisco Sá Carneiro, erigido na Praça do mesmo nome, antiga Praça do Areeiro, em Lisboa. Na sua bibliografia constam vários títulos no âmbito da História Moderna de Portugal, entre as quais se destacam “Para a história das alfândegas em Portugal no início do Século XVI: Vila do Conde (Organização e Movimento)” e a sua participação através de “A estrutura social e o seu devir” na “Nova História de Portugal”, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Faleceu em Lisboa, no Hospital de Santa Marta, em 1999-04-11

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo integrava o Arquivo Ana Maria Ferreira, doado à Câmara Municipal de Cascais pela família da Sra. Prof. Doutora

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2006-04-26

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por apontamentos e transcrições, nomeadamente de cartas de quitação registadas nas chancelarias de D. João II a D. Filipe II, que copiou na íntegra, em forma manuscrita e datiloscrita

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 46 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

PINTOR EDUARDO LEITE



Esboço aguarelado que serviu de modelo para a realização dos painéis de azulejo do salão nobre dos Paços do Concelho de Cascais, 1940
[PT/CMC-AHMC/APSS/PEL]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/PEL

TÍTULO: Pintor Eduardo Leite

DATAS: [1940]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: 0,05 m. l. – 1 CD

SUPORTE: Digital

NOME DO PRODUTOR: Eduardo Leite

HISTÓRIA BIOGRÁFICA: Eduardo Leite, aguarelista e ceramista, foi o autor dos painéis de azulejos da sala de sessões dos Paços do Concelho de Cascais, assim como dos colocados, em 1929, na Capela das Almas, no Porto, a cargo da Fábrica de Cerâmica Viúva Lamego, em Lisboa, onde colaborava, à semelhança de outros artistas da época, como Alves de Sá ou Pereira Cão

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado digitalmente pelo Sr. Dr. Eduardo Leite da Silva, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC, ao abrigo do Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM)

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 2011-01-24

ÂMBITO E CONTEÚDO: Digitalizações de esboços aguarelados que serviram de modelo para a realização de painéis de azulejo no salão nobre dos Paços do Concelho de Cascais e de fotografia do artista

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: Numérico

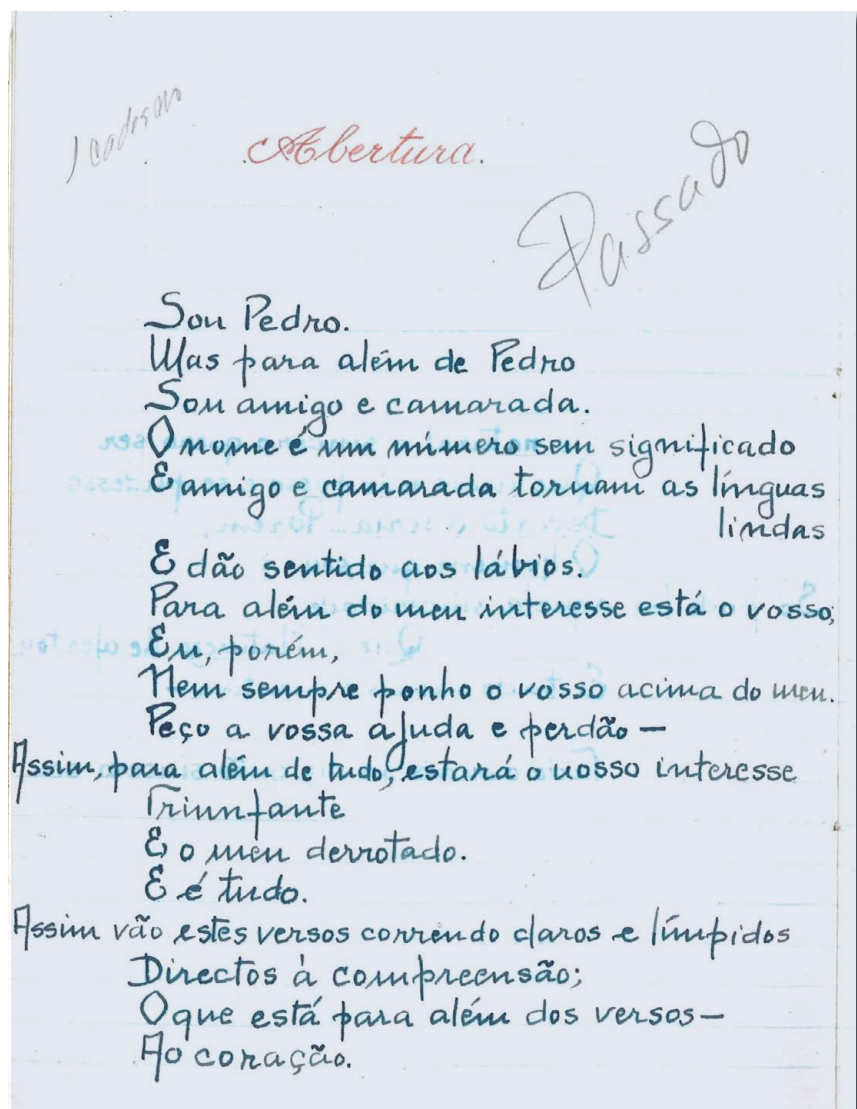
INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se acondicionado em 1 CD

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

PEDRO DE MELO E ALVIM



Poema de Pedro Melo e Alvim, c. 1960
[PT/CMC-AHMC/APSS/PMA]

CÓDIGO DE REFERÊNCIA: PT/CMC-AHMC/APSS/PMA

TÍTULO: Pedro de Melo e Alvim

DATAS: [1947-1997]

NÍVEL DE DESCRIÇÃO: Fundo

DIMENSÃO: [2,97 m. l. – 27 cx.]

SUPORTE: Papel

NOME DO PRODUTOR: Pedro Manuel Portela de Melo e Alvim

HISTÓRIA ADMINISTRATIVA: Pedro Manuel Portela de Melo e Alvim nasceu no Porto, em 1935-01-18. Destacou-se enquanto jornalista e poeta, ainda que também tenha exercido funções enquanto professor, tradutor e editor. Licenciado em Filosofia, entre as obras que publicou destacam-se, na poesia, "Sábado"; na ficção, "Caçador do nada"; e no romance, "Santíssima Trindade". Como jornalista afirmou-se sobretudo ao nível da crónica, ao serviço dos periódicos "Primeiro de Janeiro", "Capital" e "Diário de Lisboa". Morreu em Sintra, em 1997-11-11

HISTÓRIA CUSTODIAL E ARQUIVÍSTICA: O fundo foi depositado pelo Dr. Manuel Alexandre Portela de Melo e Alvim, na sequência de contrato estabelecido com a Câmara Municipal de Cascais, através do AHMC

FONTE IMEDIATA DE AQUISIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA: Depósito aprovado em sessão da Câmara Municipal de Cascais, em 1998-02-11

ÂMBITO E CONTEÚDO: A documentação é composta por correspondência, textos assinados pelo próprio, por outros e não assinados, apontamentos, trabalhos e testes, documentos ligados à docência, cartazes e livros editados

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO: O fundo encontra-se em tratamento, não dispondo de quadro de classificação definitivo

CONDIÇÕES DE ACESSO: Restrições: Cf. Decreto-Lei 16/93 de 23 de janeiro, Art.º 17.º, n.ºs 2 e 3. *Diário da República*, I Série A. 19 (1993-01-23) 264-270. Regime geral de arquivos e do património arquivístico

INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO: Guia on-line

NOTA DO ARQUIVISTA: O fundo encontra-se, por ora, acondicionado em 27 cx. As datas extremas registadas são aproximadas

REGRAS OU CONVENÇÕES: DIREÇÃO GERAL DE ARQUIVOS; PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO - *Orientações para a descrição arquivística*. 2.º v. Lisboa: DGARQ, 2007. ISBN 978-972-8107-91-8

DATA DA DESCRIÇÃO: 2011-12-23

SIGLAS E ABREVIATURAS

AHMC	Arquivo Histórico Municipal de Cascais
c.	cerca
CD	Compact Disc
cx.	caixa
d.	desde
ds.	dossiê
d.s.	documento simples
env.	envelope
p.	página
gv.	gaveta
lv.	livro
m. l.	metros lineares
pt.	pasta
s. d.	Sem indicação de data
s. l.	Sem indicação de local

GLOSSÁRIO

Cf. NP 4041. 2005, Informação e Documentação – *Terminologia arquivística : conceitos básicos*. Lisboa : IPQ.

Acervo documental	A totalidade dos documentos sob custódia de um serviço de arquivo ou outra entidade
Acessibilidade	Disponibilidade dos documentos para consulta, em consequência da sua comunicabilidade e do necessário tratamento arquivístico (descrição arquivística, estado de conservação, etc.)
Acondicionamento	Colocação dos documentos em unidades de instalação adequadas à sua preservação e conservação física
Aquisição	Obtenção da propriedade e/ou da custódia de documentos ou arquivos por um serviço de arquivo, nomeadamente a título de compra, doação, depósito, depósito legal, doação, incorporação, ingresso, legado, permuta ou reintegração legal
Arquivagem	Acondicionamento e/ou instalação dos documentos de acordo com uma organização previamente estabelecida
Arquivista	Profissional diplomado em Arquivística
Arquivística	Disciplina que tem por objeto os arquivos, os princípios e métodos da sua constituição, conservação e comunicação
Arquivo	Conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação. É a mais ampla unidade arquivística. A cada proveniência corresponde um arquivo
Arquivo histórico ou definitivo	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura
Arquivo intermédio	Arquivo constituído por documentos correspondentes a procedimentos administrativos ou judiciais já concluídos, mas ainda suscetíveis de reabertura

Autenticidade	Qualidade de que se reveste um documento produzido de acordo com as disposições regulamentares quanto à iniciativa da sua criação e à elaboração, forma e validação, de modo a poder fazer fé pública e ter eficácia jurídica. A autenticidade de um documento não implica a veracidade do seu conteúdo
Avaliação	Determinação do valor arquivístico de documentos ou arquivos, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação
Catálogo	Instrumento de descrição arquivística que identifica e referencia até níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões (inclusivamente o do documento simples), unidades arquivísticas, provenientes de um ou mais arquivos, ou coleções factícias
Ciclo vital dos documentos	Sucessão de fases – corrente, intermédia e definitiva – por que passam os documentos de arquivo, desde a sua produção até estar ultimado o procedimento que lhes deu origem
Classificação	Operação que consiste na elaboração e/ou aplicação de um plano ou de um quadro de classificação a unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias
Coleção	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos do mesmo arquivo, organizada para efeitos de referência (ex.: copiadores de correspondência expedida), para servir de modelo à produção de documentos com a mesma finalidade (ex.: coleções de formulários), ou de acordo com critérios de arquivagem (ex.: coleções de documentos de despesa). Opõe-se a processo
Coleção factícia	Conjunto de documentos de arquivo reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, nomeadamente o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou outro qualquer critério dos colecionadores. Opõe-se a arquivo
Compra	Aquisição de documentos de arquivo a título oneroso
Comunicabilidade	Possibilidade de consulta de documentos de arquivo, de acordo com as disposições legais e/ou regulamentares. Podem ser definidos níveis de acesso para diferentes tipos de utilizadores
Comunicação	Função primordial do serviço de arquivo que visa facultar dados, informações, referências e documentos, difundir o conhecimento do seu acervo documental e promover a sua utilização

Conservação	Função primordial do serviço de arquivo que tem por objetivo assegurar a manutenção das características essenciais dos arquivos/documentos, de modo a garantir a sua eficácia através do tempo. Exerce-se mediante recurso à avaliação, recolha, custódia, preservação, conservação física, restauro e tratamento arquivístico
Conservação permanente	Custódia por tempo ilimitado dos documentos de arquivo
Consulta	Utilização dos documentos para efeitos de prova e/ou informação
Cópia	Documento resultante da reprodução, simultânea ou não, total ou parcial, de um original, obtida direta ou indiretamente e, em regra, definida pela sua função (cópia de arquivo, cópia de complemento, cópia de consulta, cópia de referência, cópia de segurança, cópia de substituição, etc.), pelo processo de obtenção (cópia manuscrita, fotocópia, microcópia, etc.) ou pela autenticidade (cópia autêntica por oposição a facsímile, por exemplo). A cópia de arquivo tem valor de original, mas o seu texto pode estar abreviado nomeadamente no que respeita ao formulário. Por exemplo: "D. João, etc." por "D. João, Rei de Portugal e dos Algarves, Senhor de Ceuta".
Cota	Código numérico, alfabético ou alfanumérico que identifica a localização das unidades de instalação. Também designada referência de localização
Custódia	Função primordial do serviço de arquivo que consiste na guarda física de documentos e/ou arquivos, com a consequente responsabilidade jurídica, sem necessariamente implicar a sua propriedade. A interrupção da custódia pode pôr em causa a autenticidade e integridade dos documentos e, logo, o seu valor probatório
Data	Elemento de identificação que especifica o local (data tópica) e o dia, mês e ano (data crónica) em que ocorreu ou deverá ocorrer um facto ou foi elaborado o documento que o regista. A data crónica refere-se sempre a um determinado calendário. A data de um documento de arquivo pode não coincidir com a do seu teor
Depósito	Aquisição/alienação de documentos de arquivo a título precário. A documentação depositada fica sob custódia de outra entidade, mas não muda de proprietário e poderá estar sujeita a um regime próprio de conservação e/ou comunicação, previamente acordado
Depósito de arquivo	Edifício, ou parte de um edifício, adequado à preservação dos documentos de arquivo

Descrição documental/ arquivística	Operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente os atinentes à sua génese e estrutura, assim como, sempre que for o caso, à produção documental que as tenha utilizado como fonte. A descrição arquivística tem como objetivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos
Difusão	Função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respetivo acervo documental
Doação	Aquisição/alienação da custódia de documentos de arquivo, a título gratuito, por vezes acompanhada de certas obrigações. A entidade beneficiária de documentos e/ou arquivos privados tem a faculdade de os recusar
Documento composto	Unidade arquivística constituída por conjunto(s) de documentos simples. Embora mais frequentemente aplicado às unidades que correspondem à totalidade ou a parte de um mesmo procedimento, trâmite ou processamento administrativo ou judicial – coleções, dossiês, ficheiros, processos, registos, abrange também os conjuntos mais amplos em que estas se articulam
Documento de arquivo	Documento produzido a fim de provar e/ou informar um procedimento administrativo ou judicial. É a mais pequena unidade arquivística, indivisível do ponto de vista funcional. Pode ser constituído por um ou mais documentos simples
Documento iconográfico	Documento cuja informação é veiculada através de imagens (a duas ou a três dimensões), como desenho, fotografia, gravura, maquete, etc.
Documento simples	Documento de arquivo, autónomo quanto ao processamento da sua produção (autor, código de comunicação, data, destinatário, etc.) mas não necessariamente quanto à informação veiculada ou ao suporte. O documento simples é suscetível de descrição individualizada, mas pode não corresponder à totalidade de um procedimento ou trâmite
Dossiê	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos coligidos com o fim de informar uma decisão pontual
Espólio	Conjunto de documentos de diversa natureza (de arquivo, bibliográficos, museológicos, papéis pessoais) que pertenceram a uma pessoa singular ou coletiva

Fundo	O mesmo que arquivo. Mais utilizado no âmbito dos arquivos definitivos
Grupo de arquivos	Conjunto de arquivos provenientes de entidades do mesmo tipo, isto é, com projetos (atribuições) afins e organização idêntica. Por exemplo: arquivos de comissões parlamentares, de embaixadas, de governos civis, de misericórdias, de notários, de paróquias, de tribunais
Guia	Instrumento de descrição arquivística elaborado para efeitos de comunicação que abrange, numa perspectiva exaustiva ou seletiva, um ou mais acervos documentais. Poderá incluir informação de carácter geral, normalmente sumária, sobre a(s) entidade(s) de custódia e menção de outras fontes de informação sobre os conjuntos documentais a que se refere. Nos guias exaustivos a descrição situa-se, por via de regra, ao nível dos conjuntos documentais mais vastos: arquivos ou coleções factícias
Índice	Instrumento de descrição arquivística, elaborado para fins de comunicação. Visando, sobretudo, a recuperação da informação, é constituído por descritores sequencial ou sistematicamente ordenados e pelas referências e/ou cotas das unidades arquivísticas que contêm a informação indexada. Frequentemente, é um auxiliar de outro instrumento de descrição arquivística, podendo revestir a forma de livro ou de ficheiro
Instrumento de descrição documental/arquivística	Documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou coleções factícias. Os principais instrumentos de descrição são: roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices
Inventário	Instrumento de descrição arquivística que, para efeitos de controlo e comunicação, representa um arquivo: o contexto da sua produção, o(s) plano(s) de classificação (ou, na sua ausência, o quadro que presidiu/presidiram à sua organização, os conjuntos documentais que o constituem, respetiva articulação e unidades de instalação que ocupam. No inventário, que deve ser complementado por índices, a descrição não desce a níveis inferiores ao da série e respetivas subdivisões
Ordem original	Organização conferida aos documentos de arquivo pela entidade produtora
Ordenação	Operação que consiste em estabelecer/aplicar um critério de disposição metódica (alfabética, cronológica, hierárquica, numérica, etc.), para efeitos de instalação, arquivagem e descrição arquivística. As ordenações sequenciais cronológicas e/ou numéricas deverão ser inversas no caso de coleções e processos em aberto e diretas em todos os outros casos

Organização	Conjunto de operações de classificação e ordenação de um acervo documental ou parte dele. É aplicável a qualquer unidade arquivística, mas a organização dos arquivos intermédios e definitivos tem de atender aos princípios da proveniência e do respeito pela ordem original
Original	Documento onde é consignada pela primeira vez, sob a forma definitiva, a vontade expressa do seu autor, conservado no suporte e formato em que foi emitido e com os devidos sinais de validação. Podem considerar-se também documentos originais os autógrafos, os heterógrafos, os hológrafos e os originais múltiplos
Património arquivístico	Parcela do património constituída pelo conjunto dos arquivos com interesse cultural relevante para a memória, identidade e conhecimento de um País. A conservação deste património está sujeita a disposições legais próprias
Peça	Documento simples ou composto que integra um processo ou, por extensão, uma coleção ou um dossiê
Plano de classificação	Sistema de classes pré-definidas, concebido para a organização de um arquivo corrente. Em princípio, a elaboração de um plano de classificação deve atender às áreas em que se desenvolve a atuação da entidade produtora desse arquivo, às normas e práticas do seu funcionamento e às tipologias documentais concebidas para materializar essa atuação. O plano fixa os descritores e remissivos de cada classe ou subclasse
Preservação física	Aplicação de medidas e procedimentos tendentes a prevenir a degradação física dos documentos e a garantir a sua segurança contra acidentes e intrusões
Processo	Unidade arquivística constituída pelo conjunto dos documentos referentes a qualquer ação administrativa ou judicial, sujeita a tramitação própria. Pode ser parte de um macroprocesso, no caso de procedimentos administrativos ou judiciais complexos, e/ou articular-se em subprocessos, correspondentes a fases com circuitos de decisão e/ou tipologias documentais próprias
Quadro de classificação	Esquema de organização de um acervo documental ou de um arquivo intermédio ou definitivo, observando os princípios da proveniência e do respeito pela ordem original, para efeitos de descrição arquivística e/ou instalação
Registo	Documento de arquivo elaborado para efeitos de prova de atos, factos ou acontecimentos. Por exemplo: registo civil, registo de correspondência, registo do notariado, registo paroquial, etc.

Regulamento de arquivo	Documento de arquivo que regista o conjunto de regras que definem a organização e funcionamento de um serviço de arquivo, nomeadamente no que concerne à implantação das suas subunidades e às funções de conservação e comunicação
Secção	Ver Subfundo
Seleção	Operação decorrente da avaliação e que consiste em separar os documentos de arquivo de conservação permanente daqueles que poderão ser objeto de eliminação
Série	Unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originariamente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com um sistema de recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou atividade, dentro de uma mesma área de atuação. Pode contemplar vários níveis de subdivisão
Serviço de arquivo histórico ou definitivo	Instituição ou serviço responsável pela custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo de consulta rara pela administração produtora. Deve constituir o destino final de todos os documentos considerados com valor arquivístico
Subfundo	Unidade arquivística constituída pela primeira subdivisão de um arquivo, determinada pela sua ordem original ou, na sua ausência, por critérios orgânico-funcionais
Subsérie	Primeira subdivisão de uma série, determinada pela sua ordem original ou por exigências de preservação
Tipologia documental	Categoria em que se insere um documento de arquivo de acordo com a sua forma e as funções a que se destina. Aplica-se a documentos simples e compostos, tal como a documentos primeiros, segundos ou terceiros. Por exemplo: ata, índice onomástico, processo de aquisição de serviços por ajuste direto, recenseamento populacional. Algumas tipologias são específicas de determinados autores e/ou épocas
Tradição documental	Sucessão de estádios de transmissão de um documento que correspondem às diversas fases da sua produção (rascunho, minuta, original, cópia) determinando a sua forma, originalidade e autenticidade

Tratamento arquivístico	Conjunto dos procedimentos técnicos que têm por objetivo a identificação, organização e descrição arquivística dos documentos de arquivo e dos dados e informações por estes veiculados
Unidade arquivística	Documento de arquivo (primeiro, segundo ou terceiro, simples ou composto) e/ou cada um dos conjuntos em que se articula, consoante a organização que originalmente lhe(s) foi atribuída pela entidade produtora: processo, coleção, dossier, série, arquivo e respetivas subdivisões
Unidade de instalação	Unidade básica de acondicionamento e cotação das unidades arquivísticas. São unidades de instalação caixas, dossiers, livros, maços, pastas, rolos, etc.
Valor administrativo	Valor decorrente da função testemunhal (probatória e/ou informativa) dos documentos de arquivo relativamente à gestão de um determinado procedimento, trâmite ou processamento administrativo ou judicial. A duração do valor administrativo justifica a conservação desses documentos, por períodos mais ou menos longos, junto da administração produtora
Valor arquivístico	Valor atribuído a um documento de arquivo ou outra unidade arquivística, para efeitos de conservação permanente num serviço de arquivo. Resulta do seu valor probatório e/ou da relevância do seu valor informativo
Valor histórico	Ver Valor arquivístico
Valor informativo	Valor decorrente da informação veiculada por um documento de arquivo ou outra unidade arquivística para a administração produtora, assim como para outros utilizadores. São especialmente relevantes os que, independentemente do fim para que foram elaborados, testemunham a constituição e funcionamento dessa administração e/ou fornecem dados ou informações sobre pessoas, organizações, locais ou assuntos. Também chamado valor secundário
Valor legal	Valor decorrente da relevância de um documento de arquivo, para comprovar, perante a lei, um facto ou constituir um direito. Este valor resulta da sua autenticidade, integridade e validade, assim como da não interrupção da sua custódia

REGULAMENTO

O Regulamento dos Serviços de Arquivo da Câmara Municipal de Cascais foi aprovado pela Câmara Municipal, em 3 de dezembro de 2007 e pela Assembleia Municipal, em 17 de dezembro de 2007

Apresentam-se, em seguida, as principais disposições
do Regulamento dos Serviços de Arquivo da Câmara
Municipal de Cascais relativas ao Arquivo Histórico Municipal de Cascais

PREÂMBULO

A Câmara Municipal de Cascais detém um importante espólio documental, de valor ímpar para a preservação da memória do concelho de Cascais, que compreende não só a documentação considerada de conservação definitiva, mas também a de arquivo intermédio e a de uso corrente pelos serviços.

O conceito de arquivo é, pois, abrangente, aplicando-se aos espaços onde são recebidos, conservados, organizados e comunicados os documentos de arquivo; à instituição ou serviços responsáveis por estas atividades; ou, ainda, ao conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos pela Câmara Municipal de Cascais no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação.

Urge, assim, que os serviços de arquivo promovam uma gestão integrada de toda a documentação municipal, desde a produção ou receção até à eventual eliminação ou definição da conservação definitiva. Neste contexto, as noções de arquivo corrente, intermédio e histórico devem concorrer para um mesmo objetivo, assumindo-se como instrumentos privilegiados da gestão autárquica.

Torna-se imperioso proceder à implementação de um sistema composto por um Arquivo Corrente, encarregado da conservação e comunicação de documentos correspondentes a processos ainda não concluídos, de consulta frequente pela administração produtora no exercício das suas atividades de gestão; por um Arquivo Intermédio, que administre documentação na forma de processos já concluídos, mas ainda suscetíveis de serem reabertos e por isso de consulta esporádica pelos serviços; e ainda por um Arquivo Histórico, responsável pela conservação permanente e comunicação de documentos previamente selecionados em função do seu valor arquivístico que correspondem a processos concluídos, já não consultados pela administração no exercício da sua gestão, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º ÂMBITO DE APLICAÇÃO E OBJETO

1 - Os serviços de arquivo da Câmara Municipal de Cascais são constituídos por um conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma ou suporte material, produzidos ou recebidos pelos serviços da Câmara Municipal e órgãos municipais no decorrer das suas funções ou atividades públicas, conservados para servirem como elementos de gestão e prova, podendo *a posteriori* serem utilizados como elementos de estudo de carácter científico.

ARTIGO 3.º COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS

1 - O sistema municipal de gestão de arquivos é composto pelo Arquivo Corrente Central, pelo Arquivo Intermédio, pelo Arquivo Histórico e pelos Arquivos das unidades orgânicas com competência nesta matéria.

2 - São funções dos serviços de arquivo assegurar a gestão da documentação à sua guarda, desde o momento da produção ou receção, e colaborar com os serviços de arquivo competentes na incorporação, avaliação, seleção, eliminação, comunicação e difusão da mesma, assegurando a sua preservação e tratamento documental.

ARTIGO 7.º COMPETÊNCIAS DO ARQUIVO HISTÓRICO

1 - O Arquivo Histórico tem como atribuições reunir, conservar, tratar arquivisticamente, acessibilizar e difundir a documentação com valor histórico, quer de núcleos públicos, quer de núcleos privados, com interesse para o concelho, nomeadamente por incorporação, compra, depósito ou doação, qualquer que seja a sua natureza ou suporte material.

2 - No que diz respeito à documentação municipal de arquivo, compete ao Arquivo Histórico a coordenação de todos materiais correspondentes a processos concluídos, depois de prescritas as respetivas condições de reabertura, já não consultados pelos serviços e selecionados em função do seu valor arquivístico, nomeadamente:

- A)** Zelar pelo cumprimento das normas de circulação da documentação de Arquivo Histórico;
- B)** Participar no grupo de trabalho para avaliação de documentação municipal, previsto no n.º 5 do artigo 10.º do Regulamento;
- C)** Emitir parecer sobre todas as questões relacionadas com a política de gestão documental do município;
- D)** Participar em comissões interserviços, com o objetivo de otimizar a gestão e o acesso à informação e prestar apoio técnico, quando solicitado pelos serviços;
- E)** Colaborar em ações de formação que visem a adoção de métodos e técnicas destinados a melhorar a gestão de informação;
- F)** Coordenar as transferências de documentos do Arquivo Intermédio, propostas anualmente pelo Arquivo Intermédio, de acordo com as possibilidades de calendário de ambos os serviços e disponibilidade de espaço;
- G)** Zelar pela manutenção do plano de classificação em vigor, enriquecendo-o aquando do tratamento documental, de forma a satisfazer as necessidades de consulta resultantes da sua seleção enquanto documento de considerável valor informacional;
- H)** Conservar, tratar arquivisticamente e comunicar a documentação à sua guarda;
- I)** Publicar os instrumentos de descrição documental;

- J)** Definir e aplicar planos de conservação físico-ambiental da documentação e espaços que administra;
- K)** Promover a recolha de documentação original considerada de interesse para a história municipal, nacional ou internacional, por compra, depósito, doação, incorporação, legado ou reintegração, de acordo com a legislação em vigor;
- L)** Proceder à recolha de reproduções de fundos documentais ou documentos isolados de interesse municipal conservados em arquivos e bibliotecas nacionais ou estrangeiros, de cariz público ou privado;
- M)** Coordenar o Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal (PRADIM), destinado a identificar, inventariar, organizar, preservar e disponibilizar todo o tipo de documentação com interesse para a história do concelho, física ou digitalmente, que esteja ou não em situação de risco;
- N)** Propor e promover a divulgação e publicação de documentos inéditos ou trabalhos de investigação, designadamente no que refere à história do município ou de figuras e temáticas que se relacionem com a documentação conservada;
- O)** Contribuir para a elaboração do boletim cultural do município;
- P)** Participar ou promover a realização de atividades culturais, nomeadamente exposições e conferências, em que o material do Arquivo Histórico ou a história local sejam mote ou parte essencial;
- Q)** Participar na elaboração e acompanhamento de projetos que visem a construção do edifício para a reinstalação do Arquivo Histórico Municipal;
- R)** Desenvolver a permuta cultural com outras instituições similares.

CAPÍTULO IV

COMUNICAÇÃO E DIFUSÃO

ARTIGO 16.º ACESSIBILIDADE, COMUNICABILIDADE E REPRODUÇÕES

1 - Compete aos serviços de arquivo promover a comunicação das espécies documentais à sua guarda, nomeadamente através de consulta presencial em espaços próprios e conforme horário estabelecido pela autarquia e regras previstas neste Regulamento.

2 - Para além da consulta, os serviços de arquivo podem auxiliar e orientar os utilizadores nas suas pesquisas. Neste contexto, o Arquivo Histórico deve assumir-se também enquanto Centro de História Local, disponibilizando, sempre que possível, bases de dados e estudos sobre a documentação conservada.

3 - A disponibilidade dos documentos para consulta depende da sua comunicabilidade, segundo a legislação e regulamentos em vigor, tratamento arquivístico e estado de conservação.

4 - Toda e qualquer consulta interna a realizar-se fora dos serviços de arquivo será efetuada após o preenchimento da requisição de documentos.

5 - O acesso a documentos administrativos fundamenta-se no direito de informação aos particulares e exerce-se através da consulta gratuita, reprodução por fotocópia ou por qualquer outro meio técnico e passagem de certidão pelos serviços da Administração, conforme resulta da Lei n.º 65/93 de 26 de Agosto.

6 - Para o acesso aos documentos administrativos em arquivo por utilizadores internos e externos à Câmara é obrigatório o preenchimento da ficha de consulta.

7 - A administração deverá responder ao pedido formulado, nos termos e dentro dos prazos previstos na Lei mencionada, atendendo também aos critérios de confidencialidade e de informação.

8 - Por questões de preservação dos documentos, no caso do Arquivo Histórico, a consulta só será facultada a todos os nacionais e estrangeiros maiores de dezoito anos.

9 - A reprodução de documentos e a emissão de certidões estão sujeitas ao pagamento das respetivas taxas, de acordo com a Tabela de Taxas e Licenças da Câmara Municipal de Cascais para o ano em vigor.

10 - O pedido de reprodução de documentos do Arquivo Histórico será considerado caso a caso, atendendo às condições de conservação dos mesmos. As reproduções estão sujeitas a apresentação prévia de orçamento ao requisitante e aceitação por parte do mesmo.

11 - As reproduções para fins de publicação só podem ser efetuadas com a autorização do responsável autárquico de quem depende hierarquicamente o serviço de arquivo.

ARTIGO 17.º OBRIGAÇÕES DO UTILIZADOR

1 - Cada utilizador deve preencher uma ficha de consulta.

2 - O acesso aos Reservados do Arquivo Histórico, que deverá decorrer em sala própria, independente da de Leitura Geral, compreende a consulta de espécies raras, antigas ou em risco de deterioração, pelo que está sujeito a autorização pelo responsável do Arquivo Histórico.

3 - Cada utilizador pode apenas consultar um espécime documental de cada vez, salvo situações excecionais previamente autorizadas pelos responsáveis dos serviços de arquivo.

4 - Não são permitidos nas salas de leitura malas, sacos, pastas ou outros volumes.

5 - Não é permitido na sala de leitura qualquer instrumento passível de ser utilizado para reprodução de documentos.

6 - Não é permitido escrever sobre os documentos ou praticar qualquer acto passível de os danificar.

7 - Não é permitida a saída de documentos da sala de leitura.

8 - Não é permitido praticar qualquer ato que perturbe o normal funcionamento da sala de leitura ou do arquivo, como por exemplo, comer, fumar, falar em voz alta ou utilizar o telemóvel.

9 - Todo o utilizador que efetue trabalhos que tenham por base documentação dos serviços municipais de arquivo deve fornecer duas cópias dos respetivos estudos: uma destinada ao Arquivo Histórico e outra para a Rede de Bibliotecas Municipais. Em caso do estudo ser editado, o utilizador deverá fazer entrega de seis exemplares, um dos quais destinado ao Arquivo Histórico e os restantes à Rede de Bibliotecas Municipais.

ARTIGO 18.º REQUISIÇÃO PELOS SERVIÇOS

1 - As espécies conservadas nos serviços de arquivo apenas poderão sair das suas instalações para consulta dos serviços camarários mediante as seguintes condições:

A) Requisição devidamente assinada pelo responsável do serviço requisitante e autorizada pelo responsável do arquivo, se as espécies se destinarem a utilização em espaço físico dos serviços municipais;

B) Autorização escrita do Presidente da Câmara, se as espécies se destinarem a utilização em espaço físico que não seja considerado dos serviços municipais. No caso da documentação do Arquivo Histórico a saída fica sujeita ao parecer prévio do seu responsável.

2 - A solicitação de documentação pelos serviços ao Arquivo Corrente Central e Intermédio é efetuada através do preenchimento da requisição de documentos, devidamente assinada pelo responsável do serviço requisitante ou por alguém por ele autorizado.

3 - Atendendo à preservação, o empréstimo de documentos à guarda do Arquivo Histórico, sempre que as condições técnicas o permitam, deverá verificar-se por meio de reprodução dos mesmos.

4 - A documentação só poderá permanecer no serviço requisitante até ao máximo de trinta dias, renováveis por períodos sucessivos, mediante o preenchimento de nova requisição e anulação da requisição anterior, excetuando os processos de obras, cujo limite máximo é de três meses, igualmente renováveis.

5 - Sempre que a documentação for devolvida, deverá ser conferida a sua integridade e ordem interna, estando para isso presente, sempre que se considere necessário, o seu portador.

6 - Se for detetada a falta de peças num processo ou se este vier desorganizado, deverão os serviços de arquivo devolvê-lo à procedência, com uma nota a solicitar a sua regularização.

ARTIGO 19.º EMPRÉSTIMOS PARA EXPOSIÇÕES

1 - O empréstimo de documentos para exposições constitui uma forma de contribuir para a comunicação e difusão dos fundos arquivísticos. Para a cabal concretização deste objetivo fixam-se os seguintes procedimentos:

A) Pedido de empréstimo: A entidade externa ou o serviço interno camarário organizador da exposição deverá solicitar, com a antecedência mínima de um mês antes da data prevista para a saída, a cedência de documentos que pretende expor, dirigindo-se para tal ao Presidente da Câmara Municipal;

B) Concessão de autorização: Os documentos só podem sair dos serviços de arquivo para este efeito mediante autorização concedida por despacho do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, após informação do serviço de arquivo responsável, que só entregará os documentos quando tiver em seu poder o respetivo despacho;

C) Informação do responsável do Arquivo: Ao responsável do serviço de arquivo cabe verificar o estado de conservação da documentação. Se não for possível a saída de originais equacionar-se-á o envio de reproduções, a custear pela entidade organizadora da exposição;

D) Seguro: Os documentos que saírem dos serviços de arquivo deverão estar cobertos por uma apólice de seguro. A Câmara Municipal fixará o valor de cada peça a emprestar, o qual será incluído no despacho de autorização. A entidade organizadora da exposição só poderá retirar as espécies a ceder pelo serviço de arquivo responsável mediante entrega da apólice de seguro ou de documento comprovativo da sua emissão;

E) Autos de entrega: Os documentos serão retirados do serviço de arquivo responsável por pessoal devidamente credenciado, mediante assinatura de um auto de entrega, do qual constará o estado de conservação dos documentos emprestados;

F) Duração das exposições: O empréstimo de documentos para exposição superior a três meses será analisado caso a caso, não constando para o efeito o período de montagem e o prazo de devolução;

G) Embalagem e transporte: Os encargos com a embalagem e transporte ficarão a cargo do organizador da exposição. É aconselhável que a embalagem e transporte sejam realizados por uma empresa especializada;

H) Reprodução e segurança: Todo o documento cujo empréstimo tenha sido autorizado deverá, antes da sua entrega, ser reproduzido em forma digital ou fotográfica pelo serviço de arquivo responsável, caso em que este fica em poder do respetivo negativo. Os encargos com a reprodução ficarão a cargo da entidade organizadora da exposição;

I) Restauro: Por razões de conservação, se for necessário realizar algum tipo de restauro nos documentos a ceder, as despesas ficarão a cargo da entidade organizadora da exposição;

J) Medidas de conservação: A entidade organizadora da exposição deverá garantir a segurança e a conservação dos documentos expostos através de uma vigilância permanente e adequados sistemas de segurança: deteção e extinção de incêndios, controlo ambiental de humidade (humidade relativa entre 50 a 60%), temperatura (entre 16 a 20° C), luminosidade (iluminação artificial indireta próxima dos 50 lux), correta instalação em vitrinas fechadas, com possibilidade de renovação do ar e não utilizando na montagem das mesmas qualquer elemento perfurador ou aderente que possa danificar os documentos;

K) Catálogo da exposição: O catálogo da exposição deverá identificar a entidade detentora dos documentos, devendo ser enviados à Câmara Municipal de Cascais seis exemplares: um destinado ao Arquivo Histórico e os restantes à Rede de Biblioteca Municipais;

L) Devolução: Concluída a exposição, os documentos serão devolvidos ao serviço de arquivo responsável, dentro do prazo fixado pelo despacho de cedência. Na receção dos documentos, antes da assinatura do auto de devolução, o serviço de arquivo procederá a uma revisão do seu estado de conservação. Se se verificar alguma anomalia será dado conhecimento ao Presidente da Câmara;

M) Assinatura das condições de empréstimo: O serviço de arquivo responsável exigirá à entidade organizadora da exposição a assinatura de um termo de responsabilidade, no qual se confirme o conhecimento das normas de empréstimo.

ARTIGO 20.º SANÇÕES

1 - Sem prejuízo do estabelecido nas disposições legais aplicáveis, as infrações ao disposto neste Regulamento cominarão na aplicação de medidas sancionatórias, graduadas segundo a gravidade daquelas, que passarão pela advertência verbal, convite à saída das instalações, suspensão do acesso ao serviço de arquivo e, se for caso disso, a sua interdição.

2 - É aplicável a sanção de advertência verbal quando o utilizador viole o disposto nos n.ºs 1, 2, 3, 4 e 8 do artigo 17.º.

3 - É aplicável a sanção de convite à saída das instalações quando o utilizador não se conforme com a aplicação da medida anterior ou viole o disposto nos n.ºs 5, 6 e 7 do artigo 17.º.

4 - Ocorrerá a suspensão do acesso aos serviços de arquivo quando o utilizador reincidir quanto às matérias previstas no número anterior.

5 - A interdição do acesso aos serviços de arquivo será declarada quando seja de todo impossível a presença do utilizador infrator nas suas instalações.

6 - A Câmara Municipal reserva-se ao direito de acionar todos os meios legais adequados aquando da violação do n.º 6 do artigo 17.º.

7 - É competente para a aplicação da sanção de advertência qualquer funcionário afeto ao serviço de arquivo em questão.

8 - É competente para aplicação da sanção prevista no n.º 3 do presente artigo o responsável do serviço de arquivo em questão.

9 - Para a aplicação da sanção de suspensão e interdição do acesso aos serviços de arquivo é competente o Presidente da Câmara ou o Vereador com competência delegada, sob proposta devidamente fundamentada pelo responsável do serviço de arquivo em questão.

10 - Em quaisquer das situações descritas, o particular terá sempre direito de recurso para a Câmara, que revogará ou confirmará a sanção aplicada.

11 - O incumprimento do presente Regulamento é passível de procedimento disciplinar aos funcionários e agentes deste município

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 22.º CASOS OMISSOS

1 - As dúvidas suscitadas na interpretação do presente Regulamento, bem como os casos omissos, serão resolvidos de acordo com o despacho do titular do Pelouro competente, precedido de parecer do responsável do serviço de arquivo em questão.

2 - Aplicar-se-á, ainda, subsidiariamente toda a legislação em vigor que enquadre a matéria em apreço.

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Departamento de Cultura
Divisão de Bibliotecas e Arquivos
Departamento de Comunicação
Divisão de Comunicação e Relações Públicas

INVESTIGAÇÃO E TEXTOS

João Miguel Henriques

COLABORAÇÃO

Mafalda Martinho
Cristina Neves
Cristina Bruno
Gabriela Martins
Margarida Sequeira
Isabel Sá
Isabel Fernandes
Ana Maria Dias
Salvador Fernandes

IMAGENS

Arquivo Histórico Municipal de Cascais

DESIGN

Ana Pinheiro

ISBN

978-972-637-248-6

guia digital
ARQUIVO HISTÓRICO
MUNICIPAL DE CASCAIS
1^a EDIÇÃO JUNHO 2012

